



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DANIELLA ALVES DE MELO

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A  
CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO:  
Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba**

JOÃO PESSOA - PB  
2019

DANIELLA ALVES DE MELO

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A  
CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO:  
Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), como requisito à obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação.

**Linha de pesquisa:** Organização, Acesso e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves  
Coorientador: Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro

JOÃO PESSOA - PB  
2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M528p Melo, Daniella Alves de.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA  
CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: Um estudo na Bamidelê -  
Organização de Mulheres Negras da Paraíba / Daniella  
Alves de Melo. - João Pessoa, 2019.

119 f. : il.

Orientação: Edvaldo Carvalho ALVES.

Coorientação: Fellipe Sá BRASILEIRO.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Práticas Informacionais. 2. Competência Crítica em  
Informação. 3. Feminismo Negro. 4. Interseccionalidade.  
5. Relações de Gênero. 6. Bamidelê. I. ALVES, Edvaldo  
Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

DANIELLA ALVES DE MELO

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A  
CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO:  
Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) – Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação – da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves**  
(Orientador – Universidade Federal da Paraíba)



**Prof. Dr. Felipe Sá Brasileiro**  
(Coorientador – Universidade Federal da Paraíba)



**Prof. Dr. Gisele Rocha Côrtes**  
(Membro interno – Universidade Federal da Paraíba)



**Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo**  
(Membro externo – Universidade Federal de Minas Gerais)

*À minha mãe (in memoriam), meu exemplo de  
força, determinação e amor.*

*À minha esposa, companheira incansável com  
quem divido minha vida e meus sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, que tem sido muito bom comigo, colocando em meu caminho pessoas generosas, companheiras, de luta e de fé, que compartilham comigo os mesmos ideais.

À minha esposa, que me apoia com sua visão crítica e aprendeu, junto comigo, que o lugar da mulher é onde ela quiser. Além de ter sido muito paciente com minhas ausências.

Aos/as meus/minhas amigos/as, que por tantas vezes cobraram minha presença, mas que entenderam minhas ausências. Bem... era isso que estava fazendo!

À minha amiga Simone Bandeira, que contribuiu na revisão desse trabalho, e que participa ativamente da minha vida, com seus conselhos, seu amor e sua amizade.

À minha companheira de jornada, Paullini, com quem divido uma vida acadêmica inteira, de angústias, alegrias e superação, desde a graduação até o mestrado. Seu apoio foi fundamental nesse caminho e sua amizade muito importante na minha vida.

Aos/as meus/minhas companheiros/as de turma, em especial Fernanda Costa e Laelson Felipe, com quem construí uma grande afinidade, pessoal e acadêmica, que me proporcionou produções científicas e momentos de descontração.

Ao grupo de pesquisa GEPSI, que viabilizou o contato com várias temáticas até então desconhecidas, abrindo para mim um leque de possibilidades de estudos. Um momento de discussão ímpar, em que pude compartilhar e construir informação.

Ao meu orientador professor Dr. Edvaldo Carvalho Alves, com quem tive o privilégio de dividir esses dois anos de crescimento, que me incentiva e mostra sempre novos caminhos. Hoje mais que um orientador, um amigo.

Ao meu amigo e coorientador Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro, o maior incentivador do meu ingresso na carreira científica, que me acompanha desde o tempo da graduação e com quem construí uma relação de respeito e amizade.

A professora Dr<sup>a</sup>. Gisele Rocha Côrtes, que foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, apontando bibliografias até então desconhecidas por mim, mas que fizeram toda diferença na minha vida pessoal e científica.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, que me concedeu a alegria de aceitar participar da minha banca, e fez contribuições teóricas valiosíssimas para o desenvolvimento do texto final deste trabalho.

E, em especial, à Bamidelê, que, por meio de suas militantes, abriu suas portas para essa pesquisa, nos contando sua história de luta e possibilitando a construção de informações/conhecimentos tão necessários no cenário em que vivemos.

*Não precisa ser Amélia para ser de verdade  
Você tem a liberdade para ser quem você quiser  
Seja preta, indígena, trans, nordestina  
Não se nasce feminina, torna-se mulher*

*Bia Ferreira*

## RESUMO

A informação se coloca hoje como uma das mais importantes ferramentas de enfrentamento para os segmentos sociais historicamente oprimidos, como é o caso das mulheres negras. Baseando-se nessa premissa, esse trabalho teve como objetivo compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação, que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais. Para tanto, realizou-se ao longo do trabalho: 1. O levantamento do perfil socioeconômico das feministas negras que atuam na Bamidelê; 2. O mapeamento das Práticas Informacionais realizadas por elas; 3. A identificação das Práticas Informacionais que vêm contribuindo para a construção de uma Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres; 4. A análise de como a Competência Crítica em Informação contribui para o enfrentamento das relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais, por parte das feministas negras da Bamidelê. É um estudo realizado por meio de pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, onde os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Trata-se de uma pesquisa correlacional, que visa relacionar os conceitos de Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação. Os dados foram analisados através da análise temática de conteúdo, por meio da técnica de categorização, com base nas categorias analíticas abordadas no trabalho. A pesquisa mostrou que as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas mulheres negras acontecem em dois âmbitos: o do sujeito, que diz respeito às experiências de opressão vividas por essas mulheres e sua ação na busca de fortalecimento; e o da instituição, que tem a ver com as práticas que visam empoderar outras mulheres. A Competência Crítica em Informação, por sua vez, é desenvolvida ao longo da vida, a partir das Práticas Informacionais dessas mulheres, e faz relação com a reflexão sobre suas necessidades informacionais, a construção da informação em espaços alternativos e o desenvolvimento de um senso crítico informacional, esses pontos reunidos contribuem, através do fortalecimento mútuo e do uso da informação construída, para o enfrentamento das relações de opressão/submissão vivenciadas por elas.

**Palavras-chave:** Práticas Informacionais. Competência Crítica em Informação. Feminismo Negro. Interseccionalidade. Relações de Gênero. Bamidelê.

## ABSTRACT

Nowadays, information is one of the most important tools for coping with historically oppressed social segments, such as black women. Based on this premise, this work aimed to understand if/how the Informational Practices developed by black feminists, they're part of Bamidelê - Organization of Black Women in Paraíba, have contributed to the construction of Critical Information Literacy, which enable them to orient their actions to confront relations of domination/submission of gender and ethnic/racial. For that, it was carried out throughout the work: 1. The survey of the socioeconomic profile of the black feminists who work in Bamidelê; 2. The mapping of Information Practices performed by them; 3. The identification of the Informational Practices that have contributed to the construction of a Critical Information Literacy by these women; 4. The analysis of how the Critical Information Literacy contributes to the confrontation of the relations of domination/submission of gender and ethnic/racial, by the black feminists of Bamidelê. It is a study conducted through field research, with a qualitative approach, where data were collected through semi-structured interviews. It is a correlational research, which aims to relate the concepts of Informational Practices and Critical Information Literacy. The data were analyzed through the thematic content analysis, through the categorization technique, based on the analytical categories discussed in the paper. The research showed that the Information Practices developed by black women happen in two scopes: that of the subject, which refers to the experiences of oppression experienced by these women and their action in the search of strengthening; and that of the institution, which has to do with practices aimed at empowering other women. The Critical Information Literacy, on the other hand, is developed throughout the life, from the Information Practices of these women, and relates with the reflection on its informational needs, the construction of the information in alternative spaces and the development of a critical sense information, these points together contribute, through the mutual strengthening and use of constructed information, to the confrontation of the relations of oppression/submission experienced by them.

**Keywords:** Informational Practices. Critical Information Literacy. Black Feminism. Intersectionality. Gender Relationships. Bamidelê.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Oficina ministrada em Caiana dos Crioulos, em 2002 .....	65
<b>Figura 2</b>	Alguns materiais produzidos pela Bamidelê.....	66
<b>Figura 3</b>	Imagens dos vídeos promocionais da campanha <i>Moren@, não. Eu sou negr@!</i> ..	68
<b>Figura 4</b>	Material da campanha <i>Moren@, não. Eu sou negr@!</i> .....	69

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Artigos com temática de gênero, publicados na CI entre 2000 e 2007.....	44
<b>Quadro 2</b>	Trabalho com a temática raça nos Enancibs de 2005 a 2010 .....	49
<b>Quadro 3</b>	Algumas das atividades desenvolvidas pela Bamidelê .....	67
<b>Quadro 4</b>	Classes temáticas e categorias dos discursos emitidos .....	76

## LISTA DE SIGLAS

ACRL	<i>Association of College and Research Library</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
APNs	Agentes de Pastoral Negros
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Competência Crítica em Informação
CI	Ciência da Informação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENANCIB	Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
MNU	Movimento Negro Unificado
NEABI	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas
ONG	Organização Não Governamental
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação
PT	Partido dos Trabalhadores
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 ENTENDENDO OS FEMINISMOS .....</b>	<b>19</b>
2.1 A (NÃO) REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES .....	19
2.2 A LUTA DAS MULHERES E O MOVIMENTO FEMINISTA .....	21
<b>3 DISCUTINDO IDENTIDADES E DIFERENÇAS .....</b>	<b>28</b>
3.1 O CONCEITO GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES .....	29
3.2 OS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E ETNIA .....	33
<b>4 INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO .....</b>	<b>36</b>
4.1 O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE .....	36
4.2 O FEMINISMO NEGRO .....	39
4.2.1 O Feminismo Negro no Brasil .....	41
<b>5 TRABALHANDO COM OS CONCEITOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
5.1 GÊNERO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	43
5.2 A TEMÁTICA RACIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	49
5.3 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS .....	52
5.4 A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO .....	55
<b>6 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>62</b>
6.1 CAMPO EMPÍRICO .....	63
6.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA E A COLETA DE DADOS .....	70
6.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS .....	72
<b>7 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>74</b>
7.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	76
7.1.1 Práticas Informacionais .....	77
7.1.2 Construção da Competência Crítica em Informação .....	89
<b>8 CONCLUSÃO .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a História invisibilizou a atuação de mulheres e negros/as na construção da sociedade e do conhecimento. Acreditava-se numa História única, linear e progressiva, onde os principais atores eram homens brancos burgueses europeus. Assim, esse caráter universal que foi atribuído ao sujeito histórico, reforçou a imagem da mulher como marginalizada e do/a negro/a como raça inferior, o que acarretou um significativo retardo na representação histórica desses grupos.

No entanto, vários acontecimentos no século XX contribuíram para que mulheres e negros/as saíssem das sombras da exclusão e passassem a protagonizar sua própria história. Assim, segundo Rocha (2000), eles fizeram um barulho suficiente para ameaçar a ordem que os excluía, impondo aos investigadores sociais questões que deveriam ser consideradas “sob o risco de – com a manutenção do *status* de neutralidade de mais de dois terços da humanidade – se estar produzindo ficção no lugar de saber” (2000, p. 145). Esses acontecimentos, juntamente com a explosão do Movimento Feminista, no final da década de 60, proporcionaram um campo fértil para o questionamento de pressupostos, como a naturalização biológica, a essencialização e o universalismo, crenças que colaboravam com a manutenção das relações de submissão/opressão.

Dessa forma, pode-se dizer que o Movimento Feminista tem uma característica muito particular, pois é um movimento que trabalha em duas frentes: a teórica, onde produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria; e a prática, ou seja, da ação, da luta, da resistência (PINTO, 2010). Porém, está longe de ser um todo unificado, o que torna um equívoco falar em Feminismo no singular, pois são muitos os seus posicionamentos teóricos. Logo, a heterogeneidade das mulheres possibilitou o surgimento de conflitos internos dentro do próprio movimento, onde mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, lésbicas, reivindicavam uma “diferença dentro da diferença”. Para elas, o movimento não as incluía. Essa reivindicação possibilitou o fortalecimento do Feminismo Negro, que, através do conceito de interseccionalidade, veio questionar a primazia da categoria analítica gênero, produzindo assim sua intersecção com outras categorias de análise, tais como classe e raça.

Ao trabalhar os marcadores sociais de gênero e raça, é importante saber que os papéis designados para mulheres e negros/as não são atribuições naturais ou biológicas, eles são, antes de tudo, construídos socialmente e definidos através de normas e costumes criados e reforçados por diferentes meios com a finalidade de legitimar e perpetuar as relações de

dominação. Nesse sentido, a informação figura como ferramenta fundamental, que tanto pode servir para reforçar a relação de opressão, quanto para possibilitar formas de resistência.

Na Ciência da Informação, poucos/as são os/as pesquisadores/as que se interessam pela temática de gênero e raça, mesmo sendo estreita a ligação entre informação e a construção das identidades. Segundo pesquisa realizada por Espírito Santo (2008), através do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), durante os anos de 2000 a 2007 foram publicados apenas 28 artigos com a temática de gênero na CI, entre trabalhos nacionais e internacionais. De maneira parecida, Valério, Bernardino e Silva (2012) analisaram as publicações realizadas nos Enancibs, entre os anos de 2005 e 2010, que versavam sobre as questões raciais, e constataram que de 982 artigos publicados, apenas 11 contemplaram assuntos sobre as relações raciais afrodescendentes. Com base nisso, percebe-se que existe um *déficit* de pesquisas no que se refere a esses temas.

Dessa forma, nos propomos a estudar os marcadores sociais de gênero e raça/etnia, a partir do olhar das Práticas Informacionais, entendendo que esse conceito está vinculado às interações entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletiva e socialmente, e não meramente acumulado (ARAÚJO, 2013). Assim, acredita-se que as Práticas Informacionais desenvolvidas por determinado grupo – aqui representados pelas mulheres negras – podem reverberar na construção de uma Competência Crítica em Informação, que, por sua vez, oferece subsídios para o enfrentamento das desigualdades sociais experienciadas por esses sujeitos.

Diante das reflexões levantadas, surgiu a questão que motiva a realização dessa pesquisa: as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras que atuam na organização não governamental Bamidelê, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais?

A pesquisa tem como objetivo geral: compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais. Para tanto, realizou-se ao longo do trabalho: 1. O levantamento do perfil socioeconômico das feministas negras que atuam na Bamidelê; 2. O mapeamento das Práticas Informacionais realizadas por elas; 3. A identificação das Práticas Informacionais que vêm contribuindo para a construção de uma Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres; 4. A análise de como

a Competência Crítica em Informação contribui para o enfrentamento das relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais, por parte das feministas negras da Bamidelê.

Assim, a construção do texto está dividida em seis partes, onde, na primeira é apresentada uma breve contextualização histórica sobre a (não) representação das mulheres e sua luta por reconhecimento, juntamente com uma apresentação sobre o Movimento Feminista. Na segunda, discutimos os conceitos de identidades e diferenças, que são primordiais para entender como as relações de submissão/opressão são construídas, além disso, apresentamos o conceito de gênero e discutimos sobre os marcadores sociais de raça e etnia. Na terceira parte, introduzimos a conceito de interseccionalidade, mostrando sua importância para entender a intersecção categorias de opressão e sua contribuição para fortalecimento do Feminismo Negro, que também é abordado neste capítulo, juntamente com a apresentação de seus desdobramentos no Brasil. Na quarta parte, fazemos um levantamento sobre os estudos de gênero e raça na Ciência da Informação, pontuando a escassez dessa temática, para depois introduzir a discussão sobre Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação, que são os conceitos-chave desse trabalho.

Em seguida, na quinta parte, apresentamos o percurso metodológico que foi utilizado na pesquisa, sendo a mesma realizada por meio da pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, onde os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Trata-se de uma pesquisa correlacional, que visa relacionar os conceitos de Práticas Informacionais e Competência Crítica em Informação. Além disso, nesse capítulo é apresentado o campo empírico, os sujeitos da pesquisa e a técnica de análise dos dados.

Por último, foi apresentada a análise dos dados da pesquisa, realizada através da análise temática de conteúdo, por meio da técnica de categorização, de onde emergiram as classes temáticas: Práticas Informacionais e Construção da Competência Crítica em Informação. Essas classes temáticas, foram divididas em quatro categorias e onze subcategorias que foram apresentadas no quadro 2. Assim, nesse capítulo foi inicialmente apresentado o perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas, e, em seguida, a análise da cada classe temática.

Ponto aqui que, apesar de ser uma mulher branca, optei por estudar as Práticas Informacionais das mulheres negras, após ter contato com a bibliografia sobre o Feminismo e perceber que essas mulheres foram, e ainda são, duplamente oprimidas, tanto pelo seu gênero, quanto pela sua raça, e acabaram não tendo suas demandas protagonizadas nem no Movimento Feminista, nem no Movimento Negro. Acredito que minha condição de mulher branca, não me tirou a empatia de querer lutar e resistir lado a lado com aqueles/as que vivem

em situação de submissão/opressão. Deixo claro ainda, que este não é o meu lugar de fala e sim das mulheres negras, que através das entrevistas me muniram de informações para que eu pudesse expor suas práticas e seu cotidiano de enfrentamentos.

Assim sendo, entende-se que esta pesquisa se justifica pela sua contribuição teórica para os recentes estudos da Competência Crítica em Informação, conceito relativamente novo na Ciência da Informação, possibilitando sua articulação com os estudos das Práticas Informacionais. Além disso, é uma importante contribuição para as pesquisas de gênero e raça, temas em ascensão científica, porém de produção ainda tímida na área da CI. A pesquisa contribui, ainda, para a divulgação do trabalho realizado pela Bamidelê, ao passo que serve como instrumento de empoderamento feminino e resistência, tão pertinente ao período de retrocessos de direitos que vivemos no Brasil atualmente.

## 2 ENTENDENDO OS FEMINISMOS

Para iniciar nossos estudos, iremos apresentar um breve histórico sobre a (não) representação das mulheres na História e na sociedade, pontuando em seguida suas lutas e apresentando uma série de situações que culminaram com o surgimento do Movimento Feminista, que será apresentado e explicado logo em seguida.

### 2.1 A (NÃO) REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES

A sociedade ocidental, historicamente, viveu durante muito tempo acreditando que a História tinha uma trajetória única, linear e progressiva, onde os principais atores eram homens de caráter extraordinário que deveriam dominar os **outros** para o bem da civilização humana. Se elegia então, como personagem principal, o macho branco, europeu e burguês (ROCHA, 2000).

Segundo Soihet e Pedro (2007), esse **caráter universal** que foi atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria “homem”, acarretou um significativo retardo na representação histórica das mulheres, isso porque, acreditava-se que ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo igualmente contempladas, o que não era verdade. Em contraposição a tal pensamento, conforme lembra Rocha, “[...] nos anos 70, as historiadoras feministas da França e dos Estados Unidos denunciaram a invisibilidade feminina na História e a perpetuação da marginalidade das mulheres na sociedade [...]” (ROCHA, 2000, p. 150).

Do mesmo modo, Maria Stella Martins Bresciani, em 1989, em sua apresentação do volume 9, número 18, da *Revista Brasileira de História*, disse ser a história das mulheres uma “história de exclusão”, na ocasião a revista publicava um volume inteiramente dedicado ao tema Mulher, intitulado “A mulher no espaço público” (SOIHET; PEDRO, 2007). Tal título faz menção à antiga definição histórica de papéis condicionada às categorias de público e privado, onde às mulheres cabia o âmbito privado (ROCHA, 2000). Segundo Scott (1994, p. 25), essa forma de dividir a história acarretou a notável ausência ou subordinação das mulheres na narrativa da “marcha civilizatória” e em seu “confinamento em pesquisas sobre o doméstico e o privado”, numa política de pesquisa que reprimia certos temas, naturalizava certas categorias e desqualificava outras.

No entanto, vários acontecimentos no século XX foram contribuindo para que as mulheres saíssem das sombras e começassem a protagonizar sua própria história, tais como: os conflitos mundiais, onde as mulheres constituíram força efetiva na guerra e na reconstrução

das nações, e que após seu fim não se conformaram em voltar para seus lares em posições subalternas e desprestigiadas pelo mundo masculino; a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho e sua emergência intelectual e profissional; a expansão do ensino público e ampliação de estudantes do sexo feminino e das classes desfavorecidas nas universidades; as novas características da economia mundial (ROCHA, 2000). Dessa forma, segundo Rocha (2000), esses que ela chamou de **outros**, dentre os quais estão incluídas as mulheres,

[...] fizeram um barulho suficiente para ameaçar a ordem que os excluía a ponto de impor questões aos investigadores sociais que deveriam ser consideradas seriamente sob o risco de - com a manutenção do *status* de neutralidade de mais de dois terços da humanidade - se estar produzindo ficção no lugar de saber (ROCHA, 2000, p. 145).

Logo, as transformações na historiografia, juntamente com a explosão do Feminismo, no fim da década de 60, foram decisivas no processo de ascensão das mulheres à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência do campo de estudo “História das Mulheres” (SOHIET; PEDRO, 2007). Ao questionar pressupostos como a naturalização biológica, a essencialização e o universalismo, essas novas investigações contribuíram para tornar os sujeitos históricos mais plurais (MATOS, 2013). Isso porque, quando se fala em naturalização biológica, admite-se que as características biológicas dos corpos masculinos e femininos justificam diferenças comportamentais, intelectuais e de estilo de vida entre homens e mulheres (FREITAS; CHAVES, 2011). Segundo Pedro e Guedes (2010, p. 4), é através da naturalização que “cada sociedade emprega seus conceitos de comportamentos considerados adequados às mulheres”. Já a essencialização, é a crença de que as pessoas tendem a atuar como se houvessem essências nas coisas, ou seja, como se existissem estruturas subjacentes que tornam as coisas o que elas são (PEREIRA et al., 2011). E o universalismo, de forma geral, é a ideia de que existe um universal, ou seja, uma verdade que determina tudo, uma única forma de explicar e/ou organizar o mundo (ENCICLOPÉDIA CULTURAMA, 2013). Sendo assim, de acordo com Joan Scott, “uma das mais importantes contribuições das historiadoras feministas foi o descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal” (SOHIET, PEDRO, 2007, p. 286).

Nesse sentido, a princípio, as mulheres eram vistas como uma **categoria homogênea**, segundo Soihet e Pedro (2007, p. 287), “eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava”. Tal pensamento, até certo ponto, foi importante para construir a identidade coletiva que inicialmente fortaleceu o movimento de mulheres na década de 70, quando ficou evidente o

antagonismo “homem *versus* mulher”, tanto no campo histórico quanto no político, favorecendo a mobilização da categoria (SOIHET, PEDRO, 2007).

No entanto, com o passar dos anos, foram se instaurando críticas a respeito dessa **homogeneidade**, que convertia as mulheres numa categoria abstrata e de identidade única, perdendo assim a “multiplicidade do ser feminino” e correndo sério risco de cair numa perspectiva essencialista. O próximo passo, então, era apontar a **diferença** como um problema a ser levado em consideração, pois as mulheres não constituíam apenas um aglomerado uniforme, elas tinham suas particularidades, tais como, cultura, raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexualidade, que deveriam ser ponderadas e articuladas, a fim de evitar as generalizações (MATOS, 2013). Era preciso levar em consideração as **interseccionalidades**, ou seja, considerar as consequências da interação entre as várias formas de subordinação/dominação – sexismo, racismo, patriarcalismo, etc. (PISCITELLI, 2008).

Assim, chega-se aos dias atuais, onde o cenário é marcado por divergências de posições, debates e controvérsias, o que torna o estudo sobre as mulheres um campo promissor de pesquisa. Por outro lado, revela uma discordância, pois, à medida que há uma ampliação dos estudos, percebe-se que persiste o *status* marginal das mulheres (MATOS, 2013).

## 2.2 A LUTA DAS MULHERES E O MOVIMENTO FEMINISTA

Observe que, na sociedade ocidental da qual fazemos parte, quase todas as formas de organizações sociais um dia conhecidas se caracterizaram pela opressão das mulheres. Em contrapartida, sempre houve mulheres que se rebelaram contra tal situação e lutaram por liberdade, pagando muitas vezes com a própria vida (PINTO, 2010). Nesse sentido, Alves e Pitanguy (2017, p. 7) afirmam que “[...] os discursos com que diferentes culturas têm procurado assegurar a sujeição das mulheres, revelam, ao mesmo tempo, a dimensão de sua resistência”.

Dessa forma, ainda segundo Alves e Pitanguy (2017), no ano de 195 d.C., por exemplo, mulheres se dirigiram ao Senado Romano para protestar contra sua exclusão dos transportes públicos, visto que eram obrigadas a se deslocarem andando em Roma. Na ocasião, o senador Romano Marco Pórcio Catão proferiu o seguinte discurso:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos

ajudam. Imaginem o que se sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às costas para governá-los (ALVES; PITANGUY, 2017, p. 7).

O discurso de Catão expressa, claramente, a relação de **poder e opressão** existente entre homens e mulheres, uma relação marcada por **domínio e submissão, coerção e resistência**. Nesse contexto, o direito figura como instrumento de perpetuação de tais desigualdades (ALVES; PITANGUY, 2017).

Antes mesmo de Roma, na Grécia, Aristóteles, em seu livro *A Política*, descreve a República, onde em certo momento define o conceito de família ou “governo doméstico”, que seria assim constituído: o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos. Segundo ele, “em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção” (ARISTÓTELES, 1991, p.13). Para Aristóteles (1991), a diferença entre o sexo masculino e o feminino era indelével, que independentemente da idade da mulher, o homem deveria conservar sempre sua superioridade, pois a força do homem consistia em se impor e a da mulher em vencer a dificuldade de obedecer.

Perceba que, as mulheres deveriam ser submissas aos homens, aos quais cabia o provimento do lar. Dessa forma, elas tinham seu espaço restrito à esfera privada, não tendo direito à participação na esfera pública, esta era exclusiva para os homens, que atuavam como cidadãos livres (PEDRO; GUEDES, 2010). De acordo com Alves e Pitanguy (2017, p. 8), “historicamente, a maior participação da mulher na esfera extra doméstica esteve sempre ligada ao afastamento do homem por motivo de guerras”.

Se fizermos uma retrospectiva da atuação das mulheres na sociedade, observaremos que, durante o feudalismo, elas tiveram certo espaço de atuação política, posto que essa atuação era realizada a nível comunal. Na idade média, por sua vez, atuaram em praticamente todas as profissões, tendo intensa participação no mercado de trabalho, porém, isso não lhes conferiu prestígio social, pelo contrário, culminou em perseguições religiosas e sociais. Já no período renascentista, a posição das mulheres sofre retrocessos através de várias frentes: a reintrodução da legislação romana, que implicou na diminuição dos direitos civis das mulheres, impondo, inclusive, restrições ao seu direito de adquirir bens por herança, reger seus próprios bens e representar-se na justiça; determinadas atividades laborais se tornaram gradativamente de domínio masculino; algumas corporações se fecharam a participação feminina; dentre outros acontecimentos (ALVES; PITANGUY, 2017).

Nesse momento da história, em que o trabalho passa a ser visto como instrumento de transformação do mundo, através da ótica capitalista, é que o trabalho da mulher passa a ser ainda mais depreciado. Além de ser banida de determinadas profissões, inicia-se uma ideia de desvalorização da mulher que trabalha. No entanto, as mulheres não deixaram de trabalhar por conta disso, já que tinham necessidades materiais de subsistência. Porém, houve uma desvalorização do trabalho feminino, traduzida, dentre outras coisas, no recebimento de menores pagamentos, servindo assim muito bem ao capitalismo, onde a exploração de mulheres e crianças cumpriu função específica (ALVES; PITANGUY, 2017).

Além das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, era precário também o seu acesso à educação, onde quase não havia escolas para meninas, além da defasagem na qualidade do ensino, onde às mulheres cabiam o aprendizado das prendas domésticas e nenhuma preparação para o nível superior, aliás, este não lhe era nem acessível. Não à toa, que as primeiras contestações femininas fora em torno do acesso à educação e ao trabalho (ALVES; PITANGUY, 2017).

Isto posto, o século XVIII foi marcado por intensa participação das massas na esfera política, sendo caracterizado por várias revoluções, mas a princípio, nenhuma dessas revoluções parecia considerar que as conquistas se estendessem às mulheres. Nos EUA, por exemplo, a luta pela libertação e igualdade expressa na Declaração de Independência, dizia “todos os homens foram criados iguais”, leia-se como “homem” o macho branco burguês, sendo excluídos assim as mulheres, os negros, os índios e o homem branco de baixa renda, no entanto, a exclusão deste último poderia ser revertida caso ascendesse financeiramente (ALVES; PITANGUY, 2017).

Da mesma forma na França, as mulheres, que participavam ativamente do processo revolucionário ao lado dos homens, também não viram as conquistas políticas se estenderem a elas. É nesse momento que o movimento dito feminista assume um discurso próprio, reivindicando seus direitos e adquirindo características de uma prática de ação política organizada, incorporando um discurso próprio que afirma as especificidades da luta das mulheres<sup>1</sup> (ALVES; PITANGUY, 2017). Segundo Barbosa (2016),

As mulheres, não mais passivas e cativas no espaço privado, buscam se reunirem e se organizarem para discutir suas condições enquanto mulheres subordinadas a um

---

<sup>1</sup> Em boa parte da literatura, o Movimento Feminista é apresentado como sendo dividido em ondas, porém, essa divisão tem sofrido críticas, especialmente das feministas negras, que não foram representadas pelo Movimento Feminista hegemônico retratado em cada onda. Assim, optamos por não adotar essa divisão e apresentar os acontecimentos relacionados ao movimento utilizando a ordem cronológica dos fatos.

sistema patriarcal<sup>2</sup> enraizado na cultura e nas relações. Em oposição à histórica opressão que as mulheres vivem, especialmente na França – no período da revolução – se organizam e se movimentam, engendram o **movimento feminista** caracterizado por práticas de ações coletivas e políticas. A participação política, a inserção no espaço público e a autonomia não faziam parte do cotidiano nem dos direitos das mulheres, não porque elas não desejassem ou não se importassem, mas porque não lhes eram garantidos, o espaço não lhes era facultado, nem livre para que o habitassem sem preconceito e opressão (BARBOSA, 2016, p. 18).

De acordo com Pinto (2010, p.15), o Movimento Feminista tem uma característica muito particular, “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria”. Sendo assim, o Movimento Feminista trabalha em duas frentes: a teórica, onde pode ser observada uma vasta produção nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise; e a prática, ou seja, da ação, da luta (PINTO, 2010).

O feminismo enquanto movimento político organizado, em seu início, tem estreita ligação com as lutas da classe operária, que reivindicava, dentre outras coisas, melhores condições de trabalho e direito à cidadania (ALVES; PITANGUY, 2017). Nesse contexto, se desenvolve a partir das últimas décadas do século XIX, em particular na França, Reino Unido e Estados Unidos, onde sua reivindicação era de **direitos iguais à cidadania**, tendo como foco a conquista de direitos políticos e eleitorais, para que mulheres pudessem ser candidatas e também eleitoras, luta que ficou conhecida como **movimento sufragista**. Através desse enfrentamento, as mulheres conseguiram romper em vários lugares com algumas das desigualdades relacionadas aos homens em termos legais, a saber: direito ao voto, à propriedade e acesso à educação (BARBOSA, 2016; PINTO, 2010; PISCITELLI, 2002). É importante frisar que, de acordo com Bittencourt (2015, p.200), essa fase tem como característica o fato de estar ligada “ao interesse das mulheres brancas de classe média”, isso porque, apresentava pautas generalizadas de igualdade formal inclusiva que representava os interesses dessas mulheres, porém, isso não diminui sua importância enquanto movimento massivo de mulheres em busca de seus direitos.

Esse Movimento Feminista inicial, após conseguir algumas de suas reivindicações, acabou perdendo fôlego, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, a partir da década de 1930, reaparecendo com força na década de 1960. É durante essa lacuna de trinta anos, que Simone de Beauvoir publica o seu livro *O segundo sexo* (1949), onde estabelece uma das

---

<sup>2</sup> Segundo Saffioti (2004), o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, caracterizado por uma relação hierárquica de poder. Onde nessa hierarquia, a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência.

máximas que será fundamental para esse momento do feminismo, na qual ela diz que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (PINTO, 2010).

As décadas de 30 e 40 são marcadas pela preparação e eclosão da Segunda Guerra Mundial, nesse sentido, a igualdade entre os sexos veio atender as necessidades econômicas daquele momento histórico, em que os homens necessitavam ir à guerra. Diante disso, valorizou-se cada vez mais a participação das mulheres no mercado de trabalho para ocupar as lacunas deixadas pelos homens. No entanto, com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, reascendeu e ganhou força a ideologia de diferenciação de papéis baseada no sexo, onde às mulheres cabia o espaço doméstico, onde o intuito era de retirá-las dos postos de trabalho para que os homens pudessem voltar a ocupá-los. Tal movimento foi fortemente reforçado pela mídia da época que enfatizava a imagem da “rainha do lar” (ALVES; PITANGUY, 2017).

Diante dos retrocessos que estavam sendo vividos, várias teóricas feministas passaram a questionar, na década de 60, os papéis culturais e sociais atribuídos a homens e mulheres, além de tentar retomar as conquistas alcançadas anteriormente, como o ingresso no mercado de trabalho e às universidades (BITTENCOURT, 2015). Segundo Piscitelli (2002, p. 3), “as feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas dessa subordinação”.

Dessa forma, as feministas incorporam outras frentes de luta, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos, questionaram as raízes culturais da subordinação das mulheres e denunciaram a crença numa inferioridade baseada na naturalização biológica, onde homens e mulheres estariam predeterminados a cumprir papéis opostos na sociedade – o mundo externo para os homens e o mundo interno/doméstico para as mulheres. Tal naturalização biológica, para as feministas, era apenas uma máscara que encobria a relação de poder entre os sexos, uma vez que, essa diferenciação de papéis seria construída socialmente e não determinada biologicamente (ALVES; PITANGUY, 2017). É nesse período que começam a ser formuladas as problemáticas acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual (BITTENCOURT, 2015).

A luta dessas mulheres não era mais apenas para emancipar-se e equiparar-se aos homens em direitos jurídicos, políticos e econômicos, o que corresponde à busca por igualdade. Tratava-se agora de se libertarem, irem mais adiante, e para isso era preciso marcar as diferenças, realçando as condições que regem a distinção nas relações de gênero, de modo a afirmar as mulheres como autônomas, independentes e sujeitas frente ao homem; era a luta

pelo respeito à alteridade (CHRISTO, 2001). Dessa forma, o centro do debate agora era o direito ao próprio corpo.

As feministas, então, passaram a questionar o suposto caráter natural da subordinação das mulheres, sustentando que essa subordinação é construída socialmente, e, portanto, pode ser combatida e superada. Também nesse período, o próprio Movimento Feminista começa a fazer críticas ao seu caráter burguês-liberal de antes, fazendo recortes de classe e raça, e outras formas de relações de poder, nessas circunstâncias há, por exemplo, o levante das mulheres negras e pobres que durante muito tempo não foram protagonizadas dentro do movimento (BITTENCOURT, 2015).

Percebe-se que, o Movimento Feminista não é um todo unificado, porém compartilha algumas ideias centrais, dentre elas, o fato de acreditarem que mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação ao mundo masculino, e que essa subordinação é considerada universal, já que ocorre em todas as partes e em todos os tempos históricos conhecidos, penetrando nas religiões, leis e costumes (ALVES; PITANGUY, 2017; PISCITELLI, 2002). Dessa forma, conforme explica Saffioti (1986, p. 105), não é correto falar em feminismo no singular, pois são muitos os posicionamentos teóricos do Movimento Feminista ao longo da história, desse modo, o que é apresentado quando se discute feminismo é uma “síntese hegemônica de determinado período”.

Atualmente, vivenciamos um novo momento no Movimento Feminista, impulsionado tanto pelo aumento da produção acadêmica, quanto pela reorganização dos movimentos combativos e/ou reivindicatórios (BITTENCOURT, 2015, p. 202). Segundo Mota (2017), são características do movimento atual, a facilidade de acesso à informação, proporcionado pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), e o ingresso de mulheres cada vez mais jovens na militância. Além disso, Barbosa (2016) afirma que hoje

[...] há uma pluralidade de vertentes, pautas, identidades e opressões. Ampliou-se as demandas quando a diversidade entre as mulheres ganhou destaque dentro do movimento feminista e assim, se ampliou e se dividiu se ramificou ao longo do seu processo histórico. Ou seja, foram obtidas conquistas e mais demandas surgiram em decorrência, afirmaram-se uma multiplicidade de identidades dentro do coletivo de mulheres, e assim, novos movimentos feministas surgiram a fim de resguardar tais identidades, valorizando e respeitando as singularidades de cada mulher. Surgiram os movimentos feministas de mulheres negras, de mulheres lésbicas, das mães, das trabalhadoras, enfim, toda uma gama de representações. Todas exercendo seus papéis de atores sociais e políticos na sociedade civil (BARBOSA, 2016, p. 20-21).

São Feminismos que criticam o caráter universal e generalizante assumido em tempos passados, e elaboram uma teoria fluída, particular e flexibilizada, que tem como objetivo

desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável (MACEDO, 2006). Nesse sentido, Hall (2006) afirma que, o Movimento Feminista tem contribuído para a descentralização dos sujeitos, à medida que questionam pressupostos como: a distinção clássica entre privado e público, abrindo para a contestação política, a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho, etc.; a forma como somos formados/as e produzidos/as como sujeitos generificados, politizando, assim, a subjetividade, as identidades e o processo de identificação; a formação das identidades sexuais e de gênero; e, a noção de que homens e mulheres eram parte da mesma identidade. Assim, pode-se dizer que os estudos feministas deram grande contribuição no desenvolvimento do conceito de identidades, que, como veremos a seguir, é de extrema importância para entender as relações de opressão/submissão baseadas nas diferenças.

### 3 DISCUTINDO IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Segundo Kathryn Woodward (2008), redescobrir o passado faz parte do processo de construção das identidades de qualquer grupo, sendo essa redescoberta marcada por conflitos e contestações, que, em parte, baseiam-se na oposição entre uma perspectiva essencialista e não essencialista (construcionista) dessa construção. Assim, foi através de uma perspectiva essencialista, por exemplo, que se justificou, ao longo dos anos, o fato das mulheres serem mantidas às sombras dos homens, cabendo a elas apenas os espaços privados, pois eram “essencialmente” fracas, pouco inteligentes e “nascidas para cuidar da família e do lar”.

De acordo com Stuart Hall (2006), simplificada, existem três concepções bem diferentes de identidade, a saber: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico; e o sujeito pós-moderno. Para o sujeito do Iluminismo a identidade era vista como individual, ele nascia e se desenvolvia com ela, esta permanecia essencialmente a mesma até sua morte – detalhe que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito no masculino. Já a noção de sujeito sociológico, traz consigo a concepção de que a identidade é formada através da relação com outras pessoas, que mediam para o sujeito os valores, sentidos e simbolismos do mundo, assim, a identidade é formada na interação entre a pessoa e a sociedade. A concepção de sujeito pós-moderno, por sua vez, surge a partir da argumentação de que atualmente as coisas estão mudando, e que o sujeito não possui mais uma identidade única, ele assume identidades diferentes em momentos diferentes, ou seja, a identidade é formada e transformada continuamente (HALL, 2006).

Ainda conforme Hall (2006), a noção de sujeito pós-moderno traz consigo a ideia de que não há mais uma identidade singular, única e abrangente, não existe uma “identidade mestre” que alinhe todas as diferentes identidades em uma só, e que seja capaz de servir de base para uma política una. Dessa forma, conforme dito por Woodward (2008), uma das características que definiam os movimentos sociais dos anos 60, incluindo o Movimento Feminista e o Movimento Negro, era a política de identidade, ou seja, uma política que envolvia a “celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica” (2008, p. 34). Assim, pode-se dizer, que alguns grandes avanços ocorridos na forma de pensar – na teoria social e nas ciências humanas – podem ter contribuído para essa descentralização do sujeito universal, ou seja, para desconstruir a ideia de uma identidade única, dentre eles, o impacto dos Feminismos, tanto como teoria crítica, quanto como movimento social (HALL, 2006).

Com base no que foi exposto por Woodward (2008) e Hall (2006; 2008), podemos constatar que as identidades são, na verdade, muito mais relacionais do que essencialista, elas são construídas através das ações diárias do sujeito. Além disso, não podemos esquecer que as identidades são marcadas pelas diferenças, de forma que não existe identidades sem diferenças. Nesse sentido, são as marcações simbólicas que diferenciam uma identidade de outras. Assim, um determinado grupo social pode ser simbolicamente marcado como inferior, sem que o seja. Ademais, as identidades também estão vinculadas às condições materiais e sociais dos sujeitos, pois, é por meio das classificações sociais que as diferenças são vividas na prática, através de sistemas classificatórios que dividem os sujeitos em pelo menos dois grupos – nós e eles (WOODWARD, 2008).

Gostaríamos que as diferenças fossem vistas aqui conforme explicada por Laclau (2011), não simples diferenças entre dois elementos que coexistem e que contribuem para múltiplas identidades, mas diferenças dicotômicas, em que o “outro” não é apenas aquele que se opõe as identidades que desejam se emancipar, e sim aquele que quer impedir uma inteira constituição dessas identidades emergentes. Destarte, sendo as identidades marcadas pelas diferenças, parece que algumas diferenças – como entre gênero e raça, por exemplo – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares e momentos particulares (WOODWARD, 2008), sendo essas diferenças, em muitos casos, constituídas com base na exclusão e subordinação de outros grupos (LACLAU, 2011).

Dito isto, observa-se que a informação desempenha aqui papel decisivo, uma vez que, conforme Giddens (1990), as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas a partir das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas. Assim, é por meio das Práticas Informacionais que as identidades são construídas e manifestadas, resultando em marcações simbólicas que passam a caracterizar determinados grupos, de modo que, as contradições sociais, de acordo com Pinto e Araújo (2012), são determinantes na realização das Práticas Informacionais desses sujeitos. No entanto, discutiremos as Práticas Informacionais mais à frente.

### 3.1 O CONCEITO GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Compreendendo os sujeitos como possuindo identidades plurais e que se transformam, ou seja, que não são fixas, muito menos permanentes, podendo ser, até mesmo, contraditórias, temos que o gênero – assim como raça, etnia, classe social, nacionalidade, etc. – é parte constituinte das identidades desses sujeitos, trazendo-lhes a sensação de pertencimento

(LOURO, 2003). Isso, até então, não seria problema, se as relações de gênero não fossem utilizadas como forma de opressão/submissão das mulheres, ou seja, se não fossem empregadas como discurso ideológico para construir e legitimar relações de poder. Assim, o problema está em transformar uma diferença, seja ela qual for, em desigualdade.

Nesse sentido, um importante passo para entender a opressão sofrida pelas mulheres baseadas nas relações de gênero, foi o desenvolvimento do próprio conceito de gênero, que está intimamente ligado às discussões promovidas pelo Movimento Feminista (LOURO, 2003; PISCITELLI, 2002). Ele advém a partir da década de 60, onde, além de preocupações sociais e políticas, foi incorporada a reflexão teórica a respeito da questão da mulher, em meio aos debates entre militantes e estudiosas. A princípio, as mulheres ligadas ao mundo acadêmico levaram para dentro das universidades e escolas as discussões a respeito do papel da mulher, estimulando a produção intelectual a respeito desse tema. Porém, muitos desses estudos foram excluídos da dinâmica universitária e passaram a ser confinados a espaços específicos apenas deles, o que não lhes tirou o mérito de elevar a mulher de coadjuvante a personagem central (LOURO, 2003).

No entanto, devido à pluralidade do Movimento Feminista, cada corrente apontava explicações diferentes para as origens e causas da opressão, como também formas diferentes de se livrar dela. Mas, mesmo tendo pensamentos divergentes, essas correntes compartilhavam vários pressupostos, dentre eles, o fato de rejeitar o argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e por isso devem desempenhar papéis diferentes, determinados secularmente, ou seja, a crença no **determinismo biológico**, nesse sentido, a diferença biológica serviria para compreender e justificar a desigualdade social (LOURO, 2003; PISCITELLI, 2002).

Assim, o que as feministas tentavam explicar era que os papéis designados para homens e mulheres, não são atribuições naturais ou biológicas, eles são construídos socialmente e definidos através de normas e costumes criados e reforçados por diferentes meios (PEDRO; GUEDES, 2010; ROCHA, 2000). Segundo Louro (2003), a justificativa das desigualdades de gênero precisaria ser buscada não nas diferenças biológicas, mas sim no campo social. É a partir dessas inquietações que surge o conceito de gênero, “como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 2003, p.21).

Segundo Scott (1995), pioneira na discussão do conceito de gênero como categoria analítica, o termo “gênero” fez sua aparição inicial entre as feministas americanas, com a finalidade de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, assim, a palavra “gênero” era uma rejeição do determinismo biológico que se encontrava nos termos “sexo” ou

“diferença sexual”. De acordo com Scott (1995), as abordagens utilizadas pela maioria dos/as pesquisadores/as para discutir gênero, se dividia em duas categorias distintas, a primeira puramente **descritiva**, apontava a existência dos fenômenos sem se preocupar em interpretar ou atribuir causas, nesse sentido, gênero é visto como sinônimo de mulher, e, apesar das limitações teóricas que possam ser apontadas, essa categoria serviu para denunciar a invisibilidade das mulheres na história. Segundo a autora, “[...] o uso do termo ‘gênero’ visa sugerir erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (SCOTT, 1995, p.75).

Já a segunda, assumia uma postura de ordem causal, teorizando sobre a natureza dos fenômenos e buscando compreender como e porque eles se apresentam de tal forma. Nesse sentido, o conceito de gênero insere uma **perspectiva relacional** de análise, onde “segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 72). Introduz-se aqui a ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder, além de dar ênfase ao caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo (SOIHET; PEDRO, 2007). De acordo com Scott (1995, p. 75), ainda nessa perspectiva, gênero pode ser visto como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, e que, ao mesmo tempo, oferece “um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres”.

Mas até então, gênero não tinha poder analítico suficiente para questionar e mudar paradigmas. Cientes deste problema, os/as estudiosos/as se esforçaram para empregar teorias que explicassem o conceito de gênero, mas que também pudesse promover uma mudança histórica. Assim, surgiu uma variedade de abordagens na análise de gênero, mas que podem ser agrupadas em três posições teóricas: a primeira, tentava explicar as origens do patriarcado; a segunda, inspirada nas teorias marxistas; e a terceira, dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas, ambas baseadas em diferentes correntes da psicanálise (SCOTT, 1995). Porém, para Scott (1995), todas as abordagens apresentadas possuíam limites que precisavam ser superados. Dessa forma, ela propôs uma nova proposta teórica para o conceito de gênero. Segundo a autora, sua definição se dividiria em duas partes: gênero enquanto elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; e gênero enquanto forma primeira de dar significado às relações de poder.

A primeira parte da definição desenvolvida por Scott (1995), conta com quatro elementos constitutivos inter-relacionados: os símbolos culturalmente disponíveis, que

evocam representações simbólicas frequentemente contraditórias; os conceitos normativos, que expressam interpretações dos significados simbólicos e tentam limitar/conter suas metamorfoses, mantendo assim a oposição binária fixa (homem/mulher, masculino/feminino), conceitos esses expressos através das religiões, escolas, etc.; a fixidez da natureza do debate ou da repressão, que leva a crer numa permanência intemporal da representação binária do gênero; e, por fim, gênero enquanto identidade subjetiva.

Já na segunda parte, Scott (1995, p.88) teoriza gênero como “campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Ele não seria o único campo, mas, segundo a autora, “parece ter sido o mais persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente” (1995, p. 88). Nesse sentido, as questões de gênero estruturam a percepção e organização concreta e simbólica de toda a vida social, na medida em que, promovem um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o que implica diretamente na construção do próprio poder (SCOTT, 1995). Para Scott (1995, p. 89), o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, havendo assim uma reciprocidade entre gênero e sociedade, de forma que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”. Conforme a autora, para obterem-se avanços é preciso tratar a oposição homem x mulher como problemática e não apenas como conhecida, como algo contextualmente definido e repetidamente construído.

Apesar da ideia de gênero, tal como a entendemos hoje, não aparecer nos estudos de Lélia Gonzalez, ela fala das relações hierárquicas construídas a partir da percepção das diferenças sexuais, recorrendo à noção de sexo e sexismo, onde compreende que existem diferenças biológicas, mas que essas diferenças também se constroem entrelaçadas ao social e ao cultural. No entanto, segundo esta autora, o capitalismo patriarcal não é capaz de explicar as “construções de gênero referentes às amefricanas, às mulheres negras, às indígenas, àquelas que estão nas margens, pois falta incluir outro tipo de discriminação, tão grave como aquela sofrida pela mulher: a de caráter racial” (CARDOSO, 2014, p. 974). Segundo Lélia Gonzalez, racismo e sexismo são eixos que estruturam a opressão e a exploração, assim a modificação do sexismo pela raça, faz emergir desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras num lugar diferente das mulheres brancas (GONZALEZ, 1988).

Assim, de acordo com Cardoso (2012), os modelos de comportamento determinados para homens e mulheres, e que são definidos socialmente a partir das relações de gênero, são incompatíveis com a experiência vivida pelas mulheres negras, isso porque, essa experiência em nada tem a ver com o “papel” definido pela sociedade para mulher. Para Luiza Bairros (2006, p. 55), se quisermos entender o sexismo, denunciado pelo conceito de gênero, em

relação à mulher negra, devemos vinculá-lo ao racismo, sendo esses dois marcadores “variações de um mesmo tema mais geral que tem nas diferenças biológicas (reais ou imaginadas) o ponto de partida para o estabelecimento de ideologias de dominação”.

### 3.2 OS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E ETNIA

Entendendo que os conceitos de raça e etnia estão ligados à construção das identidades, assim como o conceito de gênero, podemos dizer que eles também servem como marcações simbólicas que legitimam as relações de submissão/opressão. Esses conceitos, apesar de parecerem tratar da mesma coisa, têm ligeiras diferenças. Assim, vamos começar analisando o conceito de raça, que segundo Guimarães (2003), tem pelo menos dois sentidos analíticos, um reivindicado pela Biologia Genética e outro pela Sociologia.

Inicialmente, o termo raça era utilizado pela Biologia para designar subespécies, ou seja, grupos endogâmicos, geneticamente diferenciados, que geram descendentes férteis ao se cruzarem, porém, a denominação mais utilizada atualmente é populações. Essa definição de raça estava preocupada com o estudo da vida animal, sendo assim, não trazia prejuízos, pois não havia hierarquizações baseadas nas diferenciações raciais (PEREIRA, 2017). No entanto, posteriormente, a Biologia criou a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, como no mundo animal, e que essa divisão estaria associada ao “desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos” (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

Então, durante o século XIX, a ciência passou a estudar os seres humanos com base no conceito biológico de raça, e com isso delimitou grupos raciais, legitimando as diferenças com base nas características genéticas, o que deu origem ao que hoje chamamos de racismo científico, considerado uma pseudociência baseada na Teoria Evolucionista e no Darwinismo Social. Esse racismo científico utilizava-se das características físicas para disseminar, através da “ciência”, não apenas que os negros eram inferiores aos brancos, mas que o “cruzamento” entre eles (os mestiços), rebaixava a superioridade da raça branca (PEREIRA, 2017).

Guimarães (2003) acredita que, o que chamamos de racismo não existiria se não fosse esta ideia de dividir os seres humanos em raças, cada uma com suas “qualidades”, pois, foi esse pensamento quem hierarquizou as sociedades e legitimou o que autor chamou de “racismo doutrinário”. De acordo com Pereira (2017), quando se justifica algo com base na naturalização biológica, faz-se acreditar que aquelas características são imutáveis, inatas, sem possibilidade de ser questionadas, nem alteradas, assim, constata-se que praticamente todas as

relações de submissão/opressão, se não todas, são construídas socialmente com base em um discurso legitimado pela natureza ou pela biologia – sexo, classe, raça, gênero, etc. No entanto, segundo Hall (2006),

A raça é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica. Isto é, ela é categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2006, p. 63, grifo do autor).

Dessa forma, a Sociologia vem nos mostrar que as relações de submissão/opressão, as quais determinados grupos são submetidos, são baseadas em uma construção social, que vem para legitimar uma hierarquização, e tem a ver com os juízos de valor criados para cada grupo de pessoas. Porém, quando compreendemos essa situação como um problema de ordem social e não biológico, nós o tornamos passível de ser questionado e transformado (PEREIRA, 2017).

Além de raça, existe outro tipo de discurso que faz referência a lugares geográficos de origem, aquele lugar de onde se veio, e que permite nossa identificação com um grupo maior de pessoas, nesse sentido, falamos de etnias (GUIMARÃES, 2003). Segundo Santos et al (2010), a palavra etnia vem do adjetivo grego *ethnikos* e significa “gentio” – aquele que não é civilizado, selvagem – esse adjetivo, por sua vez, se deriva do substantivo *ethnos*, que significa nação estrangeira. Assim, é um conceito que constrói as identidades do sujeito se baseando em parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física (SANTOS et al, 2010).

Para Nogueira (2015), a etnicidade não deve ser contextualizada fora das estruturas de poder e das noções de identidades, pois, ela é uma categoria poderosa, que afasta o debate do âmbito biológico para o sociopolítico, uma vez que traz a ideia de nação. Assim, podemos dizer que enquanto raça engloba características fenotípicas, a etnia vai além, englobando fatores como cultura, nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e tradições (SANTOS et al, 2010).

Quando falamos tanto de raça quanto de etnia, estamos falando em relações/construções sociais que criam diferenças, sendo a partir delas que se originam as desigualdades, pois, não são apenas diferenças entre grupos, e sim, diferenças entre grupos com posições desiguais na sociedade (PEREIRA, 2017). Dessa forma, apesar de raça e etnia

não serem desigualdades sociais, sabemos que onde há diferença sempre haverá a tentativa de dominação de um grupo sob outro, nesse sentido, há um processo de diferenciação das pessoas para fins de dominação, baseando-se na ideia de que existe uma superioridade inata ou historicamente construída, que, como pudemos observar na literatura, sempre será do homem branco descendente de europeu (NOGUEIRA, 2015).

## 4 INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO NEGRO

O conceito de interseccionalidade, que será apresentado a seguir, se faz de extrema importância para entender como as categorias sociais se interseccionam com a finalidade de manter o *status quo* das relações de submissão/opressão. Além disso, podemos dizer que esse é um conceito de extrema relevância no desenvolvimento do Feminismo Negro, que discutiremos logo em seguida.

### 4.1 O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

A partir do final da década de 80, várias autoras feministas começaram a publicar textos críticos em relação ao conceito de gênero e sua utilização enquanto categoria analítica, sendo esses textos referências até os dias de hoje. Essas críticas giravam em torno da perspectiva de poder adotada por algumas linhas de pensamento e, também, em relação à centralidade concedida ao gênero em termos das forças sociais que oprimem as pessoas (PISCITELLI, 2008).

Segundo Scott (1995), as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais ampla, invocavam frequentemente três categorias como cruciais para a escrita, seriam elas: gênero, raça e classe. Para a autora, o uso dessas categorias assinalava

[...] em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos (SCOTT, 1995, p. 73).

Pode-se dizer que a necessidade de articulação de categorias sociais surgiu, também, a partir do momento em que as Ciências Sociais começaram a perceber que o meio cultural influencia na compreensão de mundo das pessoas e nas estratégias e táticas que elas vão utilizar ao longo de sua trajetória, seja como grupo organizado, ou como protagonista de sua própria história, sendo muitas vezes relevante ao analisar determinado fato político e/ou econômico (ROCHA, 2000). Para Meyer (1996, p. 43), a ideia de uma construção social está necessariamente ligada à articulação de gênero com outras categorias sociais como raça, etnia, religião e etc., nesse sentido, “gênero se constrói com e nelas”, sendo o poder, portanto, visto como essencialmente relacional.

É a partir dessa tentativa de articulação das categorias de análise, que nasce a ideia de **interseccionalidade**. Tal ideia começou a ser trabalhada na década de 80, pelas feministas negras norte-americanas<sup>3</sup>, que estavam preocupadas em entender os sistemas de dominação formados a partir da interligação entre raça, classe, sexualidade e gênero. Elas defendiam que

[...] a abordagem interseccional tem dupla função: permite o enfrentamento das discriminações de forma mais eficiente e, ao mesmo tempo, pode orientar as demandas por políticas públicas inclusivas baseadas nas necessidades reais das mulheres a serem por elas beneficiadas (CARDOSO, 2012, p. 54-55).

De acordo com Piscitelli (2008), a intenção na utilização dessas categorias era de oferecer ferramentas analíticas que possibilitassem apreender a articulação de várias diferenças e desigualdades. Não se trata mais de diferença sexual, nem de relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas sim de interações entre várias possíveis diferenças, em sentido amplo. Assim, o debate internacional da década de 90, está marcado pela emergência de categorias que visam contemplar a multiplicidade de diferenciações, que, articulando-se com gênero, permeia a vida social.

Segundo Prins (2006), existem duas principais vertentes teóricas que trabalham o conceito de interseccionalidade, elas se diferenciam por possuírem distintas concepções de poder, agência<sup>4</sup> e estrutura/sistema. Por um lado, temos o conceito baseado em uma **abordagem sistêmica/estrutural**, que dá mais atenção aos impactos do sistema ou estrutura sobre a formação das identidades, sob essa perspectiva o sujeito é carente de agência, e o conceito de diferença acaba se fundindo ao de desigualdade, suas principais representantes são as pesquisadoras Kimberlé Crenshaw (1991) e Patrícia Hill Collins (2000). Por outro lado, uma concepção baseada em uma **abordagem construcionista**, que desenvolve uma concepção de poder mais dinâmica e relacional, levando em consideração a agência do indivíduo e as identidades sociais, suas principais expoentes são Anne McKlinctock (1995) e Avtar Brah (2005; 2007).

A abordagem que nos interessa aqui é a construcionista, inclusive, porque o olhar que utilizamos para informação nesse trabalho, vem da mesma matriz conceitual. Segundo Piscitelli (2008) é uma abordagem que faz distinção entre as categorias de diferenciação e os sistemas discriminatórios, ou seja, entre diferença e desigualdade, e, além disso, está preocupada não apenas com os efeitos coercitivos das relações de poder, mas também com os

---

<sup>3</sup> Para maior aprofundamento ver: Collins (2000), Crenshaw (1991), Davis (2005).

<sup>4</sup> Refere-se à capacidade de agir, cultural e socialmente.

pontos de fuga, resistência e agência que essas práticas podem igualmente produzir. Em outras palavras,

Na segunda linha de abordagem (construcionista), os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Nesse sentido, Avtar Brah (2005) faz críticas à abordagem sistêmica/estrutural por achar que ele carrega em si certa fixidez ao visibilizar em excesso as subordinações que os marcadores sociais de gênero e raça produzem. Ela pontua que nesses arranjos não existem apenas opressão, existem também resistências (SILVEIRA; NARDI, 2014).

De acordo com Amy Steinbugler, Julie Press e Janice Dias (2006) *apud* Cardoso (2012), apesar das diferenças entre as abordagens, existem quatro pontos relacionados ao conceito de interseccionalidade, em que há concordâncias:

1) em que raça, gênero, classe e sexualidade, entre outras, são categorias socialmente definidas e cujos significados são historicamente contingentes; 2) a natureza multiplicativa da intersecção das opressões; 3) as formas de intersecção de dominação criam tanto a opressão quanto a oportunidade para aqueles que desfrutam do *status* normativo ou não marginalizado, como a branquitude, masculinidade, heterossexualidade ou o pertencer às elites econômicas; os privilégios advêm da ausência da experiência da opressão e dos benefícios diretos, materiais e sociais, decorrentes da classe, da raça e do gênero; 4) em função da transversalidade das hierarquias de poder, é provável que uma pessoa seja simultaneamente favorecida por identidades particulares e prejudicada por outras (CARDOSO, 2012, p. 55).

Assim, a noção de **interação**, introduzida pelo conceito de interseccionalidade, possibilitou a superação da noção de superposição de opressões, uma vez que os fatores de discriminação não se sobrepõem uns aos outros, eles interagem atuando simultaneamente (PISCITELLI, 2008). Nesse sentido, a perspectiva interseccional vem mostrar como as esferas da desigualdade se apoiam umas nas outras para a manutenção do *status quo*. Mediante isso, podemos dizer que a interseccionalidade é a base conceitual da teoria feminista negra, sendo muito importante para o seu desenvolvimento, pois possibilitou o entendimento do processo de dominação e de resistência, a partir dos vários marcadores sociais, em especial gênero, raça e classe (CARDOSO, 2012).

## 4.2 O FEMINISMO NEGRO

O desenvolvimento do conceito de interseccionalidade convergiu com intensas disputas internas no Movimento Feminista, onde algumas mulheres reivindicavam a **diferença** (PISCITELLI, 2008). Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, lésbicas, reivindicavam uma **diferença dentro da diferença**, nesse sentido, a categoria “mulher”, que era diferente da categoria “homem”, não era suficiente para explicá-las, para elas, as reivindicações do movimento não as incluíam (SOIHET; PEDRO, 2007). Assim, elas não consideravam, por exemplo, que

[...] o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma ‘libertação’. Essas mulheres havia muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era, para elas, apenas uma fadiga a mais. Além disso, argumentavam, o trabalho ‘mal remunerado’, que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287).

Dessa forma, elas denunciavam suas exclusões do Movimento Feminista, que passou a ser visto não apenas como pensamento feminista, mas como pensamento feminista branco (PISCITELLI, 2008). Nesse sentido, segundo Cardoso, apesar do Movimento Feminista apresentar várias vertentes teóricas, tais como os feminismos liberal, socialista (e marxista) e radical, que trabalhavam argumentos diferentes em relação às causas e soluções da opressão, elas acabavam sofrendo a mesma crítica, que era a de “[...] priorizar as experiências e condições de vida das mulheres brancas, heterossexuais, da classe média e generalizando-as, de forma inapropriada e perigosa, para as outras mulheres” (2012, p.80). Para Bell Hooks (2015),

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe (HOOKS, 2015, p. 195).

Assim, as mulheres negras, bem como várias outras mulheres, não se sentiam representadas pelo feminismo hegemônico, que pregava um feminismo unificado e falava de uma mulher universal e de uma opressão comum a todas. Havia sim, uma opressão histórica baseada em gênero, mas esse não era a única forma de violência a que as mulheres estavam sujeitas (BARBOSA, 2016). Segundo Carneiro (2001),

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! (CARNEIRO, 2001, p. 1).

Pode-se dizer que as mulheres negras sofreram uma dupla invisibilidade histórica, por um lado nos estudos feministas hegemônicos, onde suas experiências foram completamente ignoradas em nome de uma universalização da definição de mulher, e por outro, nos estudos sobre raça e etnicidade, onde as experiências dos homens negros foram consideradas como únicas para todas as pessoas negras (BARRETO, 2005).

É a partir desse contexto, que começam a surgir as primeiras organizações sociais de mulheres negras nos EUA; eram clubes de mulheres negras que tinham como principais pautas a luta antiescravista, a luta pelo fim dos linchamentos da população negra, que ocorriam nesse país, e a luta contra o abuso sexual que as trabalhadoras negras sofriam. No entanto, esses clubes não foram bem aceitos pelas mulheres brancas, que faziam parte de outros clubes apenas para elas. Nesse sentido, a diferença entre o movimento de mulheres brancas e negras, era de que as últimas tinham consciência da necessidade de se combater o racismo, inclusive àqueles das próprias mulheres brancas (DAVIS, 2005).

Dessa forma, essa nova organização de mulheres, que se configurou como Feminismo Negro, veio questionar a primazia das categorias analíticas gênero e classe social, que até então constituía grande parte da produção teórica do feminismo hegemônico, e descentralizar a versão masculinizada do negro. Assim, embora construído em torno da problemática raça, o feminismo negro desafia os limites do seu surgimento (BRAH, 2006).

Segundo Collins (2000), o Feminismo Negro defende, afirma, rearticula e fornece um veículo para expressar publicamente uma consciência que visa empoderar as mulheres negras e estimular a sua resistência. Ele introduz um debate sobre as diferenças, que é imprescindível para a afirmação da identidade racial dessas mulheres. Sendo que, identidades e diferenças foram de extrema importância na construção desse novo sujeito político, as mulheres negras, que veio propor o enegrecimento do feminismo e a feminização da raça (CARVALHO; ROCHA, 2016). Para Brah (2006, p. 331), o objetivo não era criar uma oposição entre

feminismo negro e branco, e sim entendê-lo como “campos historicamente contingentes de contestação dentro das práticas discursivas e materiais”, contribuindo, por um lado, para a existência da diferença e, por outro, para a coalizão em enfrentamentos mais amplos.

#### **4.2.1 O Feminismo Negro no Brasil**

As reflexões em torno do conceito de interseccionalidade e do feminismo negro, que eclodiram nos Estados Unidos e na Inglaterra, começaram a influenciar as ativistas negras brasileiras no final da década de 1970. Uma das precursoras na inclusão dessas discussões no país foi a intelectual e feminista negra Lélia Gonzalez, que iniciou seu estudo analisando a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, na educação e na saúde. Porém, foi só durante as décadas de 80 e 90 que as discussões em torno da situação da mulher negra foram ganhando força (CARVALHO; ROCHA, 2016).

Já no início da década de 80, Lélia Gonzalez destacava a ausência da categoria raça nos estudos brasileiros sobre as mulheres, sinalizando a importância de articular as categorias raça, gênero e classe para estudar as peculiaridades das condições das mulheres negras (CARVALHO; ROCHA, 2016). Lélia foi pioneira na crítica contra o feminismo hegemônico, evidenciando em sua escrita as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e Caribe. (CARDOSO, 2012)

Para Lélia Gonzalez, o racismo pode apresentar duas formas de manter a exploração/opressão, a saber, o racismo aberto e o disfarçado. O racismo aberto seria encontrado nos países de origem anglo-saxônica e o disfarçado nos de origem latina. Nesse racismo disfarçado, que é o que temos no Brasil, é onde predominam as teorias de miscigenação, da assimilação e da democracia racial, que, segundo a autora, impedem uma consciência objetiva do racismo, sem disfarces, e o conhecimento direto de suas práticas cruéis (GONZALEZ, 1988).

Dessa forma, as críticas ao feminismo hegemônico – formado majoritariamente por mulheres brancas, de classe média, universitárias e heterossexuais – foram ganhando visibilidade a partir dos encontros de mulheres que ocorriam em todo o país, e dos quais foram emergindo demandas específicas das mulheres negras, operárias, lésbicas, trabalhadoras rurais, etc. É comum entre as feministas negras o argumento de que, desde 1985, suas questões começaram a ganhar espaço, devido ao aumento da participação de mulheres negras em encontros e seminários feministas, ocorrendo assim uma virada no feminismo. Nesse sentido, os eventos nacionais e internacionais das décadas de 80 e 90,

serviram de arena política para que as feministas negras pudessem incorporar as variáveis raça e classe, juntamente com a de gênero, objetivando expor as desigualdades sociais pelas quais passavam (DAMASCO, 2009).

Vale ressaltar, ainda, que as mulheres negras também estiveram presentes na trajetória do Movimento Negro brasileiro, segundo Damasco (2009)

Lélia Gonzalez foi uma das criadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978; Jurema Batista ingressou no movimento negro carioca em meados da década de 1970, participando de reuniões no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN); Lúcia Xavier entrou no movimento negro em 1982 mediante atuação no grupo carioca Kizomba, mais tarde também integrou o grupo de pesquisa do IPCN; Luiza Bairros nas décadas de 1980 e 1990 foi uma das lideranças do Movimento Negro Unificado da Bahia; Sueli Carneiro e Edna Roland integraram o MNU nos anos de 1970 e 1980 (DAMASCO, 2009, p. 65).

Nesse sentido, as mulheres negras também começaram a questionar sua participação no Movimento Negro, onde exigiam um papel mais ativo na luta política, pois, na ocasião dos encontros promovidos pelo movimento, eram delegados a elas apenas os papéis subalternos e às tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e secretariar. Assim, eram várias as práticas abusivas desses homens dentro do Movimento Negro, como por exemplo: disputas acirradas por espaço e poder dentro do movimento, as mulheres não podiam ter o direito de se reunir sem os homens; sexismo e heterossexismo, as mulheres que se reuniam eram logo discriminadas e acusadas de serem “sapatões”; assédio sexual (SANTOS, 2009).

Dessa forma, as ativistas negras empreenderam críticas tanto ao feminismo hegemônico quanto ao Movimento Negro, por considerarem que ambos os movimentos não incorporavam plenamente suas pautas, isso contribuiu para que elas se aglutinassem em um grupo próprio que contemplasse suas especificidades. Assim, na década de 90, o Movimento de Mulheres Negras já possuía bastante experiência nas lutas sociais, se constituindo tanto por meio de organizações institucionalizadas, quanto por grupos autônomos (MARCELINO, 2018).

Atualmente, pode-se dizer que o Movimento Feminista Negro no Brasil, avança de duas formas: com o crescimento exponencial da produção intelectual de mulheres negras, como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Jurema Werneck, Carla Akotirene, dentre muitas outras; e com uma maior participação das mulheres na militância, muitas vezes mulheres pobres, de periferias, que mesmo sem contato com o movimento teórico, conseguem se aproximar do Feminismo Negro e lutar por suas demandas.

## **5 TRABALHANDO COM OS CONCEITOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO**

Entendemos as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação como conceitos que revelam o papel social da informação, que é o de possibilitar a transformação das condições em que vivem os sujeitos. Por isso a escolha de trabalhá-los em associação aos movimentos sociais, para entender como a informação pode servir de ferramenta para o enfrentamento das desigualdades. Assim, apresentamos os conceitos de Práticas Informacionais e de Competência Crítica em Informação para que posteriormente possamos utilizá-los na análise dos dados da pesquisa. Mas antes, faremos um breve levantamento das produções relacionadas a gênero e raça na Ciência da Informação.

### **5.1 GÊNERO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Segundo Espírito Santo (2008), poucos/as são os/as pesquisadores/as que se interessam pela temática de gênero na Ciência da Informação, mesmo sendo estreita a ligação entre informação e relações de gênero. Em uma pesquisa realizada em 2008, a autora faz um levantamento de artigos nacionais e internacionais, indexados no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e dos trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), entre os anos de 2000 e 2007, com essa temática. Ao todo, foram encontrados apenas 18 artigos publicados por autores de outros países em 14 revistas internacionais; 6 artigos publicados em 5 revistas nacionais; e 4 trabalhos apresentados em 5 edições do Enancib.

As produções científicas recuperadas por Espírito Santo (2008) possuem objetivos e temas diversos, sendo algumas dessas temáticas: a diferença da quantidade de produções científicas entre homens e mulheres; a desigualdade de gênero na ciência; a segregação feminina em determinados campos de trabalho; os impactos da evolução das TICs no acesso à informação por parte das mulheres; as necessidades informacionais; a informação como ferramenta de combate à violência de gênero; e a construção do feminino. No quadro 1 podemos observar um resumo dos objetivos e das conclusões alcançadas nos trabalhos citados pela autora.

**Quadro 1** – Artigos com temática de gênero, publicados na CI entre 2000 e 2007

<b>Autores</b>	<b>Local da publicação</b>	<b>Objetivo e/ou objeto de estudo</b>	<b>Conclusões</b>
Benavent et al (2007)	<i>Revista de Neurologia</i>	Identificar, utilizando a perspectiva de gênero, as características bibliométricas de artigos publicados nesse mesmo periódico, entre 2002 e 2006.	Promoção de estudos de gênero na área são essenciais para o estabelecimento de uma política científica que busque promover a mulher como pesquisadora.
Theilwall, Barjak & Kretschmer (2006)	<i>Scientometrics</i>	Analisa a comunicação na <i>web</i> , para explorar se eles são uma fonte potencial de <i>insights</i> sobre as diferenças de gênero neste importante meio de comunicação científica.	A desigualdade de gênero prevalece na ciência, apesar das iniciativas de se tentar exterminá-la e denunciam a necessidade de pesquisar as suas causas e manifestações.
Sierpe (2000)	<i>Library &amp; Information Science Research</i>	Analisa a participação de homens e mulheres nas listas de discussão da <i>web</i> .	Todas as facetas da TI têm implicações nas relações de gênero e, no caso das comunicações mediadas por computadores, os homens têm se mostrado mais ativos que as mulheres.
Kretschmer e Aguillo (2005)	<i>Information Processing &amp; Management</i>	Análises nos conjuntos constituídos por publicações, de um lado, e os/as autores/as (análise de redes sociais), de outro. A partir de indicadores desenvolvidos, que incluem: cooperação de gênero; taxas de visibilidade da <i>web</i> e centralidade de gênero nas redes.	Fortes diferenças entre os gêneros, “em favor do sexo masculino”. Para os autores, a desigualdade decorre da posição social da mulher que é refletida nas instituições de pesquisa.
Goel (2002)	<i>Scientometrics</i>	Análise das diferenças de gênero nas produções científicas em psicologia na Índia.	Conclui que a produção científica de homens e mulheres na psicologia é desigual.
Peñas & Willett (2006)	<i>Journal of Information Science</i>	Analisa as publicações de cinco departamentos universitários de Biblioteconomia e CI.	Concluíram que pesquisadores homens publicam mais que as mulheres, mas ressaltam que não é significativa a diferença entre o número de vezes que autores masculinos e femininos são citados nos artigos.
Hakanson (2005)	<i>College &amp; Research Libraries</i>	Analisa o sexo dos autores de artigos publicados em três revistas acadêmicas da área de CI, entre 1980 e 2000.	Afirma que a participação feminina aumentou ao longo do período, mas é preciso realizar estudos mais aprofundados sobre o conteúdo dos artigos que elas assinam e as diversas variáveis que mantêm desigual o número de artigos publicados por sexo.

Robertson, Newell, Swan, Mathiassen e Bjercknes (2001)	<i>Info Systems</i>	Analisam as razões da segregação feminina no campo da computação durante os anos 1990, nas esferas pública e acadêmica, no Reino Unido e na Escandinávia.	Os autores creditam o menor interesse da mulher pela área às relações de poder existentes entre os gêneros e sugerem ações práticas a serem tomadas a começar pelas próprias instituições que promovem pesquisas em computação.
López e Ramirez (2007)	<i>Libri</i>	Analisam a terminologia utilizada para a indexação de trabalhos nos campos da saúde, imagem e corpo femininos.	Concluíram que os <i>thesauros</i> são contaminados por preconceitos e estereótipos sociais.
Mbarika et al (2007)	<i>Information Society</i>	Discutem as maneiras pelas quais a evolução das TICs ampliaram o acesso de mulheres africanas a computadores e à Internet.	Descobriram que as mulheres são altamente otimistas, abraçando as TICs como um mecanismo prático para alcançar a entrada no mercado de trabalho. No entanto, perceberam importantes barreiras estruturais, como: políticas públicas que falharam em facilitar o desenvolvimento do setor de TICs, discriminação de gênero por parte dos empregadores e treinamento com técnicas insuficientes.
Mabawonku (2006)	<i>Journal of Documentation</i>	Identificar as necessidades informacionais e o uso que funcionárias públicas nigerianas fazem da informação.	Constatou-se que os temas que mais despertam interesse são política/governo, educação, religião, família e assuntos internos relacionados ao trabalho de cada uma.
Karim e Hasan (2007)	<i>Electronic library</i>	Tentar entender os hábitos de leitura e atitudes dos estudantes de TI e Artes da Universidade Islâmica Internacional da Malásia, explorando essas diferenças em termos de gênero.	O estudo conclui que o <i>site</i> é visto como fonte de leitura cada vez mais importante. Algumas diferenças nos hábitos e atitudes de leitura também foram observadas entre os participantes masculinos e femininos.
Large, Beheshti e Rahman (2002)	<i>Information Processing &amp; Management</i>	Analisou as diferenças na busca de informação por adolescentes de escolas canadenses.	Segundo os autores, as meninas dedicam mais tempo à leitura das páginas, ao contrário dos rapazes que trocam de páginas mais vezes por minuto.
Waseleski (2006)	<i>Journal of Computer-mediated Communication</i>	Comparou a frequência com que homens e mulheres fazem uso de pontos de exclamação quando se encontram em fóruns de discussão profissionais via Internet.	Indicou que as mulheres utilizam esses marcadores linguísticos com mais frequência que os homens. Segundo o autor, a exclamação tem funcionado principalmente como recurso para manter uma interação amigável.

Khoo e Ramaiah (2004)	<i>Libri</i>	Fazer um cruzamento entre o perfil e os interesses dos candidatos ao curso de mestrado em CI, da Divisão de Estudos de Informação da Universidade Tecnológica Nanyang, Singapura,	Os autores detectaram que bibliotecas públicas e escolares tendem a atrair mulheres; já os estudos sobre bibliotecas virtuais concentram mais homens e com idade mais avançada. Os homens mais jovens tendem a escolher disciplinas ligadas à TI e à gestão do conhecimento.
Dunne (2002)	<i>Library &amp; Information Science Research</i>	Comportamento informacional das mulheres agredidas	Percebeu que existem três categorias de barreiras que restringem as alternativas de busca de informações pela mulher espancada: pessoal, responsiva e situacional.
Harris et al (2001)	<i>Library &amp; Information Science Research</i>	Cento e cinco mulheres que foram abusadas pelos próprios parceiros, descrevem como buscaram auxílio nos serviços de apoio a esse tipo de vítima.	Concluíram que, apesar de as entrevistadas terem avaliado positivamente os serviços, é preciso conceber mecanismos mais eficazes para superar as barreiras que mulheres abusadas encontram quando buscam informação e ajuda.
Strassberg e Holty (2003)	<i>Archives of Sexual Behavior</i>	Estudo feito a partir de anúncios pessoais publicados em <i>sites</i> de relacionamento.	Os autores perceberam que os anúncios que receberam mais respostas foram aqueles em que as mulheres se escreveram como financeiramente independentes, prósperas e ambiciosas.
Ferreira (2003)	<i>Transinformação</i>	Analisa o papel da mulher no mundo do trabalho, dando ênfase ao/à profissional da informação, bem como aos condicionantes que demarcam a escolha dessa profissão.	Concluiu-se que é preciso repensar o papel do/a bibliotecário/a e da unidade de informação buscando uma práxis social transformadora, o que significa também rever sua trajetória em relação ao gênero
Nascimento (2003)	<i>Informação e Sociedade</i>	Buscou analisar a Necessidade, as formas de busca e o uso da informação da mulher catarinense.	Concluiu-se que é imprescindível proporcionar maior facilidade de acesso à informação sobre o gênero, reestruturar as bibliotecas escolares e implantar laboratórios de informática, como forma de possibilitar melhor exercício da cidadania.
Muñoz-Muñoz, García e Avilés (2004)	<i>Ciência da Informação</i>	Analisou a construção de um telecentro em municípios integrantes da <i>Unidad Territorial de Empleo y Desarrollo Local y Tecnológico</i> de Alfacar /Espanha, onde mulheres possam buscar informações.	Conclui que esse modelo de programa, que visa conhecer e divulgar as TICs, um tipo de agente de empoderamento social feminino, principalmente em meios onde a tecnologia ainda tem acesso restrito.

Caldin (2006)	<i>Revista ACB</i>	Elabora uma interpretação das vozes femininas nos contos de fadas.	Indica que o bibliotecário tenha liberdade de escolher a interpretação que mais lhe agrada e tenha a responsabilidade de permitir que seu público-alvo desfrute dessa mesma liberdade de interpretação.
Pacífico e Romão (2006)	<i>Em Questão</i>	Analisa os sentidos construídos sobre o feminino, em três gerações de avós, mãe e filhas.	O <i>corpus</i> permitiu-lhes inferir que houve deslizamentos de sentidos no discurso e na imagem de/sobre a mulher.
Hayashi et al (2007)	<i>Transinformação</i>	Descrição e análise dos indicadores da participação feminina em C&T das docentes que pertencem à comunidade científica da Universidade Federal de São Carlos/SP	Destacam que ainda falta um caminho a percorrer para as mulheres igualarem-se aos pesquisadores nos postos acadêmicos e áreas do conhecimento mais prestigiadas.
Olinto (2003)	<i>V Enancib</i>	Analisa qual é a proporção de participação feminina no grupo de pesquisadores de C&T, qual é a variação que apresentam as áreas acadêmicas e as regiões do país em relação à presença da mulher.	As análises sugerem que há ainda um longo caminho a percorrer para se chegar a uma situação de equilíbrio ideal com relação à participação de ambos os sexos na pesquisa de alto nível.
Oliveira (2005)	<i>VI Enancib</i>	Reflete sobre a necessidade de se repensar o registro das estatísticas públicas sobre carreiras educacionais, na área de C&T, a partir de uma perspectiva que incorpore a dimensão de gênero.	Constatou que o modo pelo qual a informação estatística é registrada não permite captar adequadamente a matriz de desigualdade de gênero.
Olinto (2006)	<i>VII Enancib</i>	Apresenta alguns indicadores de recursos humanos em tecnologia de informação no Brasil, assim como de recursos humanos na categoria mais abrangente de recursos humanos em ciência e tecnologia, destacando, na descrição dos dados, informações sobre as diferenças de gênero dentro destas categorias ocupacionais.	Considerou fundamental a inclusão da dimensão de gênero entre os indicadores de recursos humanos em TI no Brasil como forma de identificar a adaptação do país à sociedade do conhecimento. Detectou que o setor ainda é marcado pela acentuada diferença entre os gêneros.
Dumont e Espírito Santo (2007)	<i>VIII Enancib</i>	Busca de informação pela mulher em jornais impressos.	Os dados permitiram concluir que a mulher, quase metade do público leitor dos grandes jornais brasileiros, os lê principalmente em busca de informação sobre diversos temas, em especial a política, acontecimentos locais, cultura.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em Espírito Santo (2008).

Pode-se observar, a partir do trabalho de Espírito Santo (2008), que existia um *déficit* de pesquisas sobre acesso, uso e produção de informação por parte das mulheres, e, apesar desse estudo ter sido realizado há dez anos, percebe-se que a inserção da temática de gênero na Ciência da Informação, embora tenha evoluído bastante na última década, ainda é tímida. É importante perceber, ainda, que além do baixo número de publicações que contemplam a temática gênero, existe também, segundo Espírito Santo (2008), uma pequena participação feminina na construção do saber do campo, este que é um campo historicamente “feminino”. Para a autora, é preciso aprofundar a reflexão em torno das causas que mantém, ainda hoje, as mulheres menos produtivas que os homens.

Dessa forma, Bufrem e Nascimento (2012) acreditam que outras pesquisas com o tema gênero devem ser estimuladas na Ciência da Informação, com diferentes abordagens, métodos e *corpus*, dado que os estudos relacionados a gênero, envolvem sempre análises sobre relações de poder, sendo possível, assim, perceber a informação como condição para diminuição das desigualdades e fonte de consciência das possibilidades políticas para a diminuição dos desequilíbrios sociais.

Segundo Espírito Santo (2008), as mulheres constituem um grande público consumidor de informação, utilizando-a para formar opinião e interagir socialmente. Para a autora, o acesso à informação é “condição primeira para o empoderamento feminino” (2008, p. 328). Para Abath e Ireland (2002), a mulher só alcançará o empoderamento se for capaz de melhorar seus status nas três dimensões do poder, a saber, a econômica, a política e a social. Segundo esses/as autores/as, essas dimensões tem o mesmo ponto de intercessão, que seria a **informação e o conhecimento**.

O conceito de informação assume aqui, segundo Marteleto (1987, p. 179), uma **abordagem dialética** ou **crítica**, sendo vista como um fator de mudança e não de manutenção das estruturas, ou seja, “como um processo contraditório, que tanto pode servir para a manutenção das relações sociais de produção, quanto para a estimulação da contradição no seio dessas mesmas relações”, possuindo dimensões políticas, econômicas e históricas. A informação é entendida como um instrumento gerador de mudanças, possibilitando transformações em nível individual e coletivo (EGGERT-STEINDEL, 1994).

Assim, a informação é fundamental para compreensão e subversão das desigualdades de gênero, pois impulsiona a transformação e a inclusão social das mulheres, que se faz possível quando garantida a produção, a disseminação e o acesso à informação por parte delas, baseando-se, claro, nas suas necessidades informacionais (DIAS; LIMA, 2013). Dessa forma, levando em consideração que a informação é construída socialmente e em contextos

específicos, através de diferentes práticas sociais, torna-se imprescindível analisar as Práticas Informacionais dessas mulheres, principalmente àquelas destinadas ao processo de enfrentamento e empoderamento.

## 5.2 A TEMÁTICA RACIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Durante um longo período, as temáticas relacionadas aos/às negros/as, bem como às mulheres, foram silenciadas nas ciências em geral, e na Ciência da Informação não foi diferente. Segundo levantamento realizado por Ortolan et al (2017), até o ano de 2006 as publicações referentes as temáticas raciais eram praticamente inexistentes na CI. Nesse mesmo estudo, os autores recuperaram, em um intervalo de tempo não determinado, 36 publicações, a partir da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

De maneira parecida, Valério, Bernardino e Silva (2012) analisaram as publicações realizadas nos Enancibs, entre os anos de 2005 e 2010, que versavam sobre as questões raciais, e constataram que de 982 artigos publicados, apenas 11 contemplaram assuntos sobre as relações raciais afrodescendentes, ou seja, em torno de 1% (um por cento) dos trabalhos apresentados. No quadro 2, podem ser observados um resumo dos trabalhos encontrados por eles/as.

**Quadro 2** – Trabalho com a temática raça nos Enancibs de 2005 a 2010

<b>Autor</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Conclusões</b>
Aquino e Santana (2005)	Para além dos discursos: imagens de inclusão social/ racial na sociedade do conhecimento.	Analisar as imagens de negros/negras no discurso da inclusão social/racial em ambientes universitários.	As imagens têm sido geradas nos processos discursivos dos contextos universitários, inibindo a disseminação da informação para uma educação multicultural.
Miranda (2007)	A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD	Analisa a representação do etnoconhecimento dos afrodescendentes nos sistemas de organização do conhecimento (CDD22), que não trazem em si as possibilidades de representar os conteúdos de forma plural, por serem concebidos a partir do modo eurocêntrico e único de conhecer.	Conclui que a organização do etnoconhecimento deva ser realizada por meio de sistemas de organização do conhecimento colaborativos construídos por metodologia participativa, promovendo uma nova ética para a representação do conhecimento de grupos em desvantagem.

Aquino (2008)	A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural	Discute a inclusão de afrodescendentes na diversidade cultural, com atenção para a atual situação em que vive esse grupo na sociedade brasileira.	Conclui que a Ciência da Informação tende a colocar na sua agenda novos temas para ações investigativas, que emergem das necessidades específicas de diferentes públicos.
Ziller e Cardoso (2008)	Perfil da comunidade acadêmica da escola de Ciência da Informação da UFMG: relações de poder e hierarquias	Analisa a constituição dos corpos docente e discente (graduação) da Escola de Ciência da Informação da UFMG.	A conformação dos corpos discente e docente do curso de Biblioteconomia da UFMG responde a desequilíbrios históricos de gênero e raça, que, ainda que combatidos, reduzidos e muitas vezes invisibilizados na atualidade, não deixaram de existir.
Lima e Aquino (2009)	Acesso e democratização da informação: identidades afrodescendentes na cibercultura	Análise das condições de acesso à informação pela internet, a existência ou não de experiências com o racismo e a construção e exposição da autoimagem de jovens, entre 18 e 25 anos, usuários da Praça da Informação da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.	Verificou-se que a construção das identidades dos cibernavegantes não está centrada na etnia, pois, nesse caso, o elemento étnico, na construção de suas identidades, mostrou-se menos importante. Constatou-se também que, quando o acesso é limitado, esses potenciais produtores/consumidores de informação são podados na sua capacidade de participação social e de plena imersão na cibercultura.
Mattos e Murguia (2009)	Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares	Investigar a percepção e ações dos bibliotecários quanto às mudanças ocorridas no contexto educacional nas últimas décadas, no que se refere às leis de inclusão e à temática do multiculturalismo, e no que concerne à sua ação profissional cotidiana.	Os dados levantados indicaram a necessidade de desenvolvimento de uma política pública mais abrangente de combate a preconceitos e promoção da dignidade humana, com a ampliação de uma política de formação continuada dos profissionais da educação integrando os bibliotecários.
Silva (2009)	A responsabilidade social-ét(n)ica da Ciência da Informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba	Investiga a produção de conhecimento acerca de negros(as) na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), <i>Campus I</i> , buscando entender a partir de uma pesquisa mais ampla a (in)visibilidade dessa população na cultura científica dessa instituição.	Constatou uma “lacuna” na produção de conhecimento sobre o tema em questão.

Oliveira e Aquino (2010)	Contribuições da arquitetura da informação para o website “A Cor da Cultura”	Analisar a disseminação de informação que favorece a construção da imagem do afrodescendente no <i>website</i> do projeto “A Cor da Cultura”.	Concluiu que se os pressupostos da Arquitetura da Informação Digital fossem aplicados, num processo de reformulação do <i>website</i> haveria uma considerável contribuição nos processos informacionais imbricados para a redução das práticas de discriminação, preconceito e racismo que promovem o esquecimento e silenciamento da história e cultura dos sujeitos afrodescendentes.
Elliott e Aquino (2010)	Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri	Analisar a construção de imagens sobre os/as negros/as no discurso jornalístico, tomando como foco de análise os jornais da imprensa negra, O Menelick e A Pérola, que circularam no ano de 1916.	Constatou-se que o negro é apresentado por cenários compostos de protestos, reivindicações, formação educacional e seu desejo de integração na sociedade, ou seja, por um discurso permeado pela busca da sua identidade.
Cardoso (2010)	Memória, informação e identidade negra na biblioteca pública	Refletir sobre as categorias Memória, História e suas distinções, principalmente as estabelecidas por Pierre Nora (1993).	O profissional da informação/bibliotecário pode contribuir com a reconstrução da história de grupos subalternizados através da seleção e transmissão da memória e da informação.
Brettas e Frota (2010)	O registro do congado como instrumento de preservação da memória mineira: novas possibilidades	Busca analisar o registro de uma manifestação originária da cultura africana – os Congados – como instrumento de preservação de parte do patrimônio imaterial, no Brasil e, principalmente, em Minas Gerais.	Conclui que o Congado é uma fonte de informação valiosa, que apresenta o contexto histórico e os aspectos culturais e religiosos que condicionaram sua evolução, assim como influencia o cotidiano dos/as participantes enquanto indivíduos e coletividade.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora com base em Valério, Bernardino e Silva (2012).

Percebe-se, a partir das duas pesquisas apresentadas, que as publicações encontradas abordam assuntos como: construção de identidades afrodescendentes; responsabilidade social e ética e a inclusão dos afrodescendentes nos discursos de profissionais da informação; a invisibilidade de negros/as na produção de conhecimento; os mitos da tradição africana como elementos de informação e preservação da memória; a inclusão étnico-racial na era da informação; dentre outras coisas.

Esses levantamentos nos chamam atenção também para o fato de que, apesar do número de pós-graduações em Ciência da Informação pelo país, é o Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação da UFPB o maior responsável por introduzir esse tema na discussão acadêmica da área. Isso significa dizer também que, grande parte dos trabalhos apontados pelas duas pesquisas foram produzidos pela professora Dra Mirian de Albuquerque Aquino e seus orientandos, assim, a professora pode ser considerada uma das expoentes no que se trata da análise de temas que envolvem o marcador social de raça na Ciência da Informação. De acordo com Ortolan et al (2017), dos 36 trabalhos recuperados na BRAPCI, 18 são de coautoria dela. Por fim, de acordo com Ortolan et al (2017), a maioria dos materiais publicados são redigidos principalmente por pesquisadores/as negros/as ou afrodescendentes, que estão vinculados a instituições da Região Nordeste do Brasil. Além disso, não foi identificado nenhum trabalho que abordasse as Práticas Informacionais, nem a Competência Crítica em Informação, como é o caso do nosso.

### 5.3 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Práticas Informacionais é um conceito que atualmente vem sendo desenvolvido baseado na **abordagem sociocultural** dos estudos de usuário (DUARTE; ARAÚJO; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017). Foi Savolainen (2007), quem primeiro propôs o abandono do termo “comportamento informacional” e sua substituição por “práticas informacionais”. Segundo ele, esses seriam “conceitos guarda-chuva” que fornecem um contexto mais amplo para o estudo da informação, sendo utilizados para caracterizar as formas como as pessoas geralmente lidam com a mesma (SAVOLAINEN, 2007).

O conceito de comportamento informacional (*information behavior*) já vinha sendo utilizado desde meados da década de 1960, onde William Paisley pode ser visto como um dos primeiros defensores dessa abordagem comportamental da utilização da informação. Para Paisley, esse conceito estaria ligado a fatores individuais, tais como seleção de canais, quantidade de busca, recursos despendidos, fatores motivacionais, entre outras coisas (SAVOLAINEN, 2007). Dessa forma, na década de 1980 o conceito de comportamento informacional se consolida como “conceito guarda-chuva”, sendo possível citar como importantes contribuições dessa abordagem os estudos realizados pelos pesquisadores Wilson (1981; 1999) com seu “Modelo de comportamento informacional” e Dervin (1983) com sua teoria de criação de sentido “*Sense-Making*”, desenvolvida a partir de 1972.

Apesar dos avanços obtidos a partir dos estudos de comportamento informacional, Coimbra (2008) ressalta que as pesquisas baseadas nesse conceito resultam, quase sempre, em modelos que, apesar de relevantes, não são capazes de abarcar a totalidade dos fenômenos

possíveis na interação entre sujeitos e informação. Essas pesquisas deixam livre “[...] uma zona fenomênica, em parte conhecida, e possivelmente em grande parte por conhecer” (COIMBRA, 2008, p. 28), através da pesquisa das Práticas Informacionais.

O conceito de “prática” advém da Etnometodologia e diz respeito a como os “fatos sociais” são constantemente produzidos pelos indivíduos. Nessa perspectiva, não existe regras, normas e estruturas que existam independentes das interações sociais, pelo contrário, tem-se a ideia de processo, ou seja, os sujeitos continuamente atualizando regras e modelos por meio de suas ações. Portanto, é uma perspectiva totalmente em sintonia com o que vimos anteriormente, na qual apresentamos gênero e raça/etnia como uma construção social.

Dessa forma, o conceito de Práticas Informacionais está vinculado às interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletivo e socialmente, e não meramente acumulado (ARAÚJO, 2013). Nesse sentido, acredita-se que o conceito de Práticas Informacionais corrobora com o pensamento feminista, que segundo Cardoso (2012, p. 72) acredita que o conhecimento “[...] é situado e socialmente construído a partir de determinada posição social, é dependente do lugar que ocupamos no gênero, na raça, na classe, na sexualidade”.

O conceito de prática é empregado também por Bourdieu para estudar os processos culturais e sociais, refletindo as práticas nos espaços e momentos de sua produção. Trata-se, assim, de dar maior espaço aos atores, admitindo, no entanto, que nos seus gestos existe uma extensa parte de impensado, automático e de não controlado. Para Bourdieu, cada ator social é portador de um *habitus*<sup>5</sup> que concebe a prática (MARTELETO, 2017). Segundo o autor, para compreender as práticas dos sujeitos “[...] é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatos e regulados, sem intenção de direção e obediência consciente a regras explicitamente formuladas como tais” (BOURDIEU, 2004, p. 97).

Assim, segundo Lloyd (2010), as teorias da prática enfatizam que: o conhecimento é relacional e, portanto, construído; as práticas têm uma trajetória social, histórica e política, ou seja, são construídas ao longo do tempo, lugar e contexto; a construção de significado é uma negociação entre pessoas em um ambiente particular, levando à produção e reprodução de identidades e formas de interação; essa prática de compreensão exige a concentração em mais

---

<sup>5</sup> *Habitus* são disposições adquiridas e duráveis que podem levar os agentes a resistirem e a se oporem às forças do campo. Sendo o campo, um universo intermediário entre o objeto e os acontecimentos sociais, onde estariam inseridos os agentes e as instituições (SCARTEZINI, 2012).

do que apenas processos internalizados, também exige compreensão da natureza experiencial do desempenho corporificado.

Foi com o desenvolvimento da abordagem sociocultural dos estudos de usuários que o conceito de Práticas Informacionais encontrou campo fértil para o seu desenvolvimento, surgindo como uma alternativa crítica ao conceito de comportamento informacional. Com o surgimento dessa abordagem, os pesquisadores do campo da informação começaram a buscar entender a integração entre o caráter individual (comportamento informacional) e coletivo (prática informacional) da informação, e, nesse caso, era preciso levar em consideração os contextos socioculturais (ARAÚJO, 2013).

Assim, ao analisarmos as Práticas Informacionais das mulheres, por exemplo, não podemos deixar de levar em consideração que, ainda hoje, as relações entre os gêneros são baseadas em desigualdades e permeiam qualquer interação social. Sob essa perspectiva, seria, então, extremamente relevante, estudar os impactos sociais e culturais que o processo informacional traz para essas mulheres (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Conforme González de Gomez (2004), qualquer esforço para compreensão de uma mensagem não deve estar separado do seu contexto de produção, uso e distribuição, mas sim dependente das práticas em que essas mensagens são geradas e permutáveis. De maneira parecida, Araújo (2014) aponta que a informação existe em um contexto; sua definição do termo não diz respeito apenas a mensagens, mas a uma ação. Ainda nessa perspectiva, Talja, Tuominen e Savolainen (2005) dizem que a prática informacional é um processo de busca e uso da informação constituída social e dialogicamente, e não com base nas ideias e motivações do indivíduo, ressaltando que todas as práticas humanas são sociais.

A importação do conceito de “prática” dos campos das ciências humanas e sociais para os estudos de usuários acabou por representar uma profunda redefinição dos sujeitos (ARAÚJO, 2013). Agora o ser humano passa a ser visto não mais como usuário da informação e sim como sujeito informacional, ressaltando, dessa forma, o seu caráter de ator nesse processo (DUARTE; ARAÚJO; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017). Sendo assim, a prática pode ser vista conforme apresentada por Chauí (1984, p. 20) como “modo de agir pelo qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los”.

De acordo com Lloyd, o conceito de Práticas Informacionais é particularmente relevante para compreender o conceito de Competência Informacional, entendida pela autora como “[...] uma prática constituída por uma constelação de atividades relacionadas à informação (LLOYD, 2010, p. 251)”. Para Lloyd (2010), as competências informacionais

devem ser entendidas como uma prática informacional crítica<sup>6</sup>, organizada através do contexto social, e não como um conjunto de habilidades descontextualizadas, distantes das práticas que influenciam e conduzem a atividade humana. Infere-se aqui que, para a autora, a Competência Informacional possui uma dupla relação com as Práticas Informacionais, ao passo que as práticas levam à competência, a própria competência em si já é uma prática.

#### 5.4 A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

De acordo com Gasque (2010), na Ciência da Informação os estudos sobre competência podem ser observados a partir da utilização do termo *Information Literacy*, que surge em tópicos de pesquisa nos EUA, na década de 70, e refere-se a “um conjunto de habilidades que exigem que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essas informações” (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARY, 2000, p. 2, tradução nossa). No Brasil, o termo *Information Literacy* pode ser apresentado com algumas variações de tradução, a saber, ‘letramento informacional’, ‘alfabetização em informação’, ‘literacia’, ‘habilidade informacional’ e ‘competência informacional’, no entanto, na literatura da Ciência da Informação, a tradução não literal mais utilizada para o termo é a de ‘competência informacional’ (GASQUE, 2010).

Apesar de as traduções apresentadas acima estarem ligadas a expressão *Information Literacy*, elas não possuem o mesmo significado, apesar de estarem inter-relacionadas ao uso da informação. Segundo Soares (1998), o ‘letramento informacional’, por exemplo, refere-se ao estado ou à condição de quem sabe ler e escrever, mas também exerce as práticas sociais que usam a escrita, ou seja, diz respeito ao uso eficiente e eficaz da escrita para entender e produzir textos e viver na sociedade letrada, englobando a ideia de funcionalidade que ocorre em situações reais de uso da linguagem. No Brasil, a proximidade semântica entre ‘letramento’ e ‘alfabetização’ tem provocado o equívoco de que os dois fenômenos se confundem, o que não se refere à realidade (SOARES, 2004). Portanto, ‘alfabetização informacional’ pode ser definida como sendo o

---

<sup>6</sup> Atualmente, existem críticas ao caráter tecnicista do conceito de Competências informacionais, essas críticas serão tratadas mais à frente sob o conceito de Competência Crítica em Informação, que, a nosso ver, se encaixa melhor ao que propõe Lloyd.

[...] processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se Letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos (SOARES, 2003, p. 91).

Já a expressão ‘literacia’ é utilizada em alguns trabalhos lusitanos e seria a tradução do termo *Information Literacy* em língua portuguesa, no entanto, ela não consta em nenhum dos principais dicionários de língua portuguesa do Brasil (GASQUE, 2010). A competência informacional, por sua vez, do ponto de Gasque

[...] refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos (GASQUE, 2013, p. 5).

Cada ação específica e necessária para obter uma competência é chamada de ‘habilidade informacional’, desse modo, para o indivíduo ser competente e identificar as suas necessidades de informação, é necessário desenvolver habilidades de elaborar questões sobre o que deseja pesquisar e estudar fontes de informação para aumentar o conhecimento sobre o assunto, não se adquire competências sem desenvolver habilidades específicas (GASQUE, 2013).

Realizada essa distinção entre os conceitos relacionados à *Information Literacy*, cabe agora aprofundar um pouco mais o que seria a Competência Informacional. Na literatura da Ciência da Informação, a Competência Informacional foi definida por diferentes autores, porém não cabe aqui trazer essa diversidade de conceitos, por acreditar que em sua essência eles apontam para a mesma direção, poucas são as variações. No entanto, optou-se por apresentar a definição de Dudziak (2008), uma das principais autoras brasileiras sobre assunto, que parece ser mais adequada a este trabalho, para ela

[...] define-se a competência em informação como a mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionada ao processo construtivo de significados a partir da informação, do conhecimento e do aprendizado. Diferentes dimensões passam a ser consideradas: a dimensão das habilidades informacionais alcançadas pelo treino; a dimensão cognitiva de construção do conhecimento apropriação de conteúdos e processo reflexivo; e a dimensão das atitudes e dos valores, que diz respeito a construção dos aspectos críticos, políticos e éticos da ação dos homens (DUDZIAK, 2008, p. 42).

A autora acredita que as Competências Informacionais acontecem através de três dimensões: a dimensão básica ou da informação, onde acontece o desenvolvimento de habilidades para o uso das ferramentas informacionais e da tecnologia; a dimensão secundária ou do conhecimento, onde as habilidades são internalizadas e os conhecimentos são construídos com base na reflexão; e por último, o nível mais complexo ou do aprendizado, onde a competência informacional é considerada um constante processo de aprendizado, englobando as duas primeiras dimensões, e adicionando valores e atitudes voltadas para aprender a aprender, como também para a responsabilidade social (DUDZIAK, 2007).

É importante citar também a ideia de Competência Informacional (*Information Literacy*) extraída do relatório final da *American Library Association* (ALA), de 1989, e assinada pelo *Presidential Committee on Information Literacy*, afirmando que:

Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme, ou qualquer outra fonte possível (ALA, 1989, tradução nossa).

É importante dizer que, o conceito de Competência Informacional, conforme apresentado até aqui, está ligado diretamente ao conceito de Comportamento Informacional, trata-se de uma ideia muito individual e cognitivista, que traz a ideia de indivíduo capaz. No entanto, acredita-se que a Competência Informacional não se limita às questões de acesso à informação, esse seria apenas um de seus aspectos, que deve ser somado, por exemplo, ao uso efetivo da informação acessada e a construção de conhecimento pelos sujeitos, os quais devem saber utilizá-lo de forma crítica para solucionar seus problemas, enfrentar as realidades desiguais e dominantes, bem como sedimentar uma sociedade mais justa e solidária. Diante disso, o conceito de Competência Informacional vem se expandindo e ganhando novas abordagens, principalmente com o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), não raramente essas novas abordagens vem acompanhadas de uma inflexão crítica (BRISOLA, SCHNEIDER, SILVA JÚNIOR, 2017).

Nesse sentido, o grande volume informacional e a alta velocidade com que as informações circulam após o desenvolvimento das TICs, torna cada vez mais necessária a aquisição de ferramentas e habilidades para a absorção, avaliação e utilização dessas informações pelos indivíduos, mas não apenas isso, precisa-se de algo mais, algo que vai além

de ferramentas tecnológicas e competência para lidar com elas, faz-se necessário o desenvolvimento de um senso crítico (BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017).

As TICs trouxeram um impacto em todo o globo, transformando a informação em um dos bens mais valorizados no mercado. O domínio e o uso crítico dessas ferramentas tornaram-se condição básica para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural de todo e qualquer sujeito, dentre eles as mulheres (ESPÍRITO SANTO, 2008). Assim, as TICs podem ser vistas como meios pelos quais as mulheres conseguem acessar informações e, ainda, tornar essas informações disponíveis para outras mulheres (ABATH; IRELAND, 2002).

Porém, de acordo com Bezerra, Schneider e Brisola (2017), tem-se que o volume e a velocidade da informação são superiores a capacidade humana de processá-la

Por isso, se o conhecimento teórico e o domínio operacional de ferramentas informacionais externas foram e são vitais, ao mesmo tempo foram e são, sempre, insuficientes, caso o sujeito não possua o devido senso crítico, que lhe permita conhecer suas próprias necessidades, vislumbrar qual informação poderia supri-las e ser capaz de localizá-la, processá-la, utilizá-la (BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017, p. 7-8).

Dessa forma, o documento proposto pela *Association Of College and Research Library - ACRL* (2000) que define a *Information Literacy*<sup>7</sup> como “um conjunto de habilidades que exigem que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essas informações”, tem se mostrado obsoleto. Documentos mais recentes, como a *Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e aprendizado ao longo da vida* (2005), as *Recomendações da IFLA sobre a Literacia Informacional e Mediática* (2011) e a *Moscow Declaration on Media and Information Literacy* (2012), ao abordarem as características da competência informacional destacam, além do caráter ativo da busca e a eficiência do acesso, o componente crítico da avaliação e a postura ética na utilização da informação (BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017). A própria *Association Of College and Research Library* publicou, em 2016, um novo documento de referência para os estudos sobre *Information Literacy*, o *Framework for information literacy for Higher Education*, que propõe, de acordo com Bezerra e Doyle (2017)

---

<sup>7</sup> *Information Literacy* tratada a partir daqui como sinônimo de Competência Informacional.

[...] trazer um novo olhar, mais crítico e flexível, a respeito do atual ecossistema de informação, destacando as rápidas mudanças no ambiente educacional e sublinhando a responsabilidade que estudantes, professores e bibliotecários devem assumir em um mundo informacional cada vez mais dinâmico e diverso (BEZERRA, DOYLE, 2017, p. 2).

O *Framework for information literacy for Higher Education* foi produzido com vistas a atualizar o antigo *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, do qual foi retirada a definição de *Information Literacy* apresentada anteriormente. Porém, embora essa segunda perspectiva da ACRL traga um olhar mais flexível e atual para as Competências Informacionais, ainda entende a construção das competências dentro de uma estrutura de conhecimento formal e tradicional. Dessa forma, acaba não contemplando a construção das Competências Informacionais Críticas pelos sujeitos de maneira alternativa e autônoma nos espaços informais da vida cotidiana, a exemplo dos grupos de apoio, conscientização e enfrentamento, organizado de maneira situacional.

O caráter instrumental, tecnicista e positivista da primeira definição da *Information Literacy*, apresentada no documento anterior da ACRL, deu espaço a uma série de críticas, que vêm sendo publicadas sob o conceito de *Critical Information Literacy* (DOHERTY & KETCHNER, 2005; DOHERTY, 2007; ELMBORG, 2012; TEWELL, 2015) no exterior, e Competência Informacional Crítica (VITORINO & PIANTOLA, 2009) ou Competência Crítica em Informação (BEZERRA, 2015; DOYLE, 2017; BEZERRA, SCHNEIDER & BRISOLA, 2017; BEZERRA, DOYLE, 2017) no Brasil.

Assim, a noção de Competência Crítica em Informação traz, antes de tudo, uma crítica aos limites provocados pelo caráter instrumental da Competência Informacional. Sabe-se que o domínio instrumental de dispositivos informacionais é necessário para qualquer competência em informação, mas não é o suficiente para que se possua uma Competência Crítica em Informação (BRISOLA, SCHNEIDER, SILVA JÚNIOR, 2017). Além do domínio instrumental, a Competência Crítica em Informação requer

[...] um questionamento, por parte do usuário e dos mediadores da informação, sobre as necessidades informacionais de uns e outros, uma reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas “necessidades”, seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação. Em outras palavras, a CCI<sup>8</sup> requer uma problematização conceitual, psicológica e pragmática das necessidades informacionais (BRISOLA, SCHNEIDER, SILVA JÚNIOR, 2017, p. 7).

---

<sup>8</sup> Competência Crítica em Informação.

Por outro lado, o conceito de Competência Crítica em Informação faz referência à ideia de aprendizado ao longo da vida, de forma que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais (BEZERRA, 2015). Nessa nova perspectiva crítica, a Competência Informacional é vista como “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (VITORINO, PIANTOLA, 2009, p. 136). A afirmação de Vitorino e Piantola parece, à primeira vista, um tanto quanto ingênua, uma vez que, no mundo capitalista em que vivemos, não cabe apenas ao sujeito definir o curso de sua vida, este depende de inúmeros fatores externos a sua própria vontade, no entanto, a questão chave está no fato de poder fazer “escolhas mais conscientes”, e mesmo quando não tiver escolhas, ter consciência do que acontece ao seu redor.

De acordo com Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017), a Competência Crítica em Informação deve conter em si uma rigorosa fidelidade ao primeiro princípio do método científico de Descartes, a saber, a dúvida sistemática, o que significa dizer que para que a informação seja tomada como verdadeira, não basta apenas ela ter sido proferida por alguma autoridade no assunto, em outras palavras, a credibilidade do enunciador não assegura a verdade da informação. Fica evidente que esse princípio torna-se cada vez mais necessário nos dias atuais, marcado pelo acesso expressivo às Tecnologias da Informação, e grande manifestação de *Fake News*<sup>9</sup>, desinformação e pós-verdade<sup>10</sup>.

Pode-se dizer que os estudos sobre Competência Crítica em Informação são baseados na contribuição sociológica da teoria crítica. Tal teoria vai “ênfaticamente o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação” (ARAÚJO, 2009, p. 196). A teoria crítica, que serve de subsídio para o estudo das Competências Informacionais, tem fortes ligações com o pensamento marxista e suas revisões e adaptações para o campo cultural, realizadas por Pierre Bourdieu e pelos teóricos da Escola de Frankfurt (BEZERRA, 2015). Todos esses pensamentos têm em comum

[...] i) a percepção da realidade histórica como construída através de lutas de classe; ii) a sensibilidade para observar as desigualdades sociais que conformam a estrutura social em grupos dominantes e grupos dominados; e iii) o reconhecimento de que as ideias dominantes em todas as épocas e sociedades são as ideias da classe dominante, ou seja, a que detém os meios de produção material (BEZERRA, 2015).

---

<sup>9</sup> *Fake news* foi definida por Allcott e Gentzkow (2017, p. 213-214) como “notícias que são intencionalmente e comprovadamente falsas, podendo enganar os leitores”.

<sup>10</sup> O termo pós-verdade foi incluído, em 2016, no dicionário Oxford e denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais.

A contribuição da teoria crítica se torna útil para a construção de competências em relação à pesquisa e apropriação da informação, uma vez que, o sujeito precisa considerar os condicionantes sociais para que possam agir de forma crítica nos regimes de informação<sup>11</sup> (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002) nos quais estão inseridos (BEZERRA, 2015).

É importante frisar também a estreita ligação entre a Competência Crítica em Informação e o uso ético da informação. Ao utilizar determinada informação devem ser levadas em consideração questões como: Que informação deve ser descartada ou preservada? Que forma deve ser usada para classificar e representar a informação? Qual informação deve ser mantida em segredo ou replicada? Por que meio se deve disseminar determinada informação? Quais as possíveis consequências do uso de determinada informação? (BRISOLA, SCHNEIDER, SILVA JÚNIOR, 2017). Sem esquecer as intenções práticas, políticas e econômicas do uso de determinada informação.

Dessa forma, acredita-se que as Práticas Informacionais desenvolvidas pelos sujeitos devem ser capazes de promover a construção de uma Competência Crítica em Informação, uma competência que vai além de apenas saber utilizar as ferramentas informacionais disponíveis, e vai além das competências desenvolvidas em espaços institucionais. Uma competência construída através de Práticas Informacionais cotidianas, em espaços formais e informais, construída coletivamente.

---

<sup>11</sup> Para González de Gómez, principal autora brasileira que trabalha esse conceito, Regime de informação seria “o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância” (2012, p.43).

## 6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os investigadores sociais, ao fazer ciência, aceitam a premissa de que, conforme dito por Minayo (2009, p. 12), “qualquer conhecimento é aproximado, é construído”. Assim, a pesquisa é vista aqui, conforme concebida por Gondim e Lima (2006), uma atividade artesanal, na qual está presente a marca das escolhas do/a pesquisador/a, sendo construída através de critérios, teorias e métodos adequados a alcançar os objetivos propostos. Vale salientar que “nem o método nem a teoria, devem ser considerados como ‘setores autônomos’, uma vez que ser dominado por um ou por outro resulta em limites na compreensão do mundo e em formas destituídas de conteúdo” (GONDIM; LIMA, 2006, p. 8).

De acordo com Thiollent (2007, p. 26), “a metodologia desempenha um papel de bússola na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade”. Sendo assim, com vistas a responder as questões propostas nesse trabalho, fizeram-se as escolhas metodológicas apresentadas a seguir.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem **qualitativa**, que, segundo Minayo (2012), possui como termos estruturantes de investigação os verbos: compreender e interpretar; e os substantivos: experiência, vivência, senso comum e ação social. Sendo realizada através de **pesquisa de campo**, pois, de acordo com Gil (2008, p. 57), esse tipo de pesquisa “procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis [...] apresenta muito maior flexibilidade”.

Conforme Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa, hoje, cobre um campo transdisciplinar que envolve as Ciências Humanas e Sociais, sendo baseada nas tradições do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, adotando multimétodos de investigação, que procuram encontrar sentidos nos fenômenos e interpretar os sentidos que os sujeitos dão a eles. No campo da pesquisa social, segundo Alves e Aquino (2012), entende-se a pesquisa qualitativa como uma *práxis* que visa compreender, interpretar e explicar um conjunto de acontecimentos resultantes dos fenômenos sociais.

Em relação ao tipo da pesquisa, adota-se aqui a classificação apresentada por Sampieri, Collado e Lucio (2006), que classificam como sendo quatro os tipos de pesquisa existentes quando se fala em objetivo da pesquisa: exploratória, descritiva, correlacional e explicativa. Dentro desta classificação, pode-se dizer que este trabalho desenvolve uma pesquisa **correlacional**. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 103), “esse tipo de estudo tem como objetivo avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou

variáveis (em determinado contexto)”. Nessa pesquisa, a relação estabelecida se dá entre as Práticas Informacionais e a promoção de uma Competência Crítica em Informação.

Já em relação à coleta de dados, para esta pesquisa optou-se por realizar **entrevistas semiestruturadas**. Isso porque, segundo Minayo (2009), a entrevista enquanto fonte de informação pode fornecer: dados primários, ou seja, dados básicos, que poderiam ser conseguidos através de outras formas de pesquisa; e dados secundários, aqueles que são objetos principais da pesquisa qualitativa, referem-se a “informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (2009, p. 65).

É importante ressaltar que, no caso de uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que o instrumento de coleta de dados é a entrevista, tem-se a fala dos/as entrevistados/as como fonte reveladora de condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos, ao mesmo tempo, em que é transmitida, através de um porta-voz, as representações de um grupo em determinada condição histórica, socioeconômica e cultural (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245).

## 6.1 CAMPO EMPÍRICO

O campo empírico desta pesquisa é a Bamidelê<sup>12</sup> - Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Trata-se de uma organização não governamental (ONG) composta especialmente por feministas negras, com sede em João Pessoa – PB, sendo institucionalizada em 3 de março de 2001, com o objetivo de “empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e autoestima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e superação das desigualdades raciais” (CARVALHO, 2013, p. 47).

De acordo com Ramos (2004), as ONGs oferecem um espaço alternativo àqueles das práticas institucionais, como por exemplo, universidades, partidos políticos de esquerda e igreja, mas ao mesmo tempo tem essas instituições como referências. Assim, as ONGs de mulheres negras, por sua vez, representam espaços políticos e de resistência contra várias formas de opressão da sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras (SANTOS, 2009).

---

<sup>12</sup> Bamidelê (bah/mih/deh/leh) é uma palavra de ancestralidade africana, mais precisamente Iorubá (língua nigero-congolesa do grupo Kwa), que significa Esperança. Se aproxima do significado de “Esperançar”, que na perspectiva da organização seria: levantar-se; ir atrás; levar adiante; construir; não desistir; juntar-se com outra em defesa da efetivação plena da cidadania, principalmente das mulheres negras (BAMIDELÊ, 2018).

As ONGs de mulheres negras se expandiram bastante no Brasil a partir da década de 1990, tendo como princípio norteador o Feminismo Negro, que desempenha o papel de orientar as mulheres na construção de suas identidades sociais e no seu fortalecimento enquanto sujeito político, tendo como objetivo transformar às relações de poder e ampliar a cidadania para grupos historicamente marginalizados (CARVALHO; ROCHA, 2016). Desse modo, entre 1998 e 2001, o movimento de mulheres negras no Brasil promoveu uma série de eventos nacionais que teve como consequência direta um aumento expressivo no número de organizações dedicadas à luta feminista e antirracista ao mesmo tempo (DOMINGUES, 2009).

De acordo com Moreira (2011), entre os anos de 1983 e 2006, cerca de trinta ONGs de mulheres negras surgiram no Brasil, fazendo parte, posteriormente, da *Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)*, uma rede criada em 2000, e que tem como missão “promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e a todas as formas de discriminação [...]” (AMNB, 2019). Conforme Carvalho e Rocha (2016), essas ONGs têm atuado em áreas como educação, saúde e cultura, promovendo a elevação da autoestima das mulheres negras, ofertando auxílio jurídico, combatendo todos os tipos de violência e discriminação racial e de gênero, dentre outras coisas.

Foi nesse contexto de expansão das ONGs de mulheres negras no Brasil que a Bamidelê se institucionalizou, com o intuito de angariar recursos financeiros através de projetos, e, tendo como principais propósitos: desenvolver trabalhos com mulheres negras da zona rural e urbana, a fim de conscientizá-las sobre a discriminação racial; trabalhar com jovens negras, através de artes, visando trazer os valores da cultura; e criar um trabalho de educação com crianças e adolescentes (CARVALHO, 2013; SILVA, 2014).

A criação da Bamidelê ocorreu a partir do *Grupo de Mulheres Negras na Paraíba*, formado desde o ano de 1998, que se reunia no Mosteiro de São Bento, no centro histórico da cidade de João Pessoa. Este grupo fora criado por algumas mulheres que integravam os *Agentes de Pastoral Negros – APNs*<sup>13</sup>, e que sentiram a necessidade de desenvolver um trabalho específico com as mulheres negras do estado (CARVALHO, 2013). Participavam desse grupo, na época, quinze mulheres, até que três delas resolveram institucionalizar o

---

<sup>13</sup> Agentes de Pastoral Negros (APNs) é uma instituição do Movimento Negro brasileiro, com tradição macroecumênica e inter-religiosa, que visa à conscientização, organização e valorização da cultura da população negra, além da superação da marginalização sociocultural e econômica impostas a essas pessoas, dando auxílio em questões que envolvam discriminação de raça, etnia e religião (REVISTA RAÇA, 2016).

trabalho que era realizado, foram elas: EfuNyaki, uma mulher tanzaniana que se firmou na capital paraibana por volta de 1997; Maria José, proveniente de Alagoas; e Solange Rocha, natural do Paraná, sendo, das três, a única que ainda atua frente a essa entidade (MARCELINO, 2018). Tal institucionalização se deu a fim de dar formatação jurídica ao grupo, para que assim pudesse obter recursos, através de editais, para a realização de projetos e oficinas (BARBOSA, 2016).

Assim sendo, a Bamidelê inicia suas atividades acompanhando dois grupos de mulheres e adolescentes negras na Paraíba: um no município de Santa Rita – englobando as comunidades de Marcos Moura e Tibiri II –, e outro em Alagoa Grande – na comunidade remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos. Vale ressaltar que, o trabalho realizado com os dois grupos citados já acontecia mesmo antes da institucionalização da Bamidelê, com o apoio de missionárias/os religiosas/os católicas/os do Grupo *Maryknoll*<sup>14</sup>, no entanto, foi por meio do *Projeto Redes de Solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba*, financiado pela Fundação Ford entre os anos 2002 e 2004, que a Bamidelê conseguiu o recurso que contribuiu para sua institucionalização, e proporcionou a aquisição de sua sede, no centro de João Pessoa, e de equipamentos e materiais importantes para desenvolver seu trabalho (CARVALHO, 2013).

**Figura 1:** Oficina ministrada em Caiana dos Crioulos, em 2002



Fonte: BARBOSA, 2016.

<sup>14</sup> *Maryknoll* é um movimento missionário sem fins lucrativos, composto por quatro organizações católicas dos Estados Unidos, e que se dedicam ao ministério e à obra missionária no exterior.

Desde então, a Bamidelê desenvolveu várias ações educativas e formativas, como cursos, palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários e produção de material didático, com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas.

Figura 2: Alguns materiais produzidos pela Bamidelê



Fonte: SILVA, 2014.

No quadro 3 podem ser observadas algumas das atividades desenvolvidas pela ONG desde de sua fundação até o ano de 2015, optamos por não listar todas por se tratar de um número muito grande de ações.

**Quadro 3** – Algumas das atividades desenvolvidas pela Bamidelê

<b>Ano</b>	<b>Nome da ação</b>	<b>Objetivos</b>
2002 - 2004	<i>Projeto Redes de Solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba</i>	Superar as desigualdades sociais, os estigmas e os preconceitos que atingem as mulheres negras, além de buscar visibilizar as mulheres negras, tornando-as sujeitos políticos.
2002	<i>I Seminário de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes</i>	Favorecer o debate sobre ações afirmativas na Paraíba e a implementação e monitoração de políticas no ensino superior, especialmente para as mulheres negras. O ponto principal do debate foi o tema: cotas raciais no espaço acadêmico.
2003	<i>I Encontro dos Grupos de Mulheres Negras</i>	Aprofundar os debates sobre saúde reprodutiva, identidade racial e sexualidade; levar informação; e integrar as mulheres adultas de Marcos Moura às mulheres de Caiana dos Crioulos.
	<i>I Encontro de Grupos de Jovens de Marcos Moura e Tibiri</i>	
2004	<i>Projeto Mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver</i>	Dar continuidade ao <i>Projeto Redes de Solidariedade</i> e continuar o atendimento das mulheres de Caiana dos Crioulos, Marcos Moura e Tibiri II.
2007	<i>Projeto Adolescentes e jovens negras: Multiplicando informações sobre saúde sexual e reprodutiva</i>	Capacitar adolescentes e jovens negras dos bairros de João Pessoa e Santa Rita sobre a temática saúde sexual e reprodutiva.
2009 – 2014	<i>Campanha Promoção da Identidade Negra na Paraíba: Moren@, não. Eu sou Negr@!.</i>	Contribuir para a valorização da raça negra na Paraíba, através da afirmação da identidade de negras/os, como também ampliar o debate junto à sociedade sobre as relações raciais e a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial.
2010	<i>Ação Afirme sua negritude</i>	Reforçar a negritude da população, afirmando ser preto/a ou pardo/a ao responder ao recenseador.
2012	<i>Roda de Diálogo Gênero e raça: Uma reflexão necessária?</i>	Debater sobre as dificuldades de se trabalhar sobre as questões de gênero e raça no âmbito estatal e dos movimentos sociais, assim como refletir e discutir sobre os reais motivos da naturalização da violência contra a mulher e a invisibilidade do racismo na sociedade.
2015	<i>Prêmio Estadual de Fotografia “Mulheres Negras em Foco. Um Clique Contra o Racismo”</i>	Estimular a produção fotográfica feminina e o incentivo às artes, convidando mulheres fotógrafas a voltar suas lentes para o registro positivo da diversidade, apresentando representações sociais que valorizassem a história e a cultura das mulheres negras.

Fonte: BARBOSA, 2016; CARVALHO, 2013; CARVALHO; ROCHA, 2016; SILVA, 2014.

Dentre as ações desenvolvidas pela Bamidelê até hoje, destaca-se, pela sua importância e abrangência, a campanha *Moren@, não. Eu sou negr@!*<sup>15</sup>, que teve várias edições entre os anos de 2009 a 2014, inicialmente lançada como uma das atividades alusivas ao dia 25 de julho – *Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe*. Segundo Carvalho e Rocha (2016, p. 80) o objetivo central da campanha foi de “promover a construção e a afirmação da identidade negra, enfrentar o racismo na mídia, visibilizar as reivindicações sociais e políticas de mulheres e homens negros e propor novas subjetividades e discursos sobre ser uma pessoa negra na atualidade”. Assim, foram produzidos seis vídeos com artistas e intelectuais negros/as dando um breve depoimento sobre sua ancestralidade africana, as práticas racistas e a importância de valorizar a identidade negra, além disso, outros materiais foram confeccionados, como panfletos, *bottons*, camisetas, *banners*, adesivos, *spot* de rádio, *busdoor* e cartazes. Como resultado da campanha, houve um relativo aumento na autodeclaração da população paraibana como negra ou parda, o que pode ser comprovado na comparação entre os censos de 2000 e 2010.

**Figura 3:** Imagens dos vídeos promocionais da campanha *Moren@, não. Eu sou negr@!*



Fonte: SILVA, 2014.

<sup>15</sup> Ao longo das edições da campanha ocorreram pequenas alterações em sua nomenclatura, onde a principal mudança foi o acréscimo do @ (arroba) com o intuito de indicar a flexão de gênero nas palavras.

**Figura 4:** Material da campanha *Moren@, não. Eu sou negr@!*



Fonte: CARVALHO, 2013.

Pode-se perceber que, as atividades realizadas pela Bamidelê, geralmente, giram em torno de criar subsídios para a emancipação das mulheres e seu empoderamento, reforçar e valorizar a identidade negra, e proporcionar formações sobre saúde reprodutiva e direito sexual/reprodutivo. Outro ponto que a Bamidelê também trabalha fortemente é na capacitação de lideranças de grupos de mulheres negras locais, com o objetivo de ampliar e fortalecer a atuação política desses grupos para que eles possam lutar pelas suas próprias demandas (BARBOSA, 2016; CARVALHO; ROCHA, 2016).

Várias das atividades desenvolvidas pela Bamidelê têm articulações com outras ONGs, tanto do Movimento Negro quanto do Movimento Feminista. Nesse sentido, destacamos aqui a estreita relação da Bamidelê com a *Cunhã – Coletivo Feminista de João Pessoa/PB*, uma organização social sem fins lucrativos, fundada em 1990. Pode-se dizer que a relação entre a Bamidelê e a *Cunhã* é de mútuo apoio, uma vez que a *Cunhã* esteve presente como parceira desde o início das atividades da ONG, apoiando inclusive nas oficinas de formação com mulheres da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos e de Santa Rita.

Além das ações já mencionadas, vale destacar a participação da Bamidelê em debates importantíssimos sobre os marcadores sociais de raça e gênero, tais como: a efetivação da Lei

10.639/03<sup>16</sup> na Paraíba; a discussão sobre a instituição das cotas raciais nas universidades públicas; e discussões para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha<sup>17</sup>. Acredita-se que esses debates só foram possíveis devido à articulação entre a reflexão teórica e a prática social que a ONG realiza.

Outro aspecto que não podemos deixar de citar é a forte ligação entre a Bamidelê e a área acadêmica, sendo a maioria de suas militantes ligadas às universidades, algumas inclusive professoras universitárias, o que permite um constante diálogo entre a organização e a área acadêmica, além de proporcionar parcerias, como as que existem com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI-UFPB) e com alguns cursos de pós-graduação, tanto da UFPB quanto da UEPB.

Atualmente, a Bamidelê segue como sendo uma das principais ONGs de mulheres negras na Paraíba, no entanto, vem passando por grandes dificuldades financeiras para manter sua sede e desenvolver seus projetos, assim como muitas outras ONGs. Isso porque, a falta de editais para o financiamento de projetos faz com que a Bamidelê não tenha de onde retirar recursos nem para suas despesas mais básicas. Hoje a ONG está sendo sustentada através de doações das próprias sócias, que arcam com despesas como água, energia e condomínio.

## 6.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA E A COLETA DE DADOS

A Bamidelê é formada por um corpo militante de mulheres negras, composto por poucas integrantes, que se estruturam em cargos de diretoria, coordenação executiva, conselho fiscal e associadas, existindo uma rotatividade de funções. Como dito anteriormente, as militantes, em sua maioria, possuem formação em nível superior, sendo que algumas exercem atividades na área acadêmica como professoras universitárias, e todas conciliam suas atividades com as atividades da organização, isso traz à possibilidade de introduzirem os marcadores sociais de raça e gênero numa gama maior de espaços políticos, tendo a universidade e a organização, relevante função de formar, mobilizar, reivindicar (BARBOSA, 2016).

Assim, optou-se por utilizar como sujeitos da pesquisa as mulheres que atuam na organização, e não àquelas atendidas por ela. Tal escolha se deu devido ao histórico de

---

<sup>16</sup> Lei que altera a LDB 9.394/96 incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino, pública e privada, a obrigatoriedade do ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira. Infelizmente, a Lei referida foi revogada pela MP 746/2016, assinada pelo então presidente Michel Temer, o que marca o atual período de retrocesso de direitos vivenciado no Brasil nos últimos anos.

<sup>17</sup> Lei 11.340/06, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, com o propósito de punir atos de violência contra a mulher.

engajamento político e social dessas mulheres, que, acredita-se, atende perfeitamente ao objetivo da pesquisa, podendo fornecer ricas informações para a análise.

Inicialmente essas mulheres seriam incluídas na pesquisa progressivamente, utilizando-se o princípio da saturação, termo criado por Glaser e Strauss (1967) e que se refere ao momento da pesquisa em que os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição. Isso porque, de acordo com Minayo (2017, p. 6), na pesquisa qualitativa, “[...] à primeira vista, determinar um número de entrevistados abstratamente é bastante problemático, dado o caráter de abrangência das interconexões necessárias para a compreensão do objeto”. Diferente da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa deve trabalhar menos preocupada com os aspectos que se repetem e mais atenta com suas dimensões socioculturais (MINAYO, 2017).

No entanto, ao iniciarmos a pesquisa encontramos uma série de contratemplos para obter acesso às militantes, visto que, dada as dificuldades de recursos financeiros, a ONG tem passado a maior parte do tempo fechada, e não está realizando nenhum projeto regular, apenas eventos pontuais. Além disso, o fato de ter sido ano eleitoral, de uma eleição marcada por episódios de racismo, misoginia, lgbtfofia, apologia a torturadores, dentre outras coisas, fizeram com que os movimentos sociais se reascendessem e voltassem para as ruas, num esforço de impedir que a direita assumisse o controle do país, então muitas dessas mulheres estiveram envolvidas com esses movimentos e manifestações, o que dificultou ainda mais o acesso a elas, por falta de agenda.

Mesmo com todas as dificuldades mencionadas, foram entrevistadas cinco mulheres, no período de outubro a dezembro de 2018, quatro entrevistas realizadas de forma presencial, gravadas em áudio, e uma por meio digital<sup>18</sup>, pois a entrevistada encontrava-se em outro Estado. Ademais, como não foi possível o acesso à sede e aos documentos da Bamidelê, utilizou-se como fonte secundária de dados alguns trabalhos acadêmicos publicados nos últimos anos e que tiveram como objeto de pesquisa a organização, foram eles: BARBOSA (2016), CARVALHO (2013), CARVALHO; ROCHA (2016), MARCELINO (2018) e SILVA (2014).

---

<sup>18</sup> Para essa entrevista foi utilizado o recurso do aplicativo *WhatsApp*, onde as perguntas foram feitas de forma escrita e as respostas enviadas em forma de áudio, do mesmo modo que as entrevistas presenciais o teor de cada resposta foi conduzindo a próxima pergunta, por se tratar de uma entrevista semiestruturada.

### 6.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Existem diferentes técnicas de organização e análise dos dados na pesquisa qualitativa. Neste trabalho, optou-se por utilizar a **análise de conteúdo** proposta por Bardin (1977), que configura-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (1977, p. 38), seja por meio de falas ou de textos. Assim, a técnica é composta por procedimentos que proporcionam o levantamento de indicadores que permitem a inferência de conhecimentos.

Sendo a pesquisa qualitativa aquela capaz de agregar significado e intencionalidade como inerentes dos atos, relações e estruturas sociais, a utilização da análise de conteúdo, como forma de organização e análise dos dados, nesse tipo de abordagem, caracteriza-se por aceitar que o foco da pesquisa é qualificar as vivências do sujeito e suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1977). Para Oliveira (2008), a análise de conteúdo permite

O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros (OLIVEIRA, 2008 p.570).

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é formada por um conjunto de técnicas que podem ser utilizadas pelos pesquisadores, dentre essas técnicas se destacam: a análise de avaliação ou análise representacional; análise de expressão; análise de enunciação; e análise temática (MINAYO, 2009). Assim sendo, a escolha da técnica de análise está diretamente ligada ao tipo de pergunta da pesquisa e ao tipo de conhecimento que ela deseja produzir (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). Dessa forma, para esta pesquisa a técnica escolhida foi a **análise temática**.

De acordo com Bardin (1977, p. 105), trabalhar com análise temática significa “[...] descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Segundo Minayo (2007), a análise temática de conteúdo é formada por três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A **pré-análise** consiste na escolha dos documentos a serem analisados, na retomada das hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa e sua reformulação, e na elaboração de indicadores que orientem a interpretação final. Essa etapa pode ainda ser dividida em tarefas: **leitura flutuante**, contato exaustivo com o material de estudo; **constituição do corpus**, organização do material seguindo os princípios da exaustividade (que contemple todos os aspectos do roteiro de pesquisa), da representatividade (represente o universo pretendido), da homogeneidade (obedeça a critérios precisos) e da pertinência (deve-se adequar aos objetivos); e **formulação de hipóteses e objetivos** (MINAYO, 2007).

Já a fase da **exploração do material**, consiste no processo de codificação, ou seja, transformação dos dados brutos, visando alcançar o núcleo da compreensão do texto. Em outras palavras, nessa fase o pesquisador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas, por meio das quais o conteúdo de uma fala está organizado. Por fim, tem-se a fase do **tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, onde elabora-se uma síntese interpretativa através do diálogo entre temas e objetivos, questões e pressupostos (MINAYO, 2007).

Assim, a análise temática de conteúdo permite o estudo dos fenômenos sociais ligados a um objeto e suas interações, sendo aplicada com propriedade às pesquisas nas Ciências Sociais, e em especial a Ciência da Informação, que deve procurar métodos alternativos para fugir dos métodos científicos ditados pelo positivismo (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

Com a finalidade de tornar a pesquisa mais completa e subsidiar a análise dos dados, optou-se por traçar, na primeira parte da entrevista, o perfil sociodemográfico das mulheres que atuam na Bamidelê<sup>19</sup>, que iremos apresentar a seguir<sup>20</sup>:

**Participante 1** – Tem 50 anos, católica, divorciada e possui uma filha. Ensino Superior Incompleto em Pedagogia. Trabalha como cuidadora de idosos e professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Renda atual de menos de um salário mínimo. Na Bamidelê, exerce a função de Presidenta, participando da organização a cerca de 15 anos.

**Participante 2** – Tem 60 anos, não tem filiação religiosa, mas acredita em caboclos, preto velho, anjos e nossas senhoras. Solteira e possui dois filhos. É Doutora em Sociologia, professora universitária da UEPB, na cidade de Guarabira, ensinando disciplinas como sociologia, antropologia, cultura afro, metodologia de pesquisa, metodologia de ensino, dentre outras. Renda mensal de mais de seis salários mínimos. Na Bamidelê, atua na Coordenação, está na organização desde sua fundação.

**Participante 3** – Tem 52 anos, sem religião, casada e possui dois filhos. É Doutora em História, professora universitária filiada ao Departamento de História da UFPB. Renda mensal de mais de seis salários mínimos. Na Bamidelê, atua como Diretora, estando na organização desde sua fundação.

**Participante 4** – Tem 29 anos, candomblecista, solteira e sem filhos. Formada em Relações Públicas, atualmente trabalha como Gestora Pública da Secretaria Executiva de Juventude da cidade de Recife. Renda mensal de um a três salários mínimos. Na Bamidelê, atuava como Assistente de Comunicação até o ano de 2016 quando precisou se mudar para o Estado de Pernambuco, porém continua associada à organização, a qual entrou em 2010.

**Participante 5** – Tem 49 anos, católica não praticante, casada e possui dois filhos. Formada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia. Trabalha como Psicopedagoga e Educadora. Renda atual entre um e três salários mínimos. Na Bamidelê, exerce a função de Multiplicadora e faz parte do Conselho Fiscal, está na ONG desde 2003.

Baseando-se no levantamento sociodemográfico apresentado, já é possível fazer algumas análises preliminares. Em relação à idade, por exemplo, percebe-se que a organização é formada por mulheres mais maduras, já com vasta experiência de vida e de

---

<sup>19</sup> Na ocasião das entrevistas foram entregues a cada participante o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (APÊNDICE B) que autoriza a divulgação dos dados obtidos. Para a entrevistada que se encontrava em outro Estado foi enviado o termo por e-mail, o qual ela retornou assinado.

<sup>20</sup> Os sujeitos da pesquisa foram legendados em Participante 1, 2, 3, 4 e 5 como forma de garantir seu anonimato.

militância, no entanto, o estado civil varia, mas quase todas possuem filhos. Em relação à profissão, todas elas estão, de alguma forma, ligadas à educação, seja através da educação formal ou por meio de demandas sociais. A respeito da renda mensal, também se observou grande variação de remunerações, o que indica que a Bamidelê possui militantes de várias classes socioeconômicas.

Em relação à religião, não existe um consenso entre as participantes, pelo contrário, existe uma diversidade de crenças. Isso contradiz o que era esperado nessa pesquisa, pois, por saber que a religião é uma das formas de afirmação das identidades, esperava-se que a pesquisa constataste um resgate das religiões de matrizes africanas como forma de afirmação da identidade negra dessas mulheres, no entanto, apenas uma das entrevistadas se assumiu candomblecista, enquanto as outras orbitaram entre católicas e sem religião. Apesar da religiosidade das integrantes ter surpreendido, talvez isso possa ser explicado tanto pela ótica do país ter sido por muito tempo predominantemente católico, como também pelas próprias circunstâncias do surgimento da organização, já que as mulheres inicialmente faziam parte das APNs. Registra-se aqui, nenhuma menção por parte das mulheres a crença evangélica, acredita-se que por prováveis divergências de valores.

Pudemos comprovar ainda o que foi levantado na pesquisa bibliográfica sobre a organização, no que diz respeito ao nível educacional das mulheres, elas têm, em sua maioria, curso superior ou são ligadas à universidade, algumas delas inclusive com alto nível educacional. Isso permite que a Bamidelê mantenha um constante diálogo com a academia, se beneficiando de duas formas: desenvolvendo subsídio teórico para suas ações e tendo a oportunidade de promover o debate racial e de gênero dentro da universidade. Pode-se cogitar que há aqui uma contradição: como as mulheres da Bamidelê podem ser de várias classes sociais, algumas recebendo menos que um salário mínimo, mas estarem ligadas à universidade? Iremos perceber mais à frente que a Bamidelê desempenha o importante papel de impulsionar as mulheres que fazem parte da ONG na busca por conhecimento e formação.

Para concluir o levantamento sociodemográfico, observou-se ao longo das entrevistas, e também por meio das pesquisas bibliográficas, que parte das mulheres que atuam na Bamidelê são provenientes de outros Estados, inclusive as mulheres que estiveram em sua criação eram todas de fora da Paraíba, acredita-se que essas diferentes culturas contribuíram para tornar a organização um ambiente de diálogo mais plural e rico em experiências de vida.

## 7.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir dos discursos emitidos pelas entrevistadas, pudemos, em um primeiro momento, capturar a forma como as mulheres construíram e assumiram suas identidades, bem como apreender as ações institucionais promovidas pela Bamidelê para o empoderamento de outras mulheres. Em seguida, também conforme o que foi dito, conseguimos entender a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres e observar sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder.

Assim, com base nas falas das mulheres, e utilizando a **análise de conteúdo** proposta por Bardin (1977), foi possível delinear duas classes temáticas gerais na pesquisa, são elas: Práticas Informacionais e Construção da Competência Crítica em Informação. Em seguida, essas classes temáticas foram se dividindo em quatro categorias e onze subcategorias, conforme apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 4** – Classes temáticas e categorias dos discursos emitidos

<b>Classe Temática</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
Práticas Informacionais	Âmbito do sujeito	Marcações simbólicas Fortalecimento coletivo Acesso à informação/conhecimento
	Âmbito da instituição	Mediação da informação Fontes informacionais Barreiras informacionais
Construção da Competência Crítica em Informação	Aprendizado ao longo da vida	Necessidades informacionais Espaços informacionais alternativos Senso crítico informacional
	Contribuições para o enfrentamento diário	Fortalecimento mútuo Uso da informação construída

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

### 7.1.1 Práticas Informacionais

De acordo com o discurso das mulheres, dividimos essa classe temática em duas categorias de análise, a saber: o **âmbito do sujeito**, da qual surgiram as subcategorias – marcações simbólicas, fortalecimento coletivo e acesso à informação/conhecimento; e o **âmbito da instituição**, que, por sua vez, se dividiu nas subcategorias – mediação da informação, fontes informacionais e barreiras informacionais.

#### 7.1.1.1 Âmbito do sujeito

Passado o levantamento socioeconômico, as entrevistas prosseguiram abordando as militantes sobre a construção de suas identidades de mulheres negras. O objetivo era saber como foi para as entrevistadas esse processo de se reconhecer e se afirmar como tal, destacando o papel da informação nesse processo. Assim sendo, pode-se dividir o conteúdo das respostas em três subcategorias: as marcações simbólicas; o fortalecimento em grupo; e o acesso à informação/conhecimento.

Conforme dito por Woodward (2008) são as **marcações simbólicas** que diferenciam uma identidade de outras, no entanto, parece que algumas diferenças são vistas como mais importantes ou mais relevantes, especialmente em lugares e momentos particulares. Dessa forma, sendo as marcações simbólicas fruto de construções sociais sobre determinado grupo, elas são por vezes utilizadas como legitimadoras às relações de submissão/opressão. Nesse sentido, conforme explica Marteleto (1995)

Toda prática social é uma prática informacional – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante os quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização (MARTELETO, 1995, p. 92).

Dessa forma, ao serem questionadas sobre a construção de suas identidades, algumas mulheres citaram situações de violência simbólica que as fizeram despertar para sua condição de “diferentes”. Essas diferenças eram sentidas em razão de suas características físicas, de sua classe social e até mesmo de sua condição de mulher. Além disso, elas também destacaram vários momentos em que a sociedade tentou mascarar suas características étnico-raciais.

Se deu de forma ‘demorosa’ porque a gente passa por certas discriminações na adolescência, na infância, e aí a gente vai se identificando forçadamente [...]. Então mesmo alguns choques que eu tive na infância e na adolescência, “Seu cabelo é ruim! Negro não presta!”, aqueles diminutivos que se tem da pessoa negra, mas, de certa forma, sempre gostei do meu cabelo amarrado assim, mas até mesmo a minha mãe não gosta desse cabelo amarrado assim, acha o cabelo feio, que não está penteado assim, mas eu, mesmo sem perceber que isso é uma característica de penteados de mulheres negras, desde pequena gostei do meu cabelo amarrado desse jeito, até mesmo contra a vontade dela já fazia (Participante 1).

Eu nunca pensei que eu era mulher branca, mas diante da identificação que a gente tem no Brasil, essa multi identificação étnica, eu me considerava muitas vezes parda, porque os documentos oficiais ainda hoje trazem essa identificação, e documentos oficiais tem uma força muito grande como autoridade. Então, se as pessoas que tiraram minha identidade, certidão de nascimento, diziam muitas vezes que eu era parda, e eu pensei muitas vezes que eu era parda, e na vida diária as pessoas me identificavam como morena. E a gente vê que eu, como milhões de outras pessoas, a gente vive numa gangorra, a gente não sabe muitas vezes o que a gente é (Participante 2).

Eu venho de uma família com cinco irmãos e eu era a terceira. Desde muito cedo, até mesmo antes de reconhecer essa minha identidade racial, eu já tinha muito aflorada essa identidade de gênero e tinha que me posicionar em relação aos meus irmãos, no sentido de dividir tarefas domésticas (Participante 3).

A minha história é muito parecida com a de muitas mulheres negras, nascemos moreninhas, morena, morena clara, morena escura, no meu caso eu era morena clara, e antes de eu entrar na Bamidelê, eu tive dois filhos que não tem como dizer que eles são morenos claros, porque os dois são negros [...]. Eu já assistia muitas coisas e eu comecei a dizer que eles eram negros e que eles não se ofendessem quando alguém... para não ser igual a alguma das minhas irmãs que se ofendiam, chegavam em casa chorando quando alguém dizia que elas eram negras, eu não ligava muito não, que eu nunca fui de ligar com as coisas, mas aí eu já fui preparando eles, que eles eram negros e que não se ofendessem, dependendo do tom, mas que também não deixasse que ninguém fizesse disso chacota, bagunça (Participante 5).

Percebe-se que nesse primeiro ponto, o exposto pelas entrevistadas confirma o caráter construído das identidades, onde a sociedade marca determinados grupos com estigmas difíceis de serem superados. Nesse sentido concordamos com Lloyd (2010) quando diz que as práticas possuem uma trajetória social, histórica e política, ou seja, são construídas ao longo do tempo, lugar e contexto, e a construção de significado é uma ‘negociação’ entre pessoas em um ambiente particular, que leva à produção e reprodução de identidades.

Segundo Barbosa (2016), para que a mulher negra possa emancipar-se é necessário dois fatores principais que as estruturam, a saber: a consciência política, que faz a mulher negra ser protagonista da sua própria história; e a ação transformadora e afirmação identitária de mulher negra, o que só é possível através da elevação da autoestima que foi desestruturada

pelo estigma, estereótipos e marginalidade, ou seja, pelas marcações simbólicas, que foram depositados na população negra, em especial nas mulheres.

Assim, esses momentos de discriminação e opressão/submissão que essas mulheres sofreram, fizeram com que elas procurassem algum tipo de apoio, e foi a partir do **fortalecimento coletivo**, que elas revelaram encontrar forças para subsidiar seus enfrentamentos diários e assumir suas identidades. Nesses grupos essas mulheres acharam sustentação, e o mais importante, informação.

Conforme explica Araújo (2017), as Práticas Informacionais constitui-se em um movimento constante entre as disposições coletivas e individuais de como os sujeitos se relacionam com a informação, assim sendo, nesses espaços alternativos de construção de saberes, essas mulheres puderam confrontar suas experiências individuais com a experiência coletiva, o que lhes permitiu ressignificar as informações que possuíam.

Quando vem a partir dos anos de 1970 essa afirmação de uma identidade negra no Brasil, eu começo a me aproximar por conta dos movimentos, das outras pessoas que estavam comigo, e a gente vai assumindo essa identidade de mulher negra, então foi dessa forma (Participante 2).

Então, quando eu me reconheci enquanto negra, quando me descobri enquanto mulher negra foi em 2006/2007, quando eu comecei a participar de movimentos sociais. Me inseri em movimentos sociais a partir de grupos comunitários, por que assim, em 2006 eu fiz parte de um grupo de comunidade, na comunidade da ilha do bispo, um grupo comunitário de jovens, e a partir desse grupo comunitário de jovens eu fortaleci as questões de identidade e tal, e que comecei a me inserir em outros espaços, a partir da minha afirmação identitária (Participante 4).

É importante dizer que nenhuma das entrevistadas iniciou sua trajetória de militância em grupos específicos de mulheres negras, assim, elas vieram dos mais variados movimentos: movimento antirracista, movimento feminista, ação pastoral, movimento jovem, etc. Essas mulheres, ao longo de sua trajetória, foram identificando as demandas específicas das mulheres negras quando perceberam, por exemplo, que suas pautas não eram debatidas no Movimento Feminista, ou quando sentiam as consequências do machismo dentro do Movimento Negro, como podemos identificar em suas falas. O desconforto das mulheres negras dentro de outros movimentos sociais é bem característico do processo que levou ao surgimento do Feminismo Negro.

Não eram só mulheres negras, eram homens e mulheres. As meninas decidiram, por alguns conflitos que a gente viu dentro do grupo, o machismo...

- A mulher não veio porque teve que ficar com as crianças.

- E por que não trouxe as crianças pra vir junto com a mulher?

- Não! A mulher tem que ficar em casa.

A gente começou a ver atitudes dos próprios homens negros com as mulheres. Aí começou...

- Ah a gente vai se separar! Vamos fazer um grupo só de mulheres negras, pra gente ver as necessidades das mulheres negras.

As mulheres começaram a se encontrar em outro horário (Participante 1).

[...] Minha formação, ela é construída no Movimento Negro, e isso começa exatamente em 1984/1985, a gente tem essa ativista que foi a Lélia Gonzáles, que ela já trazia, já questionava tanto o Movimento Negro quanto o Movimento Feminista com relação a essas pautas, e como a gente já fazia uma leitura de intelectuais negros e negras, começa a despertar e a gente já começa a observar, a questionar, a prática dos homens negros, que eles também são machistas, eles tem práticas machistas nas relações afetivas, nas relações políticas, nessa visibilidade de quem fala, de quem assume esses espaços, a gente já começa a despertar para essas questões de igualdade de gênero (Participante 3).

Eu também participei da Cunhã, antes de eu participar da Bamidelê eu já vinha da Cunhã. Já foi uma ligação, são ONGs ligadas. Então antes eu entrava como mulher, não propriamente de gênero se tratando de raça, mas do gênero mulher, e a gente já trabalhava isso, são mulheres negras, empoderadas, e que vêm pras comunidades de baixa renda que é o meu caso, também empoderar essas mulheres (Participante 5).

O último ponto que as mulheres apontaram como contribuição à sua afirmação identitária foi o **acesso à informação/conhecimento**. Pode-se dizer que esse acesso se deu de duas formas: primeiro no contato com outros/as militantes dentro dos movimentos sociais, onde puderam trocar experiências e construir estratégias de enfrentamento diário; e segundo no incentivo que as mulheres receberam para ir em busca de formação, sejam em eventos, cursos, oficinas, universidades e outros. Nesse sentido, as ONGs tiveram importante papel de incentivadoras, pois mostraram para essas mulheres a importância de ter conhecimento.

Foi assim muito grandiosa nesse processo de reconhecimento (Bamidê), de amadurecimento enquanto mulher negra, sabe!? Em tudo! Amadureceu na minha sexualidade, na minha formação enquanto pessoa. Eu tive assim, como se diz? Um incentivo muito grande para ir para faculdade, via Bamidelê. Foi a Bamidelê que me deu um empurrão e mostrou a importância de eu ter um curso superior (Participante 1).

Esse processo começou disso, a partir do envolvimento em movimentos sociais e consolidado na universidade que abriu as portas para leitura e a descoberta da história, a ciência da história foi fundamental para isso, quando a gente vai conhecendo a história do Brasil e vai vendo que aquilo que nos foi ensinado durante toda a vida da gente, na escola, foi incompleto (Participante 2).

[...] eu me formei depois de dois filhos, quando eu tive meus dois filhos ainda faltava eu terminar o terceiro ano, que eu tinha desistido por causa de uma gravidez, então eu voltei aos estudos. Sozinha? Não! Sozinha a gente não consegue nada, alguém te deu suporte, alguém te deu ajuda, alguém te deu aquelas espetadas, alguém te deu força – Mulher vai, tu consegue! (Participante 5).

A informação deve ser entendida aqui, conforme explica Eggert-Steindel (1994), como um instrumento gerador de mudança, que possibilita transformações tanto em nível individual quanto coletivo; dessa forma, o acesso à informação/conhecimento é condição primeira para o empoderamento feminino. Nesse sentido, concordamos com Abath e Ireland (2002), quando diz que a mulher só alcançará o empoderamento se for capaz de melhorar seus status nas três dimensões do poder – a econômica, a política e a social – o que só é possível através do uso da informação e do conhecimento.

Assim, chegamos ao fim dessa categoria, onde foi apresentado o processo de afirmação identitária das mulheres entrevistadas. A partir da análise, pudemos perceber que o caráter construído das identidades faz com que se criem marcações simbólicas que muitas vezes são utilizadas para oprimir e submeter determinados grupos. Como forma de superar e/ou enfrentar tal condição, as mulheres procuraram em grupos de apoio o suporte necessário para superar suas adversidades, assim elas se fortaleceram individual e coletivamente, e a cada passo dado, pode ser percebido o papel primordial que a informação desempenhou, tanto no sentido de reproduzir as opressões quanto no sentido de se libertar delas.

#### *7.1.1.2 Âmbito da instituição*

Após entendermos a relação das mulheres com a informação e o papel desta na construção de suas identidades, passamos a investigar as Práticas Informacionais empreendidas por elas e pela organização, a fim de compreender se/como essas práticas contribuem para a construção da Competência Crítica em Informação. Nesse sentido, para essa categoria destacamos três subcategorias: mediação da informação, fontes informacionais e barreiras informacionais.

Segundo Araújo (2013), o conceito de Práticas Informacionais está vinculado às interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletivo e socialmente, e não meramente acumulado. Assim, identificamos nas entrevistas, ações desenvolvidas pela ONG e por suas militantes com a finalidade de construir coletivamente o conhecimento. Portanto, na subcategoria que nomeamos como **mediação da**

**informação**, pudemos constatar que a Bamidelê desenvolve uma série de ações educativas e formativas, tais como palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários, produção de material didático, dentre outras coisas, sempre com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas.

[...] teve a questão que alguns projetos da Bamidelê foram de divulgação, de campanha *Eu sou negra, morena não!*, e conseguimos botar outdoor nos ônibus, fazer eventos. Teve o 25 de julho que é um tipo de divulgação que a gente faz todo ano, e tem pessoas que se identificam (Participante 1).

As ações da qual eu tomei parte, foram ações de formação de pessoas no campo da saúde da mulher, que a Bamidelê, quando ela se constitui, ela trabalhava com saúde reprodutiva e direitos sexuais, então eu participava da formação, de oficinas, de eventos que se fazia, seminários públicos e gerência nas organizações parlamentares, vereadores e vereadoras, então a gente tinha essa inserção para pautar as questões da Bamidelê que não eram fáceis (Participante 2).

Ano passado, nós concluímos alguns projetos que passa por essa questão da educação, difamação, trabalhando diretamente nas escolas, e também num projeto junto com a NEABI – Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros da UFPB, que passa pela questão da organização de fontes históricas para garantir mais pesquisas, focando a população negra (Participante 3).

Nas ações citadas, as mulheres empreendem as mais diversas Práticas Informacionais, que vão desde a organização de eventos à produção de conteúdo para oficinas. Nesse sentido, uma das funções mais desempenhadas pelas militantes é a de educadora/multiplicadora. Todas as entrevistadas, mesmo àquelas que informaram ter cargos de coordenação, sinalizaram em suas atribuições o “apoio às formações”. Assim, podemos dizer que a Bamidelê é uma ONG que empreende ações políticas, com foco em educar e conscientizar, nesse sentido, suas associadas acreditam que as estruturas de poder e as relações de opressão/submissão só podem ser subvertidas através da educação.

Outra informação que nos chamou a atenção foi a preocupação da ONG em capacitar lideranças, dessa forma, essas mulheres podem levar para seus grupos conhecimento/informação e assim se fortalecerem para reivindicar suas próprias demandas. Assim sendo, tanto as mulheres vão até a Bamidelê para formações, quanto a Bamidelê vai até esses grupos. Podemos destacar aqui as Participantes 1 e 5 que faziam parte do grupo de mulheres assistidas pela Bamidelê em Santa Rita, como lideranças locais, e que posteriormente começaram a atuar na organização como multiplicadoras.

As meninas me procuraram porque eu fazia parte de uma associação aqui em Santa Rita, porque como os projetos da Bamidelê visualizava fortalecer mulheres, buscar outras mulheres, dar empoderamento e tal, então foi um elo que a gente fez. A Bamidelê adotou a associação. [...] A Bamidelê foi um dos primeiros elos que fortaleceu um grupo de mulheres negras pelo menos aqui em Santa Rita. Por mais de 10 anos, projetos e mais projetos de mulheres, que ajudava a fortalecer grupos de mulheres, que ajudava as mulheres a se descobrir e se valorizar com sua cor. Valores que realmente mulheres negras têm, doenças específicas que as mulheres negras tem. [...] A Bamidelê começou um trabalho belíssimo, tanto para as mulheres quanto para as filhas das mulheres, foi um dos projetos chaves da Bamidelê, porque hoje muitas adolescentes, muitas jovens e mulheres feitas, cresceram com esse empoderamento que “Eu sou negra, sou linda, maravilhosa, sou gente, sou pessoa, sou cidadã” (Participante 1).

[...] quando eu começo a conhecer os meus direitos, que a gente não consegue conhecer todos porque são camuflados, mas partindo daí é quando veio a Bamidelê com formações, onde deu acesso, não tinha condições financeiras de ir buscar, então ela trouxe, tanto vinham pessoas fazer esse tipo de formação com a gente dentro da comunidade, como também nos tirava da comunidade para que a gente fosse se preparar fora e trazer. Por isso o termo multiplicadora, porque a gente ia, como não podia ir todo mundo, então ia um grupo menor, um subgrupo, pra outros lugares se empoderar de conhecimento e trazer para o micro para poder empoderar outras mulheres (Participante 5).

Ainda discutindo sobre a mediação da informação, não podemos deixar de destacar a organicidade da ONG com a academia, em especial com a UFPB e a UEPB, apoiadas pelo NEABI. Pudemos perceber que essa parceria se dá de duas formas: primeiro na criação de espaços de debate dentro da própria universidade, onde professores/as e alunos/as podem se articular e discutir temas relevantes a respeito de gênero e raça, porém, assim como no início da discussão feminista dentro da academia, esses espaços ainda são restritos a certos lugares e seguimentos da universidade; e segundo, abrindo suas portas para um número cada vez maior de pesquisas que tem como campo empírico a organização, nesse sentido, a Bamidelê disponibiliza informações valiosas sobre sua trajetória, que se confunde com a trajetória do Feminismo Negro no Brasil e na Paraíba. Há também um crescente aumento na oferta de disciplinas que abordam temas relacionados ao racismo e ao sexismo em vários cursos das Ciências Humanas e Sociais, graças ao vínculo de algumas professoras com a organização.

Percebemos ainda que, para algumas das militantes, sua história nos movimentos sociais se confunde com sua história dentro do ensino superior, o que também condiz com a memória do Movimento Feminista, que, segundo Pinto (2010) tem uma característica muito particular, pois é um movimento que trabalha em duas frentes: a teórica, onde produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria; e a prática, ou seja, da ação, da luta.

Esse processo começou disso, a partir do envolvimento em movimentos sociais e consolidado na universidade, que abriu as portas para leitura e a descoberta da História, a ciência da História foi fundamental para isso, quando a gente vai conhecendo a História do Brasil e vai vendo que aquilo que nos foi ensinado durante toda a vida da gente, na escola, foi incompleto (Participante 2).

Eu sou imigrante como você pode observar, e eu cheguei na Paraíba... tive dois momentos, em 1989, na ocasião eu estava na graduação, morei um período em São Paulo, retornei em 1997, e a partir daí eu me envolvi tanto no meio acadêmico com a proposta de um mestrado para elaborar uma história das mulheres negras no século XIX e as mulheres escravizadas, e ao mesmo tempo comecei a participar do grupo de mulheres negras na Paraíba, articulando ativismo com a academia, e então a partir de 1998/1999 essa minha identidade, ela vai se fortalecendo (Participante 3).

Para finalizar, essa subcategoria, destacamos o papel de mediação realizado pela ONG em debates de temas importantes, tais como a inclusão do sistema de cotas nas universidades e a implementação da Lei 10.639, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino, pública e privada, a obrigatoriedade do ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira. No Estado, a Bamidelê foi pioneira em trazer essas questões para a discussão com a sociedade.

[...] a gente levantou bandeira de forma pioneira aqui na Paraíba, por exemplo, a gente começou a falar de cotas para o Ensino Superior, foi a Bamidelê aqui na Paraíba. Foi a organização que primeiro fez seminários aqui na Paraíba, na Universidade Federal, fez seção na assembleia, deu entrevista em rádios. Fomos as primeiras a fazer essa defesa da necessidade de cotas de ingresso na educação superior (Participante 2).

Ano passado, o 25 de julho, nós realizamos em parceria com o NEABI, num espaço na universidade. Nós trouxemos os professores da Educação Básica que têm implementado a Lei 10.639, e no espaço da universidade também houve um título de reconhecimento dessa prática educativa antirracista, e ali a gente fez uma premiação, e eles tiveram a oportunidade de expor o trabalho (Participante 3).

Destacadas as ações empreendidas pela Bamidelê na construção e disseminação da informação, procuramos investigar as **fontes informacionais** utilizadas por elas nas suas demandas coletivas e individuais, ou seja, nas ações da ONG e na vida cotidiana. Assim, para os trabalhos desenvolvidos na organização, as mulheres destacaram como fontes de informações livros, revistas especializadas, internet, em especial os *blogs*, dados de pesquisas oficiais, como o censo, a relação com outras ONGs e a participação em congressos. No que se refere a livros e revistas, as militantes apontaram essas duas fontes como de extrema relevância, por trazer informações científicas que podem e devem ser usadas para o embasamento das formações promovidas pela organização, trazendo mais confiabilidade.

Além disso, elas apontaram como sendo muito importante o contato com outras ONGs, pois possibilita a troca de informações e experiências, assim elas podem compartilhar e construir conhecimentos juntas. Pudemos perceber, ainda, que as mulheres que possuem ligações com a academia, sobretudo àquelas ligadas à docência, ocupam uma posição de provedora de conteúdo para os projetos da organização, assim elas são vistas como referências pelas outras mulheres, e, portanto, acabam se tornando também fontes de informação.

Em relação à produção de conteúdo para a aplicação dos projetos, constatamos que, a partir de um determinado momento da história da ONG, as mulheres começaram a organizar esse conteúdo para que ele pudesse ser acessado posteriormente, iniciando, assim, um arquivo dos assuntos que são foco das suas ações. No entanto, sempre que há a necessidade de utilização desse conteúdo, existe a preocupação das militantes no sentido de adaptar as informações que serão utilizadas para a realidade em que ela será aplicada, em um esforço de garantir sua total compreensão e atender assim os objetivos propostos em cada projeto. Isso porque a realidade vivida pelas mulheres também configura como fonte de informação, e deve ser levada em consideração, a fim de se obter uma relação de complementaridade entre teorias e prática.

Um bom tempo a gente ia buscar informações, Solange Rocha, Verônica Lourenço, Terlúcia. Quando vinha o projeto, a gente já sabia. Então a gente pegava os livros, os contextos da internet. Teve um bom tempo que a gente fazia a questão pedagógica, a aula que ia dar. Quando ia dar sobre sexualidade, só ir lá na pasta, no computador mesmo, que já tinha a pastinha. Como Solange e Terlúcia davam mais palestra, elas já tinham um subsídio muito bom. A gente só adaptava a realidade local. [...] quem passou muito foram as meninas que tinha curso superior, elas já davam os subsídios, “leia e releia porque a gente vai abordar esse assunto”. Anemia falciforme, leia isso aqui. Teve um tempo que a gente sentou e decidi pegar o material e guardar. A questão de sexualidade da mulher negra, etnia, políticas públicas na área da saúde, na área da educação, tem todas as pastas no computador. A gente faz roteiro assim: dinâmica de apresentação, a apresentação, como vai ser abordado aquele assunto, como vai ser usado e qual o material. Fazíamos todo o planejamento para a Diretoria providenciar para a palestra ou a reunião (Participante 1).

De onde vinham os dados para a gente trabalhar? De livros, na minha opinião um elemento importantíssimo [...] Então vinham de livros e revistas. Na época a gente não tinha essa multiplicidade de fontes na internet, *blogs*, *sites*, etc., então a gente tinha livros, revistas, dados que a gente participava de congresso, e tal. Outras pessoas que conversavam conosco, outras ONGs, porque a gente mantinha uma sintonia nos assuntos, e, principalmente, os dados que vinham da vida prática das pessoas, porque não adiantava a gente pegar tudo de livro somente, porque às vezes estavam defasados. O livro está publicado, publica hoje, mas tem coisas novas surgindo na comunidade. Então, as nossas fontes sempre foram múltiplas, mas a gente sempre teve o cuidado na Bamidelê de ter uma base científica na forma de

atuar. Se a gente escrevia textos, panfleto, que se fazia muito, a gente tinha cuidado de ter dados estatísticos confiáveis, informações, por exemplo, trabalhávamos com a saúde reprodutiva, então a gente tinha dados científicos comprovados do que eram as doenças, do que deveria ser feito. Então assim, a gente não descolava – como as ONGs que tem o perfil da Bamidelê como a Cunhã, por exemplo – a gente tem sempre essa interface entre o prático, o empírico e o teórico, porque se não a gente fica fazendo afirmação vazia no senso comum (Participante 2).

Então, a gente tem vários *blogs* de mulheres negras, blogueiras negras, tem o *Geledés*, portal *Geledés* que fornece informação importante. Tem um outro portal, *Gênero e número*. Mas, para além disso a Bamidelê também produz informações, produz seus *posts*, produz... por exemplo, a gente teve uma parceria com o *Fórum da Juventude Negra*, onde vários *posts* foram criados com dados para denunciar o genocídio contra a população negra, mais especificamente contra a juventude negra, então a gente tanto faz essa disseminação, essa divulgação de informações que são produzidas, mas também nós produzimos. A Bamidelê sempre teve, sempre compreendeu que a educação é fundamental para essa visibilidade, como um instrumento da luta contra o racismo, contra o sexismo, então a gente produz também informações para expor as nossas lutas e também difunde. Nós somos multiplicadores no que se refere as nossas demandas específicas (Participante 3).

[...] um pouco dos conteúdos que a gente utilizava era também a partir desses espaços que a gente participava, seja enquanto Bamidelê, seja enquanto *Fórum Paraibano da Juventude Negra*, que nesses espaços sempre tem processo formativo e também muita leitura, e a gente acaba contribuindo de alguma forma na elaboração de projetos que seria submetidos a editais. Fora isso assim, tem internet, que ajuda muito, principalmente com relação a dados para a submissão de projetos a editais, a gente precisa muito de justificativa baseada em dados, em informações, em evidências, e a gente utilizava muito essas evidências, essas publicações, mapa da violência, várias publicações, IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil, várias publicações disponibilizadas na internet, assim como também em bibliografias de autores reconhecidos na questão étnico-racial. Além disso, a Bamidelê tem um acervo significativo de publicações referentes às questões de gênero, raça, etnia, saúde, então a gente tinha vários subsídios, mas, sobretudo a internet, eu acredito que seja um, desses meios todos, o potencializador pra manter as informações atualizadas, que a gente sempre precisa estar atualizado enquanto a dados, então a internet contribui muito nesse sentido (Participante 4).

Conforme visto nas falas apresentadas e como dito anteriormente, os livros são vistos como a fonte que traz para os projetos o embasamento teórico e científico necessário para legitimar as ações da organização, porém, é a internet que traz a ação potencializadora para o campo informacional. Nesse sentido, ela traz consigo um grande volume informacional e uma alta velocidade de circulação da informação, assim, segundo Bezerra, Schneider e Brisola (2017) se faz necessário a aquisição de ferramentas e habilidades para a absorção, avaliação e utilização dessas informações, o que, aparentemente, a Bamidelê parece possuir, uma vez que demonstrou saber onde buscar as informações e como utilizá-las para subsidiar a elaboração de seus projetos.

Outro fator importante está no fato da própria ONG se configurar como fonte de informação, isso porque percebemos que, além das mulheres que procuram a Bamidelê em busca de apoio para seus enfrentamentos diários, a organização tem sido muito procurada como campo empírico de pesquisa ou objeto de estudo para trabalhos acadêmicos, como é o nosso caso. Nos últimos quatro anos houve uma média de um trabalho por ano abordando a organização, entre trabalhos de conclusão de cursos e dissertações, que temos conhecimento. Assim a Bamidelê vai democratizando informações e deixando registrada sua trajetória de lutas e conquistas.

Em relação às fontes informacionais utilizadas pelas militantes no seu dia a dia, as respostas não foram muito diferentes das que obtivemos em relação às fontes utilizadas pela organização. A diferença está na ênfase do papel da internet, que hoje se configura como uma das principais fontes informacionais para as pessoas. No caso das militantes da Bamidelê, a internet é essencial pelo fato de facilitar o acesso a conteúdos específicos sobre sua condição de mulher, e, principalmente, de mulher negra, nesse sentido, os *blogs* de mulheres negras têm se destacado trazendo discussões importantíssimas para o empoderamento dessas mulheres.

Como eu estou nesse mundo hoje, estou viva, trabalho com internet, não da mesma forma, não do tamanho que as pessoas querem [...] Mas a informação, livros é fundamental. Prefiro livros físicos, a livros de internet, mas me utilizo também, de sites de internet, sites maravilhosos. Na questão feminista negra, a gente tem que estar na internet, porque tem blogueiras importantes que pensam muito, que refletem muito e essas blogueiras não têm dinheiro para publicar fisicamente, até e-book mesmo elas não têm. Então a gente tem que ir por *blogs*, eu como sou professora, sempre oriento trabalhos, recomendo sempre as meninas e os meninos a irem (Participante 2).

Eu tenho acompanhado mais a mídia alternativa, todavia a gente tem acesso a essa mídia hegemônica por meio da internet. A gente acaba tendo informação! Mas assim, eu busco mesmo a informação através da internet (Participante 3).

Eu uso mais a internet mesmo. Leitura assim, livro, formalmente falando, mas eu procuro ler coisas um pouco mais leves, porque meu dia a dia é um pouco intenso de muita coisa. Então leitura, quando eu chego em casa para ler livros, eu prefiro ler coisas mais leves como romances, histórias, alguma coisa nesse sentido. Sobre essa questão de dominação e submissão de gênero é mais na internet, artigos de autoras que pesquisam essa área, pesquisam gênero, pesquisam raça, etnia. Ultimamente eu tenho lido muito sobre interseccionalidade da Carla Akotirene dos Santos, lá da Bahia, inclusive uma amiga próxima. Então pesquiso mais na internet mesmo, artigos, olho muito em periódicos, quem publicou artigo relacionado a essas questões e também *sites* com blogueiras negras, Geledés, mais essas fontes de informação (Participante 4).

Ao longo das entrevistas as mulheres alegaram algumas dificuldades, tanto em nível individual quanto coletivo, que para nós resultam em **barreiras informacionais**. A maioria dessas dificuldades gira em torno de questões financeiras ou de financiamento. Em nível individual, as mulheres argumentam que hoje não possuem mais condições de manter assinaturas de revistas, de comprar livros, por outro lado, também não possuem mais condições de participar de congressos, isso devido à perda de poder aquisitivo e da falta de incentivo financeiro do Governo nos últimos anos. Em nível coletivo, a Bamidelê, como já foi dito anteriormente, está passando por uma grande dificuldade financeira, primeiro porque os órgãos de financiamento social acabaram deixando o país, acreditando que o país estava caminhando com seus próprios pés, como de fato estava, e foram desenvolver trabalhos na África e Ásia; segundo porque nos últimos anos houve um corte nos investimentos em saúde, educação e segurança, por parte do Governo Federal, o que impactou diretamente no lançamento de editais de seleção de projetos, e a Bamidelê sobrevive de projetos.

Nas últimas instâncias, por questões de recursos, estávamos abrindo de segunda à quinta, todas as manhãs. Mas aí tem que se manter uma secretária, e do meio do ano para cá não é mais possível, não temos mais recursos. O que está se fazendo? As sócias que tem mais recursos estão fazendo doação para se manter a sala aberta. Voluntariamente cada sócia vai lá quando pode, vê alguma demanda que tem, e assim a gente vai indo. Estamos vivendo de doações! [...] Na verdade, como está muito restrita a questão financeira, estamos passando por uma crise muito grande e as políticas públicas para nós está cada vez mais restrita (Participante 1).

[...] o que eu posso afirmar é que a Bamidelê, ela já vem passando essa crise há algum tempo. Não só a Bamidelê, todas as organizações não governamentais, porque a gente, as ONGs recebem financiamentos. São poucas ONGs que são autossustentáveis, e tem um momento no ano 2000, que as organizações de fomento se retiraram do Brasil e ela diz: “Ó, está tudo resolvido, está tudo encaminhado no Brasil, a gente vai agora contribuir para um país da África, da Ásia”. E foram embora, porque a gente estava realmente em outro patamar do país, a gente tinha outra direção, a gente estava organizando o país, a gente estava vendo as pessoas podendo comer de uma forma mais digna. Porque todo mundo come, mas a gente tinha uma grande população brasileira que comia o mínimo possível, comia aquilo que não queria comer, pra pessoa virar lixo e ir comer, mas não é aquilo que ela deve comer (Participante 2).

Gosto muito de ir para eventos, encontros, congressos, porque é uma forma da gente ter ali informações novas, circulando, que ainda não foram para publicação, mas que hoje o dinheiro não está dando mais para fazer isso. As universidades não estão custeando ninguém, nem professores, nem estudante para ir para congressos, lastimável isso! É o momento que a gente tem para encontros com outros profissionais e outras informações, mas enfim, com essa dificuldade de recursos que a gente tem hoje, eu ainda tenho livros físicos e internet que é fundamental (Participante 2).

As ONGs estão num momento bastante difícil, por conta que funcionava com recursos internos e, sobretudo, externos. A própria Bamidelê quando foi fundada, em 2001, teve um apoio da Fundação Ford por quase 10 anos... e atualmente há uma crise dessas organizações, uma vez que se acreditava que o Brasil já tinha minimamente solucionado as suas questões de desigualdades e esses órgãos de apoio, esses financiadores, foram para o continente asiático e para o continente africano, e essa é uma questão que... Depois em 2016 tivemos esse golpe e há uma crise nessas organizações, mas nós temos construído alternativas, que têm sido uma auto-organização (Participante 3).

Perceba que as barreiras informacionais vão muito além de problemas técnicos ou de recuperação da informação, nesse caso, as barreiras estão intimamente ligadas às barreiras sociais, políticas e econômicas. São questões de natureza material que dificultam o alcance dos objetivos informacionais dos sujeitos da ONG. Assim, é necessário muito mais que conhecimento instrumental para que essas barreiras possam ser superadas, é preciso pensar em estratégias de enfrentamento.

### **7.1.2 Construção da Competência Crítica em Informação**

Nesta segunda classe temática, emergiram duas categorias de análise, a saber: **aprendizado ao longo da vida**, da qual surgiram três subcategorias – necessidades informacionais, espaços informacionais alternativos, e senso crítico informacional; e **contribuições para o enfrentamento diário**, que, por sua vez, também se dividiu em duas subcategorias – fortalecimento mútuo, e uso da informação construída.

#### *7.1.2.1 Aprendizado ao longo da vida*

Segundo Bezerra (2015), o conceito de Competência Crítica em Informação faz referência ao aprendizado ao longo da vida, de maneira que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais. Nesse sentido, um dos fatores que indicam se o sujeito vem desenvolvendo uma Competência Crítica em Informação é saber questionar suas **necessidades informacionais**, assim, conforme explica Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017, p. 7) é indispensável “um questionamento, por parte do usuário e dos mediadores da informação, sobre as necessidades informacionais de uns e outros, uma reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas “necessidades”, seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação”.

Sendo assim, entendemos que as mulheres que procuram o apoio dos movimentos sociais, fazem antes uma reflexão sobre sua condição social e suas necessidades informacionais, mesmo que inconscientemente. Elas estão em busca de preencher algo que lhes faltam, de se fortalecerem coletivamente. Assim, a Bamidelê, por sua vez, como mediadora da informação, tenta suprir as necessidades dessas mulheres, e para isso também faz uma reflexão das necessidades informacionais do seu público-alvo, com a finalidade de, a partir disso, desenvolver ferramentas que atendam essas necessidades, promovendo o crescimento social, emocional e econômico dessas mulheres. Dessa forma, podemos dizer que a Bamidelê desempenha um papel importante na promoção das competências necessárias para que o sujeito saiba lidar com a informação.

Acho que 80% das sócias procuraram a Bamidelê, foram até lá por uma necessidade de identificação, se identificar, e a necessidade de ter uma referência. A maioria das sócias foram estudantes que passaram por algum projeto lá dentro, são pessoas que foram contempladas com algum projeto diretamente e indiretamente. E teve projetos que selecionou educadores, e esses educadores se encantaram com a questão da Bamidelê e com o projeto da Bamidelê (Participante 1).

[...] eu me deslocava para bairros nobres de Salvador e me deslocava para a periferia com as piores condições humanas possíveis. E assim, isso sempre me incomodou, a pobreza, sempre, sempre! Desde quando eu era menina pequenininha, que via minha mãe se acabando de lavar roupa de madrugada, e eu também já ingressando no trabalho infantil. Mas assim, foi determinante essa minha morada durante a adolescência, porque assim como eu, pessoas começaram a fazer questionamentos, fazer organização, e tinha uma moça que participava lá de um grupo de consciência negra. Essa moça já tinha andado por alguns estados do Brasil e morava lá, ela foi fundamental, a gente começou a mobilizar gente na periferia que a gente morava (Participante 2).

Ao dizermos que a Competência Crítica em Informação faz referência ao aprendizado ao longo da vida, subtemos nessa afirmação que essa competência crítica não é construída apenas nos espaços formais de construção do conhecimento, como é o caso da escola, das universidades, do trabalho, mas também em **espaços informacionais alternativos**. A própria Bamidelê se configura em um espaço informacional alternativo. Para grupos que estão em situação de opressão/submissão diante da sociedade, como é o caso das mulheres negras, esses espaços oferecem a oportunidade de resignificar as informações disseminadas pelas classes hegemônicas da sociedade, e que são responsáveis por reforçar as marcações simbólicas que marginalizam determinados grupos. Nesse sentido, as próprias instituições formais, muitas vezes, são responsáveis por perpetuar as desigualdades sociais.

Eu também sou militante partidária, sou do PT. Tem mulheres do partido que eu participo também, então a gente troca muita informação. Essa militância também empodera a gente, principalmente a questão das políticas públicas, de reivindicar, de reclamar, de questionar. Faz vinte anos que sou filiada ao PT, é outro grupo que me fortalece. Agora estou um pouco afastada, mas é um grupo que me fortalece muito. Um outro grupo que me fortalece demais também é a minha religião, é a Igreja Católica. Teve alguns padres, algumas pessoas, algumas experiências religiosas com padres que também são militantes, tem a questão da teologia da libertação que trabalha nessa metodologia. São padres antigos que trabalham a questão mesmo de questionamentos, como podemos reivindicar. Libertação no sentido social. Participei da pastoral da criança uns cinco anos e a igreja, e pessoas, padres, que para mim foram referência no sentido de busca de informações (Participante 1).

[...] têm sempre esses dados que nos revelam essa importância da Bamidelê, e as mulheres que trabalham conosco desde o início da formação, como por exemplo as mulheres de Caiana, a gente visivelmente acompanhou a mudanças dessas mulheres. Eu não gosto muito de auto estimar as coisas, a gente não pode dizer que foi só a Bamidelê, porque além da Bamidelê tem tantas coisas acontecendo na sociedade. Mas a Bamidelê, assim, contribuiu muito, por exemplo, para a mudança de mentalidade das mulheres de Caiana dos Crioulos, então, hoje são mulheres que estão em outros caminhos, outras visões, uma visão sobre si mesma (Participante 2).

Outro aspecto importante relacionado à Competência Crítica em Informação é o desenvolvimento de um **senso crítico informacional** por parte dos sujeitos. Conforme explica Bezerra, Schneider e Brisola (2017) o senso crítico é o fator cognitivo que orienta nossa ação e seleção informacional, com base nos nossos conhecimentos prévios e nas nossas demandas informacionais. Ainda segundo esses autores, o senso crítico deve articular de modo eficiente a compreensão das nossas necessidades informacionais com a identificação da informação capaz de supri-las, destacando-a da massa de informação irrelevante que a cerca. Além disso, ao nosso ver, o senso crítico também é responsável por estimular uma atitude questionadora por parte dos sujeitos informacionais, no que diz respeito às informações que lhes são impostas no cotidiano, ou seja, a informação hegemônica que vem reforçar às relações de submissão/opressão às quais estamos submetidos/as.

[...] isso (a reflexão) me ajuda muito, principalmente no meu círculo familiar, que é o primeiro lugar que a gente se choca, coisas acontecem aqui. Atitudes e ações dos irmãos e familiares que eu comecei a ver que são fora dos meus princípios, ou então da base e dos princípios que nos deram, que nos passaram (Participante 1).

Eu deixei de assinar essas revistas até por questões ideológicas, que a gente observa a forma deturpada, distorcida, com um debate muito intenso com a questão das cotas, desde 2002/2003, que tem sido pautada, e a forma distorcida que essa imprensa tem feito uso dessas pautas políticas. Eu tenho acompanhado mais a mídia alternativa, todavia, a gente tem acesso a essa mídia hegemônica por meio da internet, a gente acaba tendo informação! Mas assim, eu busco mesmo a informação através da internet (Participante 3).

Todas as informações e formações que eu tive na minha trajetória desde os 15 anos até hoje, os espaços que eu tive oportunidade de participar, acabaram que contribuindo muito para uma criticidade em relação ao que é colocado como informação. Eu diria que, sobretudo, a formação em si, porque de nada adianta ter lido vários textos, de ter nas mãos dados, se eu não tenho discernimento de interpretação. Eu acredito que essas informações que eu tive acesso ao longo desse tempo, junto com o processo formativo, seja em oficinas, seja na troca de experiências, seja participando das rodas de diálogo, seja em espaços de representatividade, enfim, esses espaços acredito que mais que a leitura, contribuíram para a formação, essa criticidade em relação às informações que a gente tem a disposição hoje em dia. Porque eu acredito que, enfim, o processo de transformação se dá por meio da troca mesmo de experiência, da troca de informações, sobretudo no contato pessoal. Tem a internet que está à disposição, que tem inúmeras informações, mas eu acho que espaços formativos em grupo, eles contribuem muito mais para o desenvolvimento das pessoas e dessa criticidade em relação às informações (Participante 4).

Você costuma ter uma visão, eu costumo dizer lá em casa – que eu uso essa linguagem demais, mas é a linguagem certa, todo mundo entende quando eu falo isso em sala de aula – você costuma ter uma visão peneirada, você começa a peneirar o que realmente está sendo mostrado, o que realmente é aquilo:

- Peraí, estou falando isso, mas a imagem é aquilo.

- Não, a imagem é isso, mas porque estão falando aquilo?

Você começa a ler nas entrelinhas também, você começa a não ver somente o fato, mas todo o contexto, o que está ao redor. Você começa a ver com olhos de águia, você escuta, absorve, mas também tem a sua informação, o seu pensamento:

- Não peraí, tem alguma coisa desconexa, alguma coisa não bate com outra coisa.

E a gente chega num tempo que somente com algum tipo de estudo, algum tipo de vivência, a gente começa a ter essa visão, porque as pessoas vendem tudo, do jeito que querem (Participante 5).

Assim, pudemos perceber que os espaços informacionais alternativos são primordiais para despertar nos sujeitos o senso crítico em relação à informação. Esse senso crítico é responsável pela análise da nossa necessidade informacional e também pela reflexão a respeito das informações que nos são impostas. Assim, é prudente dizer que o senso crítico informacional figura como um instrumento de empoderamento dessas mulheres.

#### *7.1.2.2 Contribuições para o enfrentamento diário*

Para finalizar, buscamos analisar como as Práticas Informacionais e a construção da Competência Crítica em Informação contribui para o enfrentamento diário das militantes da Bamidelê. Nesse sentido, destacamos como primeira forma de contribuição o **fortalecimento mútuo**, pois é por meio dele que elas criam estratégias para vencer as barreiras sociais e informacionais que lhes são impostas no dia a dia. Esse fortalecimento mútuo, criado a partir da construção coletiva da informação, oferece oportunidade para que as mulheres se

empoderem e empoderem outras, o que traz para elas a segurança e a capacidade para lidar com as relações diárias de opressão/submissão. Podemos dizer que a construção da Competência Crítica em Informação acontece a partir do fortalecimento coletivo proporcionado pelo acesso à informação e, principalmente, às formações, essas, em especial, contribuem com o desenvolvimento da capacidade de reflexão.

Eu me sinto hoje, enquanto mulher negra, eu me sinto muito bem, realizada, me sinto encontrada, tranquila. Essa questão de preconceito e racismo não me atinge mais tanto como me atingia há 15/20 anos atrás, que me incomodava, que chegava em casa eu ia chorar, tinha coisa que acontecia comigo na rua, eu não dizia a ninguém, ou na escola, chegava em casa eu ia chorar no meu cantinho. [...] Hoje, lógico, com o amadurecimento a gente reage de outra forma, tritura, ignora, ou quando pode, dependendo da situação, a gente revida de maneira crítica, que a pessoa fique no seu lugar e a gente no nosso. Hoje eu me sinto muito bem resolvida com a questão de ser uma mulher negra. Eu sinto e eu sou referência de mulher negra para outras mulheres, na família e fora da família, no contexto geral da sociedade. Lá mesmo no grupo da faculdade, quando alguém fala questão de mulher, de igualdade de gênero, já olham pra mim, já sabem que eu vou falar, e de mulher negra então olham pra mim duas vezes e pensam antes de falar. Eu digo logo, “Pense!”. Se vai falar, é porque vai ouvir, sou direta! (Participante 1).

As mulheres da Bamidelê, que são Bamidelê, a gente tem uma relação de cumplicidade, a gente pensa igual. Igual no sentido de reconhecer que existe um racismo no Brasil e que a vida da mulher negra é uma vida que tem algumas questões que são acentuadas em relação ao homem negro, em relação as mulheres brancas. Então, a gente comunga alguns pontos da Bamidelê. E a escola da Bamidelê aqui em João Pessoa, elas reconhecem a importância, elas aprendem algumas coisas com a gente, no sentido de ver que é importante que dentro do Movimento Feminista haja o Feminismo Negro, porque o Movimento Feminista, aqui no ocidente, nunca pautou as particularidades das mulheres negras (Participante 2).

Eu compreendo a importância da Bamidelê como organização é que a gente fortalece coletivamente, uma coisa é um indivíduo, outra é a coletividade, e nesse sentido a Bamidelê agrega feministas negras com um projeto político que tem sido a promoção de atividades de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, e todos os tipos de opressões, em defesa da sexualidade, e isso é muito importante, porque a gente pensa em um projeto coletivo e essa atuação é coletiva, a Bamidelê agrega essas pessoas (Participante 3).

[...] acho que as coisas boas desse processo todo me fazem ser uma mulher muito mais forte, e poder contribuir com essa força na vida de outras mulheres, sobretudo da minha sobrinha que está com oito anos, começando agora a viver. Acredito que toda essa força que eu consegui construir na presença de outras companheiras, ela acaba sendo distribuída, multiplicada para outras mulheres negras também. E é isso! Em relação às mulheres que estão nesses espaços, a frase “uma sobe e puxa as outras”, ela faz total sentido. A gente se fortalece em conjunto, a gente se sente segura quando tá junto (Participante 4).

Eu mudei muito, mudei muito e pra melhor. Comecei a acreditar no meu potencial, subi degraus que não acreditava que iria chegar lá, em títulos. Já subi, desci, desci, subi, então, porque uma coisa que eu sempre tive bem claro é que eu nunca sou – não sou professora, não sou diretora, não sou coordenadora, não sou gestora –, eu estou. Eu sou Josélia, mulher, negra, mãe, isso eu sou porque ninguém vai tirar de mim, mas o resto? O resto eu estou (Participante 5).

Outro ponto que destacamos como contribuição da Competência Crítica em Informação no enfrentamento das relações de submissão/opressão é o **uso da informação construída**. Pudemos perceber que a informação que é construída no espaço da Bamidelê ou pelos projetos da ONG, elas são posteriormente utilizadas pelas militantes em suas ações diárias, seja para se defender em situações de opressão, seja para esclarecer ou empoderar outras pessoas.

Uma coisa que assim, é bom demais, é a autocrítica, não só se autoavaliar, mas saber se defender, de reivindicar um direito e de dizer um não. Saber dizer um não! As discriminação que a gente sofre enquanto mulher, enquanto pessoa, enquanto ser humano, né? E ela nos promoveu muito essa questão de formação e informação e de momentos que a gente pode exercer a nossa cidadania, as políticas públicas tanto pessoal, quanto em grupo (Participante 1).

[...] a gente identifica mais que estudantes que hoje são professores e professoras da Educação Básica, cada vez mais têm conhecimento dessa bibliografia, dessa historiografia que trabalha a partir de uma perspectiva da diversidade social, cultural, que leva esse tema do racismo para o espaço de dentro da sala de aula, por exemplo, essa semana a gente vai receber alunos da educação básica para conhecer o espaço do NEABI, então já é resultado dessa informação. [...] Então, muitas vezes as pessoas não têm esse conhecimento, então a partir daí a gente espera contribuir, e colaborar com um novo imaginário e novas práticas sociais, e novas práticas pedagógicas, e novas pesquisas pensando nesse sujeito negro, pensando como protagonistas nas várias temporalidades, desde o Período Colonial, passando pelo Período Imperial e Pós-abolição, e agora no tempo presente (Participante 3).

São ações diárias que estão nos pequenos gestos. E às vezes acho até que atrapalha, porque tu vê além, não sei se vou ser feliz com o que eu vou dizer, mas tem alguns momentos que é melhor você ser leiga, sabe?! Mas onde eu tenho oportunidade de mostrar o outro lado, eu faço uso disso em qualquer momento, em qualquer ocasião. Mas sempre que eu puder empoderar alguém de algumas informações, onde buscar mais que um momentinho, que eu conversar em tal lugar, oh vai lá e procura saber. Eu boto sementinha, eu saio colocando sementinha por aí e vamos ver o quê que dá. O tempo todo alerta! Só não sou muito cri cri. Eu digo o que eu penso e acabou. Já falei o que eu pensava, cada um absorve do jeito que quer. Mas a partir do momento que você fala algo, alguém absorveu. Não passou em branco completamente. Olha a palavra, não passou em branco! (Risos) Nem tudo isso a gente, a gente tem que ir soltando, peneirando que tem momento que mesmo a gente conhecendo não vai ser feliz ali naquele momento, não vai ser legal. Você pode até ser distorcido e você passar a ser vítima. Então, tem alguns momentos que você tem que observar e esperar o melhor momento de você agir, de você dizer o que pensa, engolir um

pouquinho, depois você fala. Mais tem momento não, tem momento que a hora é aquela, então se você não dizer, não mostrar realmente é assim, assim, assim, você não vai ter outra oportunidade (Participante 5).

Mediante o que foi apresentado, concordamos com Vitorino e Piantola (2009, p.136) quando diz que a Competência Crítica em Informação é “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre”. Livre no ponto de vista de formar cidadãos/ãs conscientes de seu papel e seu lugar na sociedade, capazes de perceber que a marginalização que sofrem não diz respeito a essências, e sim a construções de uma sociedade que oprime e submete àqueles que consideram inferiores.

Para finalizar, pudemos observar que, no campo empírico estudado, as Práticas Informacionais se dão, inicialmente, a nível de sujeito, e estão diretamente ligadas à percepção das marcações simbólicas e às ações de busca informacional para superar a condição imposta por essas marcações. Nesse sentido, as Práticas Informacionais se iniciam na dimensão pessoal e se desdobram para a dimensão institucional, que aqui está representada nas ações da Bamidelê. A Competência Crítica em Informação, por sua vez, tem a ver com o posicionamento do sujeito frente à informação que lhe é imposta, portanto, diz respeito aos enfrentamentos diários desses sujeitos, podendo ser vista, então, como uma postura contra ideologias. Assim, podemos dizer que, é dessa forma que práticas e competências se articulam, uma sendo responsável pela percepção e outra pelo posicionamento dos sujeitos.

## 8 CONCLUSÃO

Pudemos constatar, ao longo desse trabalho, que mulheres e negros/as tiveram, durante muito tempo, suas histórias silenciadas. São histórias de luta e resistência contra sociedades que os oprimem e consideram suas trajetórias como secundárias. A ciência, de um modo geral, teve grande responsabilidade por isso, pois, através de teorias como a racialização da espécie humana e naturalização biológica, contribuiu para a construção das marcações simbólicas que serviram para legitimar as relações de submissão/opressão as quais os grupos oprimidos ainda são submetidos.

Assim, o desenvolvimento dos conceitos de gênero e de interseccionalidade foram primordiais como ferramentas teóricas que possibilitaram entender, por um lado, que as identidades não são inatas, e sim construídas, e por outro, que as opressões sofridas não são sobrepostas, mas articuladas. Dessa forma, a partir do conceito de interseccionalidade, foi possível confirmar, que as mulheres negras estão submetidas a uma intersecção de opressões – principalmente de gênero, raça e classe – e que por isso possuem sua própria agenda de resistência, que é diferente da agenda do Movimento Feminista hegemônico e, também, da agenda do Movimento Negro.

No que se refere à construção das identidades, a literatura nos mostrou que não existem identidades sem diferenças, e que, atualmente, os movimentos sociais, incluindo o movimento de mulheres negras, têm reivindicado o reconhecimento dessas diferenças como forma de se fortalecer. Nesse sentido, devemos destacar o importante papel da informação na construção das identidades e das diferenças, pois, é por meio da informação que as marcações simbólicas sobre determinados grupos são instituídas. Assim, a informação deve ser vista aqui tanto como um instrumento que serve para reforçar as relações de submissão/opressão, quanto como recurso fundamental para superar essas desigualdades.

Diante do que foi exposto, nos propomos a trazer para Ciência da Informação a discussão sobre gênero e raça, a partir de uma análise das Práticas Informacionais e da construção da Competência Crítica em Informação, por parte das mulheres negras militantes nos movimentos sociais, mais especificamente na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Nosso objetivo era compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas por essas mulheres contribuem para a construção de uma Competência Crítica em Informação que colabore com os seus enfrentamentos diários às relações de submissão/opressão.

A pesquisa nos mostrou que as mulheres negras começam seu processo de construção de identidade desde muito cedo, já sofrendo as consequências da submissão/opressão que as marcações simbólicas lhes impõem, o que as fazem buscar meios fortalecimento contra aquilo que lhes oprimem. Assim, é através do encontro com seus/suas semelhantes que essas mulheres constroem sua afirmação identitária, a partir de espaços alternativos de construção de saberes que proporcionam a essas mulheres acesso à informação/conhecimento necessário para superar as desigualdades sociais.

Pudemos perceber ainda, a partir das respostas das entrevistadas, que devemos dar uma atenção especial aos espaços informacionais alternativos, como é o caso da própria Bamidelê, pois, é a partir das Práticas Informacionais desenvolvidas nesses espaços que as mulheres se fortalecem mutuamente e criam estratégias de enfrentamento com base na informação construída. Podemos dizer, então, que esses espaços são de grande valor na construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres.

Assim, acreditando que a Competência Crítica em Informação faz referência a um aprendizado ao longo da vida, destacamos como algumas competências desenvolvidas por essas mulheres: a reflexão sobre suas necessidades informacionais; o desenvolvimento de um senso crítico informacional, no que diz respeito às informações e às situações que essas mulheres são submetidas; e o uso da informação construída como forma de empoderamento individual e coletivo. Essas competências, dentre outras, são utilizadas pelas militantes diariamente em oposição às relações de submissão/opressão às quais são submetidas.

Vale destacar aqui ainda, o papel da Bamidelê enquanto centro de mediação da informação, produtora de conteúdo, e que promove o desenvolvimento de senso crítico informacional nas mulheres com as quais trabalha. Uma instituição que, por meio de Práticas Informacionais distintas, constrói diferentes estratégias de enfrentamentos às relações de submissão/opressão. Além disso, mantém forte preocupação quanto à confiabilidade das fontes informacionais utilizadas na construção dos materiais produzidos para ações, tendo sempre o cuidado de dar um caráter científico às informações repassadas, a fim de garantir a seriedade do trabalho desenvolvido por elas.

Para finalizar, gostaríamos de dizer que, apesar da contribuição que acreditamos trazer para o campo da Ciência da Informação ao estudar temas como gênero e raça, a partir da análise das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação, acreditamos que esse é um estudo que ainda pode ser bastante explorado. Por um lado, tanto gênero, quanto raça são temas pouco abordados na CI, e por outro, o estudo das Práticas Informacionais, bem como a Competência Crítica em Informação, oferecem vastas

possibilidades de abordagens. Acreditamos que estudos futuros podem servir, por exemplo, para comparar a realidade analisada aqui com a realidade de outras ONGs, ou então, a construção da Competência Crítica em Informação pelas feministas negras pode ser analisada a partir de um estudo de suas histórias de vida, essas são só algumas das possibilidades. De qualquer forma, essa pesquisa possibilitou aos/as pesquisadores/as um bom conhecimento no que diz respeito às desigualdades sociais às quais mulheres e negros/as estão submetidos, bem como demonstrou como as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação possuem um importante papel social, podendo ser usadas como ferramenta para minimizar os impactos de uma sociedade opressora.

## REFERENCIAL TEÓRICO

ABATH, Rachel Jofilly; IRELAND, Timothy. A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, 31(2): 211-36, 2017. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1ª Ed. E-book, 2017.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 a 2012. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 79-100, número especial 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13678>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION – ALA. 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. [**Anais eletrônicos...**]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da USP, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3059/2185>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no movimento negro da Paraíba. (Projeto de Pesquisa) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na sociedade do conhecimento. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis. [**Anais eletrônicos...**]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1727/861>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila de. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013.

\_\_\_\_\_. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 01-30, jan/abr 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. O que são práticas informacionais?. **Inf. Pauta**, Fortaleza, CE, v. 2, número especial, out. 2017.

ARISTÓTELES. A Política. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo. Martins Fontes, 1991. 1ª. Edição.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <<https://alair.ala.org/handle/11213/7668>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilFramework>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

AMNB. Associação de Mulheres Negras Brasileiras. Disponível em: <<http://www.amnb.org.br/sobre.asp#ancora>>. Acesso em: 22 jan 2019.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p. 42-61.

BAMIDELÊ. **BAMIDELÊ**: organização de mulheres negras (blog). Disponível em: <<http://negrasbamidele.blogspot.com/p/bamidele.html>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. **Feminismo e emancipação feminina**: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 111. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BARRETO, Raquel de Andrade. “Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça” : narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005. (Dissertação)

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.

BENAVENT, Rafael Alexandre; ARROYO, Adolfo Alonso; ALCAIDE, Gregorio González; DIOS, Javier González de; SAMPERE, Angel P.; ZURIÁN, Juan Carlos Valderrama. Gender analysis of papers published in Revista de Neurologia (2002-2006). **Revista de Neurologia**, v. 45, p. 137-143, 2007. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/6178312\\_Gender\\_analysis\\_of\\_papers\\_published\\_in\\_Revista\\_de\\_Neurologia\\_2002-2006](https://www.researchgate.net/publication/6178312_Gender_analysis_of_papers_published_in_Revista_de_Neurologia_2002-2006)> Acesso em: 01 mar. 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16º, 2015. João Pessoa: ANCIB, 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. **Anais do Enancib**. Marília, 2017.

Disponível em:

<<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/487>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.27, n.1, p. 7-16, jan./abr. 2017.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**. Brasília, ano 1, v.1, n.1, jan./jun, 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16758>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Sao Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora: Contesting identities**. New York: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. Travels in negotiations: difference, identity, politics. **Journal of Creative Communications** 2 (1&2), 2007, p. 245-256.

BRETTAS, Aline Pinheiro; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. O registro do congado como instrumento de preservação da memória mineira: novas possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., 2010, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos...**]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3611/2735>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRISOLA, Anna Cristina; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. **Anais do Enancib**. Marília, 2017. Disponível em:

<<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/417>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/33285>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Vozes femininas nos contos de fada: a experiência da fala falante. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 283-296, ago./dez., 2006. Disponível em:

<[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/06/pdf\\_ff13e01254\\_0011187.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_ff13e01254_0011187.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CARDOSO, Francilene do Carmo. Memória, Informação e Identidade Negra na Biblioteca Pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., 2010, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos...**]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3628/2752>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFÓBIA E GÊNERO, Durban, 2001. **Anais...** p. 1-6. Disponível em:

<<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CARVALHO, Rayssa Andrade. **O Movimento de Mulheres Negras na Paraíba: Um olhar sobre a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001-2012)**. Monografia (Departamento de História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p.87. 2013.

CARVALHO, Rayssa A.; ROCHA, Solange P. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba. In: **GÊNERO | Niterói**, v.16.n.2, 2016, p. 71 – 89. Disponível em: <file:///C:/Users/Qbex/Downloads/802-2224-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 mai 18.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf & Soc Est.** 2014; 24(1):13-18. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/358101143/Analise-de-Conteudo-consideracoes-gerais-relacoes-com-a-pergunta-de-pesquisa-possibilidades-e-limitacoes-do-metodo-pdf>>. Acesso: 28 jun. 2018.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n.2, Universidade de Minho: Braga, 2003.

CHRISTO, Carlos Alberto. Marcas de Batom. **Revista Caros Amigos**, ano V, nº54, setembro, p. 16-17, 2001. Disponível em: <<https://secundo.wordpress.com/2010/11/21/marcas-de-batom-parte-i/>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

COIMBRA, Maria Leonor Valfigueira. **Uma perspectiva informacional sobre o laboratório**: estudo das Práticas Informacionais dos físicos experimentais de partículas. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais) - Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York/London: Routledge, 2000. Disponível em: <<https://uniteyouthdublin.files.wordpress.com/2015/01/black-feminist-thought-by-patricia-hill-collins.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women. **Stanford Law Review**, v. 43, n.6, p. 1241-99, 1991. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1229039>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

DAVIS, Angela Y. **Mujeres, raza y clase**. Madrid: Akal, 2005.

DERVIN, Brenda. **An overview of Sense-Making research**: concepts, methods and results to date. International Communications Association Annual Meeting, Dallas, May 1983. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/wpratt/MEBI598/Methods/An%20Overview%20of%20Sense-Making%20Research%201983a.htm>> Acesso em: 30 mai. 2018.

DIAS, Karla Cristina Oliveira; LIMA, Francisca Rosimere Alves de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, [Belo Horizonte], v. 3, n. 2, p. 1-15, out. 2013. Disponível em: <[portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2166](http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2166)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

DOHERTY, John J. No Shying: Giving voice to the silenced: an essay in support of information literacy. **Library Philosophy and Practice**, Nebraska, p. 1-8, Junho de 2007. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1133&context=libphilprac>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DOHERTY, John J.; KETCHNER, Kevin. Empowering the Intentional Learner: A Critical Theory for Information Literacy Instruction. **Library Philosophy and Practice**, Nebraska, v. 8, n. 1, outono de 2005. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1062&context=libphilprac>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DOMINGUES, P. J. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: PEREIRA SILVA, J. **O Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

DOYLE, Andréa. Competência em crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro. 137 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; ANASTÁCIO DE PAULA, Claudio Paixão. PRÁTICAS INFORMACIONAIS: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, p. 111-135, nov. 2017. ISSN 2525-3468. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p. 88-98, jun. 2007. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>> Acesso: 30 dez. 2017.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; ESPÍRITO SANTO, Patrícia. A busca de informação pela mulher em jornais impressos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 8., 2007, Salvador. [Anais eletrônicos...]. Salvador: Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFBA, 2007.

DUNNE, Jennifer E. Information seeking and use by battered women: a “person-progressive-situations” approach. **Library & Information Science Research**, Norwood, NJ, v. 24, n. 4, p. 343-355, 2002. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818802001329>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. Fontes de informação e a questão de gênero no cotidiano da mulher (dona de casa). **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, p. 167-188, 1994. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/2910>>. Acesso em: 22 Jul 2018

ELLIOTT, Ariluci Goes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., 2010, Rio de Janeiro. [Anais eletrônicos...]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3625/2749>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ELMBORG, James. Critical information literacy: Definitions and challenges. In: WILKINSON, Carroll Wetzels; BRUCH, Courtney (orgs). **Transforming information literacy programs: Intersecting frontiers of self, library culture, and campus community**. Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012. Disponível em: <[http://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=slis\\_pubs](http://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=slis_pubs)>. Acesso em 20 dez 2017.

ENCICLOPÉDIA CULTURAMA. **Definição do Universalismo – Conceito do Universalismo**. 2013. Disponível em: <<https://edukavita.blogspot.com.br/2013/12/definicao-da-universalismo-conceito-da.html>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862003000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862003000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

FREITAS, Liliane Miranda; CHAVES, Sílvia Nogueira. Ser homem ou mulher é biológico? A naturalização dos gêneros em revista de divulgação científica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS**, VIII, 2011, Campinas. Anais. Campinas: ABRAPEC, 2011. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiiienpec/resumos/R0049-3.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11041>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.atoz.ufpr.br>>. Acesso em: 20 dez. 2017. Entrevista.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of Modernity**. Cambridge: Polity, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New York: Aldine Publishing Company, 1967.

GOEL, Kamlesh. Gender differences in publication productivity in psychology in India. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 55, n.2, p. 243-258, Aug.2002. Disponível em: <<https://akademai.com/doi/abs/10.1023/A%3A1019667708012>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 31, n. 1, apr. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

\_\_\_\_\_. REGIME DE INFORMAÇÃO: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 01, 2003. pp. 93-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

HAKANSON, Malin. The impact of gender on citations: na analysis of College & Research Libraries, Journal of Academic Librarianship, and Library Quarterly. **College & Research Libraries**, Chicago, Ill., v. 66, n. 4, p. 312-322, jul. 2005. Disponível em: <<https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/15737>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2008.

HARRIS, Roma; STICKNEY, Judy; GRASLEY, Carolyn; HUTCHINSON, Gail; GREAVES, Lorraine; BOYD, Terry. Searching for help and information: abused women speak out. **Library & Information Science Research**, Norwood, NJ, v. 23, n. 2, p. 123-141, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818801000664>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; CABRERO, Rodrigo de Castro; COSTA, Maria da Piedade Resende da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação** [online]. Vol.19, n.2, pp.169-187. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862007000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

KARIM, Nor Shahriza Abdul; HASAN, Amelia. Reading habits and attitude in the digital age: analysis of gender and academic program differences in Malaysia. **Electronic Library**, Oxford, Inglaterra, v. 25, n. 3, p. 285-298, 2007. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/02640470710754805>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

KHOO, Christopher S. G; RAMAIAH, Chennupati Kodand. Profile of LIS applicants selecting different specialisations. **Libri: international journal of libraries and information systems**, Munchen, v. 54, n. 2, p. 67-81, jun. 2004. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/228597120\\_Profile\\_of\\_LIS\\_Applicants\\_Selecting\\_Different\\_Specialisations](https://www.researchgate.net/publication/228597120_Profile_of_LIS_Applicants_Selecting_Different_Specialisations)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

KRETSCHMER, H.; AGUILLO, I. F. New indicator for gender studies in Web networks. **Information Processing & Management**, Elmsford, NY, v. 41, n. 6, p. 1481-1494, dez. 2005.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

LARGE, Andrew; BEHESHTI, Jamshid; RAHMAN, Tarjin. Gender differences in collaborative Web searching behavior: an elementary school study. **Information Processing & Management**, Elmsford, NY, v. 38, n. 3, p. 427-443, maio 2002. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/222378583\\_Gender\\_differences\\_in\\_collaborative\\_Web\\_searching\\_behavior\\_An\\_elementary\\_school\\_study](https://www.researchgate.net/publication/222378583_Gender_differences_in_collaborative_Web_searching_behavior_An_elementary_school_study)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LIMA, Celly Brito; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Construção de identidades Afrodescendentes na Cibercultura: o olhar da ciência da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 19, n. 1, p. 37-43, 2009.

LLOYD, Annemaree. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010.

LÓPEZ, Maria José; RAMIREZ, Isabel de Torres. D. Gender terminology and indexing systems: the case of woman's body, image and visualization. **Libri: international journal of libraries and information systems**, Munchen, v. 57, n. 1, p. 34-44, mar. 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/249945918\\_Gender\\_Terminology\\_and\\_Indexing\\_Systems\\_The\\_Case\\_of\\_Woman's\\_Body\\_Image\\_and\\_Visualization](https://www.researchgate.net/publication/249945918_Gender_Terminology_and_Indexing_Systems_The_Case_of_Woman's_Body_Image_and_Visualization)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MABAWONKU, Iyabo. The information environment of women in Nigeria's public service. **Journal of Documentation**, London, v. 62, n. 1, p. 73-90, 2006. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410610642057>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.14, no. 3. Set./Dec., 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300013/7388>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno?. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 16, n. 2, dec. 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/260>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p.89-93, 1995.

\_\_\_\_\_. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA; Ricardo Medeiros (Orgs.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 29-48.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19. n. 19, 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/viewFile/4503/3796>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MATTOS, Miriam; MURGUIA, Eduardo Ismael. Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 10., 2009, João Pessoa. [**Anais eletrônicos...**]. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3283/2409>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MBARIKA, Victor W. A.; PAYTON, Fay Cobb; KVASNY, Lynette; AMADI, Atieno. IT education and workforce participation: a new era for women in Kenia? **Information Society**, New York, v. 23, n. 1, p. 1-18, jan./fev. 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01972240601057213>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teóricoanalítica. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 41-54.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2012, vol.17, n.3, pp. 621-626. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MDI5OTY5NjE4NjYzNjgxOTMyMTIBMDIwNjQxMjk3MTk5MDU4Njg0OTMBekZqcVg2SmdCUUFKATAuMQEBdJI&authuser=0>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Métodos Qualitativos e Quantitativos: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. [Anais eletrônicos...]. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2-341.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. **A Organização das Feministas Negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. **Revista Extraprensa**. 2017. p. 109 a 127. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MUÑOZ–MUÑOZ, Ana Maria; GARCÍA, Eugenia Gil; AVILÉS, Nuria Romo. Mujeres del medio rural y nuevas tecnologías de la información y la comunicación: resultados del proyecto rur@lia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n.3, 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1039>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Informação e cidadania: necessidade e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_6b5cec4da0\\_0013251.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_6b5cec4da0_0013251.pdf)>. Acesso em 01 mar. 2019.

OLINTO, Gilda. Mulheres e jovens na liderança da pesquisa no Brasil: análise das bolsas de pesquisador do CNPq. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. [Anais eletrônicos...]. Belo Horizonte: Programa de Pósgraduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/320>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Indicadores de gênero para a sociedade do Conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília. [Anais eletrônicos...]. Marília: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencib/paper/viewFile/2631/1759>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

OLIVEIRA, Denize Cristina de, Análise de Conteúdo Temático- Categorical: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2008 out/ dez; 16(4):569-76. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Arquitetura da informação no *website* “A Cor da Cultura”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., 2010, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos...**]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3575/2698>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Pensando as estatísticas públicas sobre carreiras educacionais na área de Ciência e Tecnologia, por gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 6., 2005, Florianópolis. [**Anais eletrônicos...**]. Florianópolis: Escola de Ciência da Informação, 2005. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1810/951>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/24/9>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

PEÑAS, Celia Sánchez; WILLETT, Peter. Gender differences in publication and citation counts in libraryship and information science research. **Journal of Information Science**, Cambridge, Mass., v. 32, n. 5, p. 480-485, 2006. Disponível em:

<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/01655515060666058>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

PEREIRA, Júlia Audujas. O conceito de raça e racismo brasileiro. **Laboratório Didático - USP ensina Sociologia**. 2017. Disponível

em:<[http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/TTJuliaAudujasPereira\\_site.pdf](http://ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/TTJuliaAudujasPereira_site.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PEREIRA, Marcos Emanuel; ÁLVARO, José Luis; OLIVEIRA, Andréia C.; DANTAS, Gilcimar S. Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. **Psicologia & Sociedade**, 23, 2011, p. 144-153. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a16v23n1>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>.

Acesso em: 23 mai. 2018.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais.

**TransInformação**, Campinas, 24(3):219-226, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a06v24n3.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, vol. 11, nº 2, Goiânia, 2008, pp.263 - 274. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

PRINS, Baukje. Narrative accounts of origins: a Blind Spot in the Intersectional Approach? **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 3, 2006, p. 277-290.

REVISTA RAÇA. **Agentes de Pastoral Negros**. 2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/agentes-de-pastoral-negros/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ROBERTSON, Maxine; NEWELL, Sue; SWAN, Jacky; MATHIASSEN, Lars; BJERKNES, Gro. The issue of gender within computing: reflections from the UK and Scandinavia. **Info Systems J.**, v. 11, p. 111-126, 2001. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1046/j.1365-2575.2001.00098.x#references-section>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na História – Gênero e Etnia. **Diálogos**, DHI/UEM, vol. 4, n. 4, 2000, p. 145-160. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=283>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Bongiovani. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Diego Junior da Silva; PALOMARES, Nathália Barbosa; NORMANDO, David; QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. Raça *versus* etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**. Maio-Junho;15(3):121-4, 2010. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-94512010000300015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-94512010000300015&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 jan 2019.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009. Disponível: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/9102>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109–132, 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/249120513\\_Information\\_Behavior\\_and\\_Information\\_Practice\\_Reviewing\\_the\\_Umbrella\\_Concepts\\_of\\_Information-Seeking\\_Studies](https://www.researchgate.net/publication/249120513_Information_Behavior_and_Information_Practice_Reviewing_the_Umbrella_Concepts_of_Information-Seeking_Studies)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

SCARTEZINI, Natália. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Caderno de Campo: Revista de Ciências Sociais**. N. 14 e 15 (2010/2011). 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n.3, Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>>. Acesso em: 13 mai. 2018)

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SIERPE, Eino. Gender and technological practice in electronic discussion lists: an examination of JESSE, The Library/Information Science Education Forum. **Library & Information Science Research**, Norwood, NJ, v. 22, n. 3, p. 273-289, 2000. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/257245019\\_Gender\\_and\\_Technological\\_Practice\\_in\\_Electronic\\_Discussion\\_Lists\\_An\\_Examination\\_of\\_JESSE\\_the\\_LibraryInformation\\_Science\\_Education\\_Forum](https://www.researchgate.net/publication/257245019_Gender_and_Technological_Practice_in_Electronic_Discussion_Lists_An_Examination_of_JESSE_the_LibraryInformation_Science_Education_Forum)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SILVA, Alba Lígia de Almeida. A responsabilidade social-ét(n)ica da Ciência da Informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 10., 2009, João Pessoa. [**Anais eletrônicos...**]. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3293/2419>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 120. 2014.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**; 26 (n. spe.), 14-24, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000500003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000500003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 31 jun. 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

\_\_\_\_\_. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003. p. 89-113.

\_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 281-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

STEINBUGLER, Amy C.; PRESS, Julie E.; DIAS, Janice J. Gender, race, and affirmative action: operationalizing intersectionality in survey research. **Gender & Society**, n. 20, p. 805-825, Dec. 2006. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/20/6/805.full.pdf+html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

STRASSBERG, Donald S.; HOLTY, Stephen. An experimental study of women's internet personal Ads. **Archives of Sexual Behavior**, New York, v. 32, n. 3, p. 253-260, jun. 2003. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1023465601718>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

TALJA, Sanna; TUOMINEN, Kimmo; SAVOLAINEN, Reijo. "Isms" in Information Science: Constructivism, Collectivism and Constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, 79-101, 2005.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, p. 24-43, 2015. Disponível em: <<http://www.comminfolit.org/index.php?journal=cil&page=article&op=view&path%5B%5D=v9i1p24>>. Acesso em: 20 dez. 2017

THELWALL, Mike; BARJAC, Franz; KRETSCHMER, Hildrun. Web links and gender in science: an exploratory analysis. **Scientometrics**, Amsterdam, v. 67, n. 3, p. 373-383, jun. 2006. Disponível em: <<https://akademai.com/doi/abs/10.1007/s11192-006-0059-3>> Acesso em: 01 mar. 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2017.

WASELESKI, Carol. Gender and the use of exclamation points in computer-mediated communication: an analysis of exclamations posted to two electronic discussion lists. **Journal of Computer-mediated Communication**, Bloomington, In.,v. 11, n. 4, art. 6, jul. 2006. Disponível em:< <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1083-6101.2006.00305.x>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

WILSON, Tomas Daniel. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v.37, n.1, p.0315. 1981.

\_\_\_\_\_. Models in information behavior research. **Journal of Documentation**, v.5, n.3, p.249270. 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2008.

ZILLER, Joana; CARDOSO, Tatiana Lucia. Perfil da comunidade acadêmica da Escola de Ciência da Informação da UFMG: relações de poder e hierarquias. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. [**Anais eletrônicos...**]. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da USP, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3093/2219>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Esta é uma pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e tem como objetivo compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê, têm contribuído para a construção de competências críticas em informação que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais.

**PARTE I – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_
3. Religião: \_\_\_\_\_
4. Profissão: \_\_\_\_\_
5. Estado civil: \_\_\_\_\_
6. Possui filhos/as? \_\_\_\_\_ Quantos? \_\_\_\_\_
7. Renda mensal:  
 Menos de 1 salário mínimo  
 De 1 a 3 salários mínimos  
 Mais de 3 salários mínimos
8. Cargo exercido na Bamidelê: \_\_\_\_\_
9. Tempo de participação na organização: \_\_\_\_\_

## PARTE II – QUESTÕES ABERTAS

1. Como foi para você o processo de se reconhecer e depois se afirmar como mulher negra? Como a Bamidelê contribuiu para esse processo?
2. Quando e a partir de que circunstâncias você entrou para o movimento social? A Bamidelê foi sua primeira experiência de militância? Como iniciou sua participação nesta ONG?
3. Que ações você desenvolve na Bamidelê? Como você organiza essas ações? Como você busca informações/conteúdos para desenvolvê-las?
4. Como você faz para se manter informada diariamente, principalmente sobre questões relacionadas à dominação/submissão de gênero e étnico-raciais? Que fontes de informação você costuma utilizar? (televisão, redes sociais, jornais, amigos...)
5. Você tem dificuldades para encontrar informações relacionadas às desigualdades de gênero e étnico-raciais? Quais são as estratégias alternativas que você costuma utilizar para enfrentar essas dificuldades e os padrões informacionais dominantes?
6. Na sua visão, quais das ações que você desenvolve na Bamidelê contribuem para que você tenha uma visão crítica das informações que lhes são passadas diariamente? Como você acha que se dá esse processo de construção de tal visão crítica?
7. Você considera que a construção de uma visão crítica interfere nas suas atitudes frente às diversas manifestações de violência, preconceito, desrespeito e/ou desigualdade? De que forma?
8. Como você se sente hoje, após fazer parte da Bamidelê? Como você percebe as outras mulheres que atuam na organização com você?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Participante,

Inicialmente gostaríamos de agradecer a sua disposição.

Essa é uma entrevista que faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da Universidade federal da Paraíba – UFPB. Realizada pela pesquisadora DANIELLA ALVES DE MELO, sob orientação do Professor Doutor Edvaldo de Carvalho Alves e coorientação do Professor Doutor Fellipe Sá Brasileiro.

Sua participação será fundamental para compreendermos as Práticas Informacionais das feministas negras e o processo de construção de uma Competência Crítica em Informação, que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais.

As perguntas constantes na entrevista dizem respeito: traçar o perfil das feministas negras que atuam na Bamidelê; mapear as Práticas Informacionais realizadas por elas; identificar quais Práticas Informacionais vêm contribuindo para a construção de uma Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres; analisar como a Competência Crítica em Informação contribui para o enfrentamento das feministas negras da Bamidelê.

Solicitamos, assim, sua colaboração para o desenvolvimento da entrevista, que será gravada em áudio, como também sua autorização para apresentarmos e publicarmos os resultados desse estudo em eventos e periódicos científicos da área da Ciência da Informação. Por ocasião da publicação dos resultados, garantimos que seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que, sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo/a Pesquisador/a Responsável. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O/a Pesquisador/a estará a sua disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessários, em qualquer etapa da pesquisa.

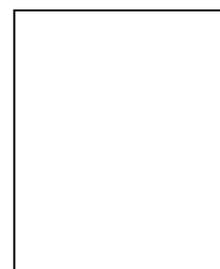
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para que os resultados obtidos sejam publicados em eventos e periódicos científicos reconhecidos. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura da Participante da Pesquisa

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão  
dactiloscópica

---

Assinatura da Testemunha

Contato do(a) Pesquisador(a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o estudo, favor ligar para a pesquisadora DANIELLA ALVES DE MELO - Telefone: (083) 98869-3529 ou 99831-2001.

Atenciosamente,

---

Assinatura do Pesquisador Responsável